

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

MÁRIO FERNANDES LIMA

**EVASÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO DO CAMPUS
MINISTRO REIS VELLOSO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: um estudo
de caso**

TERESINA

2019

MÁRIO FERNANDES LIMA

EVASÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO DO CAMPUS MINISTRO
REIS VELLOSO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: um estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Gestão pública para desenvolvimento regional.

LINHA DE PESQUISA: Organizações e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana Rodrigues de Almeida Castro.

TERESINA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L732e Lima, Mário Fernandes.

Evasão no Curso de Bacharelado em Turismo do *Campus* Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí: um estudo de caso / Mário Fernandes Lima. – 2019.

136 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP), Teresina, 2019.

“Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro”.

1. Evasão escolar – Ensino superior. 2. Gestão Pública.
3. Bacharelado em Turismo. 4. Turismo regional. I. Título.

CDD. 378.981 22

MÁRIO FERNANDES LIMA

**EVASÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO DO CAMPUS
MINISTRO REIS VELLOSO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: um estudo
de caso.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento Regional.

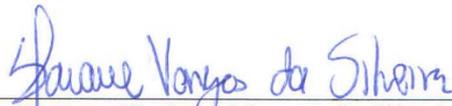
Orientador(a): Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro.

Aprovado em 11 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro (UFPI)
Orientadora



Profa. Dra. Shaiane Vargas da Silveira (UFPI)
Examinadora Interna



Prof. Dr. Samuel Pires Melo (UFPI)
Examinador Externo ao Programa

*À minha amada esposa Janaína (meu tudo),
companheira SEMPRE presente e alicerce da
minha vida! Ao nosso aniversário de
casamento (10 anos). Aos meus filhos, Pedro
Henrique e Lucas, que são os meus geradores
de amor, ânimo e responsabilidades para
enfrentar o dia a dia. Aos meus queridos e
amados pais, que sempre me estimularam a
seguir com os estudos. Aos amados irmãos,
demais familiares e amigos.*

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, que guia meus passos, e que apesar de minhas falhas e incertezas, não me abandona e, comigo, sempre estará presente.

Gratidão ao meu padrinho, Luiz Antônio Teixeira Veloso, por seus conselhos sempre significativos em relação aos estudos e pelo incentivo dos primeiros passos da minha vida acadêmica. Devo todo este percurso também ao senhor, meu padrinho. Muito obrigado!!

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª Fabiana Almeida, por sua paciência, o pronto atendimento e objetividade ao transmitir todas as informações necessárias a este trabalho. Muito obrigado, Prof^ª. Fabiana.

Agradecimentos à Adriana, Técnica Administrativa do PPGP, por sua competência e paciência no pronto atendimento aos mestrandos.

Reconhecimento a todos os demais professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Em especial, Prof. Dr. João Carlos Hipólito e Prof. Vitor Sandes.

Agradecimentos ao Prof. Dr. Samuel Pires Melo e à Prof^ª. Dr^ª. Shaiane Vargas da Silveira por terem aceitado esse convite.

Agradecimentos aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, pelos conhecimentos compartilhados, pelos momentos de descontração, pelas discussões e todos os demais momentos que ficarão registrados em imagens e pensamentos pelo resto dos dias.

Ao Prof. Dr. Alexandro Marinho, Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, pela força e incentivo para encarar esse desafio. Obrigado pela confiança depositada em minhas responsabilidades dentro do CMRV. Muito OBRIGADO!!

Ao Alexandre Rodrigues Santos, Diretor da PRAD/UFPI, pela amizade, compreensão e confiança no meu trabalho.

Agradecimentos ao Professor Msc. Helder Carvalho, amigo e companheiro de pesquisas acadêmicas. Obrigado pela amizade e parceria nas tentativas de novas descobertas.

A minha amada comadre e irmã, Ângela Reis, pela amizade, pelos conselhos, pelo apoio e por fazer parte da minha família.

Agradecimentos a todos os amigos da UFPI, pelo companheirismo diário, em especial, ao meu amigo, Márcio Soares, pela amizade e pelas “dicas” importantes desde 2008.

Enfim, sinto-me agradecido a todos aqueles que, de alguma forma, ofertaram, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, uma contribuição para a elaboração e conclusão deste trabalho, contribuindo também para o meu sucesso profissional e pessoal.

LIMA, M.F. **EVASÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO DO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Mestrado Profissional em Gestão Pública. Teresina (PI), 2019.

RESUMO

Este trabalho analisa a evasão no curso de Bacharelado em Turismo, no Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na cidade de Parnaíba/Piauí, no período de 2014 a 2018, que segundo análises estatísticas preliminares realizadas constataram que dos doze cursos do CMRV, o de Turismo obteve o terceiro maior índice de evasão, 16,04%. Tal situação pode ser contrastante com a perspectiva do turismo da região, já que esta é considerada polo turístico e se caracteriza pelo número de cidades com grande potencial de desenvolvimento e expansão do turismo regional (SILVA, 2004; CARVALHO, 2010; MACÊDO, 2011; RAMOS, 2012), recebendo turistas de toda parte do território nacional e internacional. Portanto, questionam-se quais são os fatores que influenciam fortemente na evasão desse curso de Bacharelado em Turismo? O estudo é exploratório, com a utilização de procedimentos bibliográfico, documental e aplicação de questionário *on-line* disponibilizado através de link para o e-mail de todos os alunos evadidos do curso de Turismo no período de 2014 a 2018. A abordagem é quali-quantitativa. O tratamento e análise dos dados foram realizados com o auxílio dos *softwares* estatísticos *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) v. 20.0 e o *NVivo* v. 11. Os resultados mostraram que os motivos da evasão são ocasionados por fatores intrínsecos aos estudantes, como dificuldades financeiras, trabalho, problemas pessoais e familiares, mudança de curso, falta de interesse e desmotivação; fatores intrínsecos ao CMRV, como falta de assistência estudantil e por fatores extrínsecos ao CMRV, considerando as questões da formação do discente com as oportunidades de trabalho da área do curso. Em relação aos benefícios financeiros das políticas de assistência estudantil, é importante salientar que estas possuem limites de investimento nas IES, portanto, não contemplarão todos aqueles que precisam.

Palavras-Chave: Evasão. Ensino Superior. Bacharelado em Turismo. Turismo Regional.

LIMA, M.F. EVASION IN BACHELOR DEGREE COURSE IN TOURISM OF THE CAMPUS MINISTER REIS VELLOSO, PIAUÍ FEDERAL UNIVERSITY: A CASE STUDY. Dissertation (Master in Public Management) - Federal University of Piauí, Professional Master in Public Management. Teresina (PI), 2019.

ABSTRACT

This work analyzes the dropout in the Bachelor of Tourism course, at Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), of the Federal University of Piauí (UFPI), in the city of Parnaíba / Piauí, from 2014 to 2018, which according to preliminary statistical analyzes carried out found that of the twelve courses at the CMRV, the Tourism course had the third highest dropout rate, 16.04%. This situation can be contrasting with the perspective of tourism in the region, which, being considered a tourist pole, is characterized by the number of cities with great potential for the development and expansion of regional tourism (SILVA, 2004; CARVALHO, 2010; MACÊDO, 2011; RAMOS, 2012), receiving tourists from all over the national and international territory. The main objective of this work is to analyze the reasons for dropout in the Bachelor of Tourism course at the Ministro Reis Velloso Campus of the Federal University of Piauí, in the city of Parnaíba / Piauí. Therefore, it is questioned what are the factors that strongly influence the evasion of this Bachelor of Tourism course? The study is exploratory, with the use of bibliographic, documentary procedures and the application of an online questionnaire made available through a link to the e-mail address of all students dropping out of the Tourism course in the period from 2014 to 2018. The approach is qualified quantitative. The treatment and analysis of the data were carried out with the aid of statistical software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) v. 20.0 and NVivo v. 11. The results showed that the reasons for dropout are caused by factors intrinsic to the students, such as financial difficulties, work, personal and family problems, change of course, lack of interest and lack of motivation; factors intrinsic to CMRV, such as lack of student assistance and factors extrinsic to CMRV, considering the issues of student training with job opportunities in the course area. Regarding the financial benefits of student assistance policies, it is important to note that they have investment limits in HEIs, therefore, they will not include all those who need them.

Keywords: Evasion. University education. Bachelor of Tourism. Regional Tourism.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|--------------------|---|----|
| Tabela 1 - | Avanço do número de IES públicas e privadas no Brasil – 1980 a 2000.... | 31 |
| Tabela 2 - | Avanço do número de IES públicas e privadas no Brasil – 2001 a 2018.... | 35 |
| Tabela 3 - | Percentual anual de instituições participantes do SiSU a partir de 2010.... | 38 |
| Tabela 4 - | Número de cursos e vagas do SiSU a partir de 2010 (1ª edição) | 39 |
| Tabela 5 - | Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Piauí..... | 65 |
| Tabela 6 - | Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Ceará..... | 65 |
| Tabela 7 - | Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Maranhão..... | 66 |
| Tabela 8 - | Paralelo do total das Atividades Turísticas da Rota das Emoções dos três estados..... | 67 |
| Tabela 9 - | Quantidade de benefícios oferecidos pelo NAE no CMRV de 2014 a 2018..... | 75 |
| Tabela 10 - | Número de atendimento do NAE realizados a comunidade acadêmica do CMRV..... | 76 |
| Tabela 11 - | Perfil quanto ao gênero e a idade..... | 80 |
| Tabela 12 - | Estado de origem do aluno evadido..... | 81 |
| Tabela 13 - | Nota do ENEM e forma de ingresso..... | 82 |
| Tabela 14 - | Tentou outro curso na UFPI e também abandonou..... | 85 |
| Tabela 15 - | Período de ingresso no curso..... | 89 |
| Tabela 16 - | Quantidade de períodos cursados até a evasão..... | 89 |
| Tabela 17 - | Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) | 90 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|---------------------|---|-----|
| Gráfico 1 - | Taxa de Evasão dos Cursos do CMRV..... | 21 |
| Gráfico 2 - | Número de contratos novos e ativos do FIES..... | 33 |
| Gráfico 3 - | Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI..... | 34 |
| Gráfico 4 - | Orçamento do PNAES nas Universidades Federais..... | 70 |
| Gráfico 5 - | Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais em Universidades Federais..... | 71 |
| Gráfico 6 - | Alunos evadidos do Curso de Bacharelado em Turismo ativos em outros cursos da UFPI..... | 84 |
| Gráfico 7 - | Relação entre alunos que tentaram outro curso e também abandonaram com a nota do ENEM..... | 88 |
| Gráfico 8 - | Tipos de desligamentos no curso..... | 92 |
| Gráfico 9 - | Referência cruzada dos fatores Renda Familiar e Composição Familiar..... | 96 |
| Gráfico 10 - | Atividade remunerada enquanto estudantes do curso..... | 98 |
| Gráfico 11 - | Motivos para a escolha do curso de Bacharelado em Turismo..... | 100 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|--------------------|---|-----|
| Figura 1 - | Mapa da rota das Emoções..... | 23 |
| Figura 2 - | Mesorregiões envolvidas..... | 25 |
| Figura 3 - | Causas e consequências da evasão..... | 42 |
| Figura 4 - | Maquete da estrutura da sala de elaboração de projetos do Laboratório de Projetos Turísticos..... | 57 |
| Figura 5 - | Maquete da estrutura da sala de reuniões do Laboratório de Projetos Turísticos..... | 58 |
| Figura 6 - | Maquete da estrutura dos setores de hotelaria (recepção e unidade habitacional) do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia..... | 59 |
| Figura 7 - | Maquete da estrutura do setor cozinha escola do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia..... | 60 |
| Figura 8 - | Maquete da estrutura do Novo Portal de Entrada do Campus, o Centro de Atendimento ao Visitante..... | 61 |
| Figura 9 - | Logomarca do sistema CADASTUR..... | 64 |
| Figura 10 - | Logomarca do NAE no CMRV representando os benefícios e serviços oferecidos..... | 73 |
| Figura 11 - | Localização do NAE na estrutura organizacional da PRAEC..... | 74 |
| Figura 12 - | Fluxograma da trajetória do aluno da UFPI..... | 87 |
| Figura 13 - | Quantitativo de Evadidos (População e Amostra da pesquisa) | 95 |
| Figura 14 - | Nuvem de palavras – Motivos da evasão dos discentes..... | 106 |
| Figura 15 - | Árvore de palavras – Período noturno..... | 109 |
| Figura 16 - | Nuvem de palavras – O que a UFPI/CMRV poderia ter feito para não abandonarem o curso..... | 111 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------------|--|-----|
| Quadro 1 - | Motivadores da evasão no Nordeste..... | 45 |
| Quadro 2 - | Dados gerais dos 23 evadidos que cursaram outro curso na UFPI e também desistiram..... | 86 |
| Quadro 3 - | Cidades/Estados dos evadidos oriundos de outras localidades..... | 99 |
| Quadro 4 - | Cursos e Estado onde estão matriculados atualmente no ensino superior..... | 102 |
| Quadro 5 - | Definições da evasão no ensino superior..... | 103 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|--|
| AC | Auxílio Creche |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| APEC | Apoio à Participação em Eventos Científicos |
| BAE | Bolsa de Apoio Estudantil |
| BB | Banco do Brasil |
| BIAE | Bolsa de Incentivo a Atividades Esportivas |
| BIAF | Bolsa de Incentivo a Ações Afirmativas |
| BIAMA | Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas |
| BIASE | Bolsa de Incentivo a Atividades Socioculturais e Esportivas |
| BINCS | Bolsa de Inclusão Social |
| CACOM | Coordenadoria e Assistência Comunitária |
| CADASTUR | Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no setor de Turismo |
| CATUR | Centro Acadêmico de Turismo |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEPEX | Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão |
| CMPP | Campus Ministro Petrônio Portela |
| CMRV | Campus Ministro Reis Velloso |
| CNTUR | Confederação Nacional do Turismo |
| CONTEMPLAR | Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer |
| CPAD | Coordenação de Planejamento Administrativo |
| CSPE | Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais |
| DAA | Diretoria de Administração Acadêmica |
| EaD | Educação a Distância |
| EITUR | Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Turismo |
| EMBRATUR | Instituto Brasileiro de Turismo |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| FIES | Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituições de Ensino Superior |

| | |
|---------|--|
| IESP | Instituições de Ensino Superior Públicas |
| IFPI | Instituto Federal do Piauí |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IRA | Índice de Rendimento Acadêmico |
| ITA | Isenção da Taxa de Alimentação |
| LDB | Lei de Diretrizes Básicas |
| MC | Matrícula Curricular |
| MEC | Ministério da Educação |
| MTur | Ministério do Turismo |
| NAE | Núcleo de Assistência Estudantil |
| OTPi | Observatório de Turismo do Piauí |
| PCE | Programa de Crédito Educativo |
| PCS | Portador de Curso Superior |
| PET | Programa de Educação Tutorial |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PIBID | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência |
| PNAES | Plano Nacional de Assistência Estudantil |
| PPP | Projeto Político Pedagógico do Curso |
| PRAEC | Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários |
| PREG | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação |
| PREXC | Pró-Reitoria de Extensão e Cultura |
| PROPLAN | Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento |
| ProUni | Programa Universidade para Todos |
| PRPPG | Pró-Reitoria de Programa de Pós-Graduação |
| REU | Residência Universitária |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SAMA | Serviço de Apoio a Amamentação |
| SBClass | Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem |
| SBM | Sociedade Brasileira de Metrologia |
| SEBE | Serviço de Benefício ao Estudante |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |

| | |
|----------|---|
| SESu/MEC | Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação |
| SETUR | Secretaria de Estado do Turismo |
| SIGAA | Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas |
| SiSU | Sistema de Seleção Unificada |
| SPSS | Statistical Package for the Social Sciences |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFDPAr | Universidade Federal do Delta do Parnaíba |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPI | Universidade Federal do Piauí |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | A EVASÃO ONTEM E HOJE: os aspectos relevantes e históricos em evidência | 27 |
| 2.1 | A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL | 27 |
| 2.2 | A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL..... | 39 |
| 2.2.1 | Estudos sobre a evasão no ensino superior no Nordeste..... | 44 |
| 3 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA | 47 |
| 3.1 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA | 47 |
| 4 | O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E SUA REPRESENTATIVIDADE PARA O TURISMO NA ROTA DAS EMOÇÕES | 51 |
| 4.1 | O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO: convergência entre o ensino e o mercado de trabalho | 51 |
| 4.2 | O MERCADO DE TRABALHO NO ROTEIRO TURÍSTICO ROTA DAS EMOÇÕES | 62 |
| 5 | AS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CMRV | 68 |
| 5.1 | PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) | 68 |
| 5.2 | O NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (NAE): os serviços e benefícios oferecidos para o enfrentamento da evasão e garantia da permanência no CMRV | 72 |
| 6 | OS MOTIVOS DA EVASÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO NO CMRV | 79 |
| 6.1 | O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES (2014 A 2018) | 79 |
| 6.2 | OS MOTIVOS DA EVASÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DISCENTES | 94 |
| 7 | CONCLUSÃO | 113 |
| | REFERÊNCIAS | 119 |
| | APÊNDICE | 133 |

1 INTRODUÇÃO

Buscar a formação superior é um início de grandes mudanças e um passo importante para o estudante que deseja adquirir conhecimentos e habilidades através dos estudos e se enquadrar em um mercado cada vez mais competitivo (POLYDORO, 2000). “O estudo a nível de graduação é fundamental para que o futuro profissional tenha maior possibilidade de entrar no mercado de trabalho” (DALONGARO et al., 2016, p. 1). É na universidade que os estudantes se deparam com um comportamento cada vez mais equilibrado e racional por conta das exigências e responsabilidades dos estudos, ou seja, é um processo de adaptação a uma nova realidade, pois o objetivo final é se tornar um profissional diplomado. Na atual conjuntura econômica, ter um diploma de nível superior é um fator competitivo positivo para quem procura uma oportunidade de trabalho e, para a economia do país, é um fator importante para promover o desenvolvimento (MELO; BORGES, 2007; DALONGARO et al., 2016).

A educação no ensino superior brasileiro teve um substancial crescimento em número de vagas ofertadas em relação às últimas décadas, tanto em instituições públicas, quanto em instituições privadas. Para que se tenha uma ideia, o estudo de Ambiel (2015) analisou, através do banco de dados do portal do Ministério da Educação (MEC), que no início da década de 1990, registrou-se, aproximadamente, 1.500.000 matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES), tanto privadas, quanto públicas. Dados estatísticos do Censo da Educação Superior do ano de 2017 e do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstram que foram realizadas, no ano de 2017, mais de 8.000.000 matrículas, em IES públicas e privadas (BRASIL, 2017a).

Porém, boa parte destes milhões de discentes que ingressam no Ensino Superior não concluem os estudos, deixando para trás uma oportunidade de melhor qualificação profissional e de contribuir para o desenvolvimento da economia da região (CUNHA, 2007). A preocupação dos órgãos governamentais é que a contínua e crescente existência da evasão no Ensino Superior causa um sinal de alerta e preocupação provocando prejuízos financeiros para as IES, em especial, às públicas, que aplicam recursos com a finalidade de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho (TROELSEN; LAURSEN, 2014; SILVA FILHO; MOTEJUNAS; HIPOLITO; LOBO, 2007; POLYDORO, 2000).

Johann (2012), em seu estudo, caracteriza a evasão como o abandono do curso com desligamento formal irrevogável da instituição de ensino, ou seja, o discente solicita, através de

documento, sua saída definitiva da IES. Porém, a afirmação suficientemente inclusiva, direta e mais encontrada nos estudos sobre o conceito de evasão é o de Baggi e Lopes (2011), que definem a evasão como uma manifestação caracterizada por uma multiplicidade de aspectos sociais que levam o aluno a interromper o ciclo escolar. Percebe-se, a partir desta definição, a preocupação pelo estudo deste fenômeno nas mais diversas regiões do país e fora dele, por ser uma ocorrência frequente que possui diferentes formas e aspectos envolvendo variados fatores motivacionais à interrupção dos estudos.

A evasão é considerada por diversos autores um evento complexo que está ligado a inúmeras razões que vão desde a saída do aluno de uma instituição de ensino para outra, quando este solicita formalmente sua transferência; do abandono de forma temporária dos estudos, quando este deixa de realizar a matrícula para o período de estudo seguinte e; a saída definitiva do sistema de ensino, quando formaliza sua desistência ou é jubilado, conforme critérios normatizados por resoluções ou instruções normativas que possuem peculiaridades, consoante cada IES (DORE; LÜSCHER, 2011; TINTO, 2002; CUNHA *et al.*, 2015; ALBUQUERQUE, 2008; BORGES, 2011; DIAS, THEÓPHILO, LOPES, 2010).

Além dos mais variados estudos realizados sobre a evasão no Ensino Superior, como o de Polydoro (2000), afirmam que este tema é preocupação das IES públicas e do próprio Ministério da Educação, desde o ano de 1972.

No ano de 1995, através da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, foi realizado um estudo para tratar exclusivamente do assunto e formas para minimizar o índice nacional de evasão que alcançou os 50% naquele período, contando com o apoio de 53 Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), representando um universo de 67,1% de todas as universidades públicas brasileiras. O estudo teve o objetivo de avaliar o desempenho destas IESP analisando os índices de diplomação, retenção e evasão. Com o trabalho desenvolvido e transformado em documento, o objetivo pretendido era que, em médio prazo, a evasão nacional reduzisse para um índice em torno dos 20%. Para a referida Comissão, a evasão se caracteriza como a solicitação, por parte do aluno, através da formalização de documento, de desistência do curso; ou ainda, quando esse deixa de fazer a matrícula para o semestre seguinte; quando solicita a transferência para outra IES e quando realiza a mudança do curso atual para entrar em outro na mesma IES (BRASIL, 1996).

Ambiel (2015, p. 42) explica que o documento da Comissão de Especial de Estudos sobre a Evasão da SESu/MEC

“[...]assume que a evasão do Ensino Superior deve ser entendida em três níveis, quais sejam, evasão do curso, seja por abandono ou transferência; evasão da instituição, que implica a saída do aluno da instituição atual; e evasão do sistema, relativo ao abandono, temporário ou definitivo, do Ensino Superior”.

O estudo de Bueno (1993) foi um dos utilizados para a elaboração do conceito de evasão no documento da Comissão de Especial de Estudos sobre a Evasão da SESu/ MEC. Ele enfatiza que o aluno é responsável pelo seu próprio desligamento do curso. Porém, todas as demais ocorrências de interrupção dos estudos de graduação devem ser pesquisadas, considerando sempre a relação entre o estudante e a IES (CUNHA; LUCA; LIMA; CORNACCHIONE JR.; OTT, 2015), pois, nem sempre o aluno é diretamente responsável por esta escolha. Para que as IES possam entender e combater o fenômeno da evasão é necessário conhecer os mais diversos fatores que fazem com que os discentes abandonem o curso antes da sua conclusão. De posse destas informações, fica mais acessível entender e aplicar diferentes políticas públicas, a fim de minimizar estas ocorrências (PRESTES; FILHO, 2018).

A evasão faz com que o aluno substitua uma IES por outra, produzindo prejuízos financeiros que vinham sendo aplicados para custear seus estudos naquela. Também, desliga o aluno do ambiente acadêmico, quebrando todo um trajeto a ser percorrido, à medida que interrompe o processo de formação profissional e uma melhor qualificação para o mercado de trabalho (SILVA FILHO; MOTEJUNAS; HIPÓLITO; LOBO, 2007).

Estudos no Brasil têm mostrado que a evasão acontece, também, por três fatores distintos: fatores intrínsecos ao estudante, que são os relacionados à escassez de recursos financeiros, à situação do estudante como um todo (família, estado civil, quantidade de filhos e falta de vocação); fatores internos às IES, que são relacionados à infraestrutura da IES (qualidade das salas, laboratórios, acervo bibliotecário e equipamentos), qualidade do ensino (qualificação didática dos docentes) e apoio oferecido aos estudantes (serviços e programas disponibilizados) e; fatores externos às IES, que consideram questões da formação do aluno com as oportunidades do mercado de trabalho (TINTO, 2002; SILVA FILHO *et al.*, 2007; SPINOLA, 2003; DIAS; THEÓPHILO; CISLAGHI, 2008; LOPES, 2010; BORGES, 2011; CUNHA; LUCA; LIMA; CORNACCHIONE JR.; OTT, 2015).

Cislaghi (2008), ainda comenta que, a evasão por ser um processo de múltiplos aspectos, precisa ser entendida à luz da interação entre todos os fatores envolvidos, ou seja, o estudante, a IES e seus agentes (professores e colegas de turma) e, a realidade social (família, expectativas com o futuro, oportunidades de trabalho, etc). Gaioso (2005) também corrobora com a mesma

linha de pensamento, quando afirma que a falta de perspectiva de trabalho e situação familiar (casamentos não planejados e nascimento de filhos) são fatores que causam a evasão.

No Estado do Piauí, estudos sobre a evasão revelam motivos semelhantes relacionados a fatores intrínsecos ao estudante e fatores internos e externos às IES. Gomes, Silva, Moreira, Silva e Araújo (2017) realizaram um estudo da evasão dos alunos cotistas da UFPI (no período de 2006 a 2008) e dos alunos matriculados nos cursos superiores do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus da cidade de Piriipiri (no período de 2010 a 2016). Os resultados gerados em relação aos alunos da UFPI foram que, apesar das vagas destinadas para cotas, a assistência estudantil não foi tão bem amparada a todos estes, desfavorecendo àqueles que possuem vulnerabilidade socioeconômica. Em um universo de 1.309 alunos cotistas matriculados da UFPI, 234 abandonaram o curso, ou seja, um índice de 17,9%. Já os resultados apresentados em relação aos alunos matriculados no IFPI, Campus da cidade de Piriipiri, não fogem da mesma realidade. Os motivos mais alegados entre os evadidos foram a falta de transporte, condições financeiras para arcar com despesas acadêmicas e manter o curso até a conclusão, falta de afinidade com o curso e choque de horário das aulas com o horário de trabalho. Os autores concluem afirmando que situações como estas provocam desperdício financeiro para as IES e excluem os estudantes de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O estudo de Silva, Rodrigues, Brita e França (2012), teve como objetivo investigar os fatores motivadores da evasão dos alunos egressos, do ano de 2005, do curso de Licenciatura Plena em Educação Física, da Universidade Federal do Piauí, e constatou que a taxa de evasão do curso foi de 48,5%. Este índice está bem acima da média nacional registrada pelo INEP no período de 2000 a 2005, que alcançou 22% (BRASIL, 2007a). Os fatores encontrados neste estudo foram: o abandono do curso atual para concluir outro curso iniciado simultaneamente; o abandono para ingressar em outro curso na mesma IES e a evasão total do sistema de ensino superior. Com isso, os autores foram mais a fundo na pesquisa para a identificação dos motivos que fizeram estes alunos abandonarem o curso de Licenciatura Plena em Educação Física, da Universidade Federal do Piauí, e constataram as seguintes justificativas: decepção com o curso (imaturidade por não buscar informações sobre o que é o curso), baixa expectativa profissional, realização de outro curso concomitante ao de Licenciatura em Educação Física e o exercício de atividade remunerada no turno das aulas. E, concluem afirmando que, “a evasão no ensino superior está relacionada entre outros motivos ao nível de satisfação dos alunos com a instituição, ao curso e à carreira escolhidos” (SILVA; RODRIGUES; BRITO; FRANÇA, 2012, p. 400). A necessidade de buscar soluções aos problemas que a evasão no Ensino Superior

provoca, faz perceber a necessidade contínua de estudar suas motivações, pois este fenômeno é confirmado como algo complexo e que resulta em múltiplas variáveis de fatores sociais e institucionais.

Nesse sentido, é importante entender a evasão no curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Federal do Piauí, do Campus Ministro Reis Velloso, tendo em vista que foi criado visando atender à demanda do mercado local, considerado polo turístico junto com suas cidades circunvizinhas (nos estados do Maranhão e Ceará) e fomentar, cada vez mais, o desenvolvimento econômico da região.

O Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) é um dos cinco *Campi* da Universidade Federal do Piauí, localizado no litoral do estado do Piauí, na cidade de Parnaíba/Piauí. Atualmente, possui 3.641 (três mil, seiscentos e quarenta e um) alunos ativos em 12 cursos de graduação, sendo eles: Administração, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Matemática, Medicina, Pedagogia, Psicologia e Turismo (BRASIL, 2019e).

Segundo os dados levantados do Relatório Acadêmico das Ofertas, Ingressos, Matrículas, Concluintes, Reprovações, Evasão e Vagas Ociosas (BRASIL, 2019a) solicitados junto à Coordenação de Planejamento Administrativo (CPAD) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), cada um dos 12 cursos possui um índice médio de evasão diferenciado, no período de 2014 a 2018, conforme os resultados demonstrados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de Evasão dos Cursos do CMRV



Fonte: BRASIL, 2019a.

Percebe-se, analisando o Gráfico 1, que as três maiores médias percentuais de evasão no período de 2014 a 2018 estão nos cursos de Matemática, Engenharia de Pesca e Turismo,

com 21,51%; 20,16% e 16,04%, respectivamente, apresentando, os dois últimos, relevância para o desenvolvimento local e com potencial para a formação de mão de obra voltada para ao mercado interno e adjacências, visto que estes foram criados para atender uma demanda do potencial da região.

O curso de Bacharelado em Turismo se posiciona com o terceiro maior índice de evasão no CMRV, com um percentual dentro da média nacional de evasão no Ensino Superior, segundo dados estatísticos da educação superior divulgados no INEP, no período de 2013 a 2017, que foi de 16,28% (BRASIL, 2018b). Segundo a avaliação do ENADE, o conceito do curso caiu de nota 4, no ano de 2012, para nota 2 no ano de 2018 (BRASIL, 2019r).

Apresentados o resultado do ENADE e o percentual de evasão, levanta-se uma inquietação, pois a região, onde se encontra o CMRV é considerada como um grande polo turístico (SETUR, 2018; SEBRAE, 2018), ou seja, mesmo com todo esse potencial, o curso de Bacharelado em Turismo possui um índice percentual de evasão inquietante.

Dentre todos os 77 cursos ofertados anualmente pela UFPI, o curso de Bacharelado em Turismo é ofertado somente no CMRV. Criado no ano de 2006, ele é um curso com formação totalmente voltada para atuação no mercado de trabalho, com preocupação no desenvolvimento das capacidades profissionais dos alunos, ou seja, [...] possibilitar o ingresso e uma contínua ascensão no mercado de trabalho, através dos conhecimentos técnicos e do embasamento teórico [...] (BRASIL, 2017d, p. 7).

Assim, uma das preocupações na formatação do Curso de Turismo é com o mercado de trabalho. Desta forma, o Curso de Turismo da UFPI, privilegia um equilíbrio entre as disciplinas que darão ao longo dos quatro anos a base teórica para o desenvolvimento das capacidades profissionais dos alunos, paralelamente às disciplinas técnicas que lhes permitam ingressar no campo de atividades práticas do turismo, fornecendo condições de atuação no mercado de trabalho (BRASIL, 2017d, p. 05).

O Turismo no Nordeste vem crescendo nos últimos anos e transformando cidades em pontos turísticos, quando antes eram apenas vistas como regiões turísticas em potencial. O despertar do turismo nessa região interessa muito ao poder público, investidores e empreendedores que são responsáveis pela sua expansão, pois visualizam oportunidades de geração de emprego, renda e lucratividade, sendo que, este último aspecto, é de interesse, principalmente, privado. Quando se trata da avaliação do turismo regional, a região nordeste é considerada a mais hospitaleira entre as demais por conta da beleza do litoral, do clima tipicamente ensolarado, da cultura e da receptividade da população nordestina (CNTUR, SEBRAE, 2012).

O Estado do Piauí possui um Mapa do Turismo que distribui as localidades conforme suas regiões turísticas e é atualizado a cada dois anos com a atuação do Ministério do Turismo, o poder público local e as instâncias de governanças regionais que são organizações constituídas pelo poder público e os setores privados com o objetivo de desenvolver o turismo da região. Atualmente, o Mapa Turístico do Piauí é dividido em sete polos, são eles o Polo Aventura e Mistério, Polo Costa do Delta, Polo das Águas, Polo das Nascentes, Polo das Origens, Polo Histórico Cultural e Polo Teresina (BRASIL, 2017b).

A região turística abrangida pelo litoral do Piauí é o Polo Costa do Delta, local do principal produto turístico do Estado que incluem as cidades de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande, Cajueiro da Praia e Buriti dos Lopes (BRASIL, 2010a). Estas cidades, com exceção de Buriti dos Lopes, também fazem parte do roteiro do Mapa da Rota das Emoções, que é uma rota turística criada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), integrando a faixa litorânea do Estado do Ceará, com o Parque Nacional de Jericoacoara; o Estado do Piauí, com a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e o Estado do Maranhão, com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; totalizando 14 cidades e, aproximadamente, 400 km de extensão (SEBRAE, 2018), conforme Figura 1.

Figura 1 - Mapa da rota das Emoções



Fonte: SEBRAE, 2018.

Ainda, segundo o SEBRAE (2018), em todo o roteiro turístico da Rota das Emoções, existem mais de 340 meios de hospedagem, 450 empresas do setor de alimentação, 200 empresas do setor de comércio e 115 empresas receptoras. Este roteiro foi um projeto do SEBRAE/PI que surgiu no ano de 2005 e executado a partir do ano de 2009, com o objetivo de

transformar e expandir o turismo nas cidades envolvidas para ser destaque nacional e internacional, respeitando condições de sustentabilidade e propiciando paralelamente o desenvolvimento socioeconômico da região.

Existe uma evolução apontada pelo Ministério do Turismo (MTur) que mostra o desenvolvimento do mapa do turismo no Estado do Piauí no que diz respeito a mais oportunidades de trabalho na área, ampliação dos estabelecimentos (hotéis, restaurantes e comércio) para aumentar a oferta dos serviços e a demanda dos visitantes de dentro e de fora do Brasil. O Estado do Piauí, em 2016, possuía 35 municípios no mapa do turismo e, em 2017, passou para 77 municípios distribuídos nas regiões turísticas (Polo Aventura e Mistério, Polo Costa do Delta, Polo das Águas, Polo das Nascentes, Polo das Origens, Polo Histórico Cultural e Polo Teresina). Essa evolução da expansão do turismo no Estado é resultado do trabalho em conjunto de órgãos governamentais (gestores estaduais e municipais) com a iniciativa privada promovido pelo MTur (BRASIL, 2017b).

Baseado nestes estudos, esta pesquisa contextualizou o Ensino Superior no Brasil à importância da formação do profissional graduado em Turismo do CMRV e o seu papel no desenvolvimento econômico e do turismo da região, a evasão no Ensino Superior no Brasil e, em seguida, foi apresentado o cenário da evasão no curso para cumprir com os objetivos propostos.

Dentro deste contexto, considerando que a evasão gera prejuízo financeiro para o sistema de ensino, desacelera o desenvolvimento econômico regional, afasta as chances que os discentes têm de buscar uma melhor qualificação frente às oportunidades de trabalho e os impedir de mudar realidade socioeconômica através dos estudos (TROELSEN, LAURSEN, 2014; SILVA FILHO *et al.*, 2007; POLYDORO, 2000), buscou-se responder às seguintes questões: **Quais os fatores que levaram os discentes à evasão no curso de Bacharelado em Turismo, no Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no período de 2014 a 2018?** Quais os elementos que contribuem para a evasão no Ensino Superior brasileiro? Quais as políticas de permanência adotadas para conter a evasão dos discentes no CMRV, no período de 2014 a 2018? Qual o perfil socioeconômico dos alunos evadidos do Curso de Bacharelado em Turismo do CMRV da UFPI? Quais os fatores intrínsecos e extrínsecos que levaram a evasão dos discentes do curso de Bacharelado em Turismo do CMRV, da UFPI, no período de 2014 a 2018?

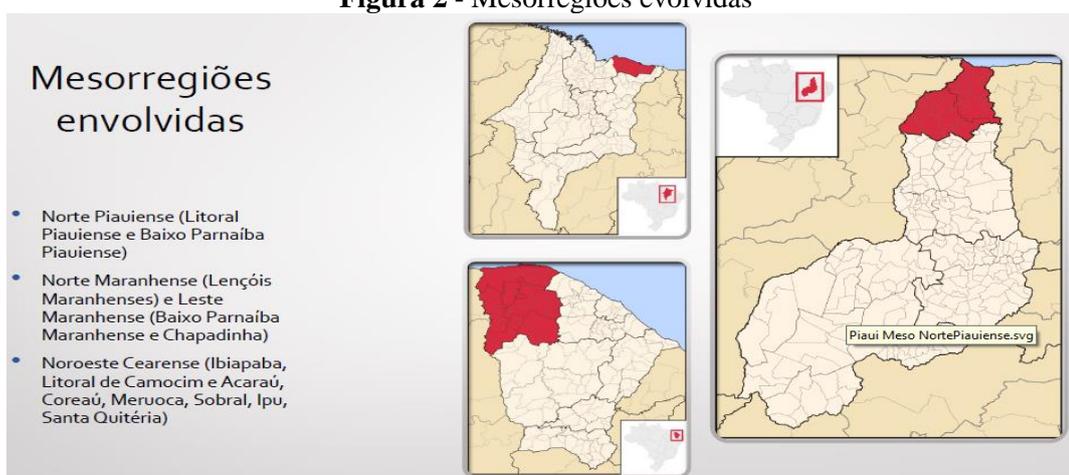
Estabeleceu-se como objetivo geral analisar os motivos da evasão no curso de Bacharelado em Turismo, no Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí,

na cidade de Parnaíba/Piauí. E, como objetivos específicos, investigar o conceito da evasão baseado nos estudos realizados nas plataformas de periódicos eletrônicos; identificar as ações desenvolvidas pelo CMRV e as políticas de assistência estudantil para o enfrentamento da evasão; descrever o perfil socioeconômico dos discentes do curso matriculados no Campus, que evadiram no período (2014 – 2018) e; identificar os motivos que levaram os discentes a evadirem do curso no período (2014 – 2018).

Esta pesquisa mostra-se relevante para o CMRV por tratar questões relacionadas à permanência do aluno até a conclusão dos estudos, a ascensão social do discente, crescimento econômico e do turismo da região, a qualidade de vida da comunidade, principalmente, a otimização dos investimentos em educação ora entendidos, também, como uma forma de evitar desperdício de recursos aplicados na formação dos discentes que não chegam a concluir os estudos.

Atribui-se, ainda a importância desta pesquisa à de Lei 13.651, de 11 de abril de 2018, do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí, CMRV (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Com isto, haverá a descentralização da gestão administrativa, autonomia financeira, desenvolvimento de estratégias para a prestação de serviços à comunidade, maior envolvimento em parcerias acadêmicas, melhor proximidade com o governo e com o setor produtivo, maiores avanços em pesquisa e inovação e, poderá se tornar um agente integrador das mesorregiões Norte do Piauí (BRASIL, 2019e).

Figura 2 - Mesorregiões envolvidas



Fonte: Brasil (2019e). Plano de Gestão UFDPar, 2019.

O processo de transição ainda está em andamento, sendo tutelado pelo Campus Ministro Petrônio Portela (CMPP), sob a responsabilidade do Magnífico Reitor, contudo o

plano de gestão, já está elaborado contemplando a estruturação política, administrativa, funcional e física, ou seja, pronto para otimizar a transição do CMRV para a UFDPAr, que já possui estatuto e regimento próprio e CNPJ ativo. Portanto, a nova universidade passará a ter orçamento próprio e, conseqüentemente, terá maior responsabilidade e autonomia em suas ações. Com isso, percebendo os fatores que provocam a evasão do Curso de Bacharelado em Turismo, será possível trabalhar estratégias de políticas públicas de ajustamentos que possam mostrar soluções positivas e contribuir para combater este fenômeno de forma ampliada dentro da instituição.

Para o desenvolvimento desse estudo de caso exploratório, adotou-se a utilização de procedimentos bibliográficos, documental e aplicação de questionário direcionado aos evadidos. A abordagem é quanti-qualitativa e a análise descritiva foi realizada com auxílios de softwares estatísticos.

Assim, o estudo sobre a Evasão dos alunos do Curso de Bacharelado em Turismo está estruturado em sete capítulos. No capítulo inicial aborda-se a parte introdutória do estudo. O segundo capítulo trata dos aspectos relevantes de estudos sobre a evasão, já realizados no Brasil. No terceiro, os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa. No quarto, aborda-se a importância e a representatividade do Curso de Bacharelado em Turismo no CMRV. No quinto, as estratégias desenvolvidas pelas políticas de assistência estudantil do CMRV. No sexto, trataremos dos motivos da evasão dos discentes, expondo também a situação socioeconômica e acadêmica. E, por fim, a conclusão.

2 A EVASÃO ONTEM E HOJE: os aspectos relevantes e históricos em evidência

O propósito de encontrar as causas comuns da evasão tem sido motivo de inúmeras investigações e de grandes esforços por parte de pesquisadores na expectativa de examinar informações relevantes que venham a nortear cada vez mais este objetivo (PALHARINI, 2010).

Diante disso, é necessário um trabalho investigativo ininterrupto nas IES com os discentes que, por alguma razão optou em abandonar os estudos antes da conclusão e, por ser um problema de cunho social voltado a fatores determinantes relacionados aos estudantes e às IES (TINTO, 2002; SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Esta seção fará um resgate da expansão do Ensino Superior no Brasil, uma abordagem dos primeiros estudos achados em periódicos eletrônicos sobre a evasão no Ensino Superior do país até os dias atuais e, discorrerá sobre as razões do fenômeno em meio aos resultados apurados nos estudos realizados. Trará, também, uma abordagem dos estudos concentrados na região nordeste do país, com a finalidade de analisar como andam as pesquisas na região que se concentra o CMRV.

2.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Para entender a evasão como problema para às IES, é necessário analisar o transcorrer da expansão do Ensino Superior brasileiro que teve seus momentos mais disseminadores a partir dos anos 60. Com o aumento do quantitativo de matrículas de estudantes, a evasão surge como uma preocupação para todas as IES públicas e privadas.

O Ensino Superior no Brasil existe desde o período colonial, porém era disponibilizado apenas para as classes mais privilegiadas, ou seja, aquelas que já compunham a camada social da administração pública e da política. Mesmo após a independência e fim dos laços oficiais com Portugal, o Brasil não mudou essa realidade em relação ao Ensino Superior, oferecendo cursos somente para a classe mais elitizada da população, com custos impostos ao estudante (FÁVERO, 2006; VASCONCELOS, 2007).

Foi no final do século XIX que surgiram as primeiras IES privadas e, no Brasil, só existiam 24 estabelecimentos de ensino com aproximadamente 10.000 estudantes matriculados,

controlados pelo Estado. Estas IES privadas surgiram por iniciativa das elites locais e da igreja. Foram autorizadas por lei para funcionar como estabelecimentos educacionais de nível superior e, após este século, na década de 1920, surgiram mais instituições de Ensino Superior e o total saltou de 24 para 133 estabelecimentos (MARTINS, 2002).

Fávero (2006) e Vasconcelos (2007) apontam que, em 1920, surgiu a primeira universidade no Brasil por decreto presidencial, Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, que criou a Universidade do Rio de Janeiro oriunda da incorporação das faculdades de Medicina, Direito e a Escola Politécnica, que formava oficiais de artilharia, engenheiros, geógrafos e topógrafos. Mais tarde, no período da Era Vargas (1930-1945), foi transformada em Universidade do Brasil.

Nos anos de 1945 a 1964, conhecido como o período de democratização do Ensino Superior brasileiro, houve um registro significativo de matrículas nas IES públicas, que passou de 21 mil para 182 mil estudantes. Este foi um período de intensas ações por parte de professores, intelectuais e mobilizações estudantis com o objetivo de lutar pela ampliação do acesso ao Ensino Superior, através de propostas inovadoras (MARTINS, 2009; MARQUES, 2013). Ao mesmo tempo, houve um favorecimento por parte do governo para a ampliação da rede de educação privada. As IES privadas passam a receber incentivos do governo com o objetivo de intensificar a oferta de vagas para a população (CUNHA, 2004).

No início do regime militar, o Brasil presenciou situações no campo da educação que até o presente momento ainda marcam em nossa sociedade, dentre eles, a repressão militar, a aprovação da Lei de Diretrizes Básicas (LDB), a reestruturação do Ensino Superior e a introdução do tecnicismo na educação pelo governo federal promovendo reorganização da metodologia de ensino (SILVA, 2016; LIMA; SILVA JUNIOR, 2016).

Pode-se afirmar que o advento da expansão do Ensino Superior no Brasil teve seu início nos anos 60, pois a formação profissional nesse período era, acima de tudo, estimada como uma ferramenta de ascensão social. Quer dizer que, nesta situação, avante às finalidades de civilização e de preparo profissional, os estudos deveriam dar prestígio social aos indivíduos. O Ensino Superior representava, para a sociedade, a capacidade de melhoria do “status”, um avanço social na estrutura piramidal da sociedade. Foi neste período também que houve a reformulação do Ensino Superior para contribuir com o desenvolvimento econômico do país (modelo tecnicista), ou seja, o redirecionamento do ensino voltado para as exigências do mercado de trabalho (LIMA; SILVA JUNIOR, 2016).

O ano de 1968 e o início dos anos 70 foram considerados como o ápice da expansão do Ensino Superior brasileiro, o momento conhecido como o período da Reforma Universitária. A reforma tinha como objetivo modernizar e expandir as IES públicas do país. Porém, isso também abriu um pressuposto para a expansão do ensino privado que objetivava atender à demanda do mercado educacional, ou seja, aumentar o número de oportunidades de acesso da população ao Ensino Superior e, conseqüentemente, a obtenção de lucro (FÁVERO, 2006).

A Reforma Universitária ocorreu através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, complementada pelo Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, e foi instituída após a realização de vários movimentos estudantis e debates nas universidades com a finalidade de reivindicar profundas melhorias no Ensino Superior do país, como por exemplo, uma maior oferta de vagas nas universidades. Saviani (2010, p. 9), afirma que os professores “[...] reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade”. Porém, além das exigências dos docentes e dos movimentos estudantis; o intuito da reforma consistia, também, em atender às exigências das classes ligadas ao regime militar “[...] que buscavam vincular mais fortemente o Ensino Superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional” (SAVIANI, 2010, p. 9).

Mesmo com a influência da repressão militar da época, a qual manteve as universidades públicas sob atenção, inibindo manifestações, afastando lideranças importantes do Ensino Superior e introduzindo militares na gestão geral, a expansão do Ensino Superior firmou um aumento significativo dos anos 60 para os anos 70 (MARTINS, 2002; CASTRO, 2008).

Outros fatos importantes ligados a esse período foram: a introdução da pesquisa como atividade conectada ao ensino; o estímulo à disseminação da pós-graduação e a capacitação dos professores (MARTINS, 2002; FÁVERO, 2006; MARTINS, 2009). “Essa expansão foi resultado do chamado “movimento de interiorização” ou democratização da universidade, que permitiu o acesso de camadas da população nunca antes alvo da educação em nível superior” (VASCONCELOS, 2007, p. 42).

Refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real,

compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas (FÁVERO, 2006, p. 19).

Por outro lado, esse alinhamento do ensino com a pesquisa gerou um aumento nos custos com o ensino nas IES públicas, gerando uma desaceleração nos investimentos e restringindo a capacidade de expansão. Contudo, essa situação abriu caminhos significativos para a expansão do ensino privado, pois conquistaram mais espaços no mercado para atender a demanda não somente das classes mais favorecidas, mas àqueles que possuíam um poder aquisitivo intermediário (MARTINS, 2002).

Estes alunos assumiam as despesas educacionais ou optavam por financiamentos através dos bancos. A história do crédito estudantil tem início no ano de 1975, quando a Presidência da República instituiu o Programa de Crédito Educativo (PCE ou Creduc), sendo executado apenas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e só abrangeu todo o território nacional no ano seguinte. Participavam como agentes financiadores os bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) (GILIOLI, 2017).

Já nos anos 80, o Ensino Superior sofreu uma gradual redução no número de matrículas por conta de três fatores preocupantes como, a retenção e evasão dos discentes oriundos do 2º grau, a adaptação do Ensino Superior à realidade do mercado de trabalho e o descrédito das expectativas dos possíveis usuários do sistema de ensino (MARTINS, 2002; REBELLO, 2012). Diante desse cenário, nesta mesma década, Rebello (2012, p. 14), afirma que [...] “em média 11% das vagas disponibilizadas nos cursos superiores não foram ocupadas” [...]. E no ano de 1990, esse percentual ampliou, ficando em 19%. Este é um cenário observado pelos autores constatando as deficiências nas séries de ensinos que antecedem o ensino superior. O 2º grau (atual Ensino Médio) é a fase de preparação para ingresso à universidade, nível no qual o discente amplifica os estudos preparando-se para os testes de seleção para ingresso no Ensino Superior.

Martins (2009) confirma que a maior ascensão do setor privado de educação superior aconteceu entre 1965 a 1980 com a propagação de pequenos estabelecimentos, saltando de 142 mil para 885 mil alunos matriculados.

Na década de 90, as IES públicas sofreram uma substancial redução no orçamento. O ajuste fiscal do período teve efeito negativo imediato nos investimentos em educação cortando 24% dos recursos para custeio e 77% dos recursos para aplicar em infraestrutura. Com cortes no orçamento, as IES públicas passaram por um período de desgaste de imagem que gerou movimentos internos de paralisação das atividades acadêmicas e degradação da sua

infraestrutura. Entretanto, apesar dessa redução no orçamento e do desgaste, o número de matrículas cresceu timidamente (MARTINS, 2000; BRASIL, 2007b). Esse tímido crescimento se deveu ao fato de haver, ao mesmo tempo, uma expansão do Ensino Médio. Isso ocorreu, também, por conta do surgimento da LDB nº 9394/96, delegando a responsabilidade e a obrigatoriedade da expansão do ensino médio ao Estado. Com isso, aumentou a concorrência e a pressão sobre os estudantes para ingressarem no Ensino Superior (BRASIL, 2007b).

A corrida para o ingresso no Ensino Superior e as IES públicas sem capacidade de expansão e sem orçamento para investimentos, favoreceu, mais uma vez, o crescimento da oferta de vagas por parte da rede privada, só que desta vez, de forma desordenada. Autores afirmam que, o poder público foi tolerante com a ocupação sem controle do Ensino Superior Privado (MARTINS, 2009; MARQUES, 2013).

Neste contexto, percebem-se, através da Tabela 1 as variações do avanço do Ensino Superior, destacando através dos percentuais o espaço perdido das IES públicas para as IES privadas, dos anos de 1980 a 2000.

Tabela 1 - Avanço do número de IES públicas e privadas no Brasil – 1980 a 2000

| Anos | Total Geral de IES | IES Pública | % | IES Privada | % |
|------|--------------------|-------------|--------|-------------|--------|
| 1980 | 882 | 200 | 22,68% | 682 | 77,32% |
| 1981 | 876 | 259 | 29,57% | 617 | 70,43% |
| 1982 | 873 | 259 | 29,67% | 614 | 70,33% |
| 1983 | 861 | 246 | 28,57% | 615 | 71,43% |
| 1984 | 847 | 238 | 28,10% | 609 | 71,90% |
| 1985 | 859 | 233 | 27,12% | 626 | 72,88% |
| 1986 | 855 | 263 | 30,76% | 592 | 69,24% |
| 1987 | 853 | 240 | 28,14% | 613 | 71,86% |
| 1988 | 871 | 233 | 26,75% | 638 | 73,25% |
| 1989 | 902 | 220 | 24,39% | 682 | 75,61% |
| 1990 | 918 | 222 | 24,18% | 696 | 75,82% |
| 1991 | 893 | 222 | 24,86% | 671 | 75,14% |
| 1992 | 893 | 227 | 25,42% | 666 | 74,58% |
| 1993 | 873 | 221 | 25,32% | 652 | 74,68% |
| 1994 | 851 | 218 | 25,62% | 633 | 74,38% |
| 1995 | 894 | 210 | 23,49% | 684 | 76,51% |
| 1996 | 922 | 211 | 22,89% | 711 | 77,11% |
| 1997 | 900 | 211 | 23,44% | 689 | 76,56% |
| 1998 | 973 | 209 | 21,48% | 764 | 78,52% |
| 1999 | 1097 | 192 | 17,50% | 905 | 82,50% |
| 2000 | 1180 | 176 | 14,92% | 1004 | 85,08% |

Fonte: Brasil (2000). Adaptado pelo autor, 2019.

Como se pode observar na Tabela 1, entre 1980 e 1990, as IES públicas ocupavam média percentual de 27% do mercado e, entre 1991 até o ano 2000, esse índice médio despencou para 22%. Entre 1990 e 1995, o setor privado já representava um pouco mais de 75% das IES, com

a maior concentração dos estabelecimentos de ensino na região sudeste do país (MARTINS, 2000; MARTINS, 2009). De 1995 a 2000, apresentou um índice de crescimento de 46,8%, em apenas cinco anos, ou seja, um salto de 684 para 1.004 estabelecimentos de ensino superior privado no país. Em contrapartida, houve uma redução na quantidade de IES públicas, no mesmo período, de 210 estabelecimentos para 176, ou seja, uma redução de 16% (BRASIL, 2000).

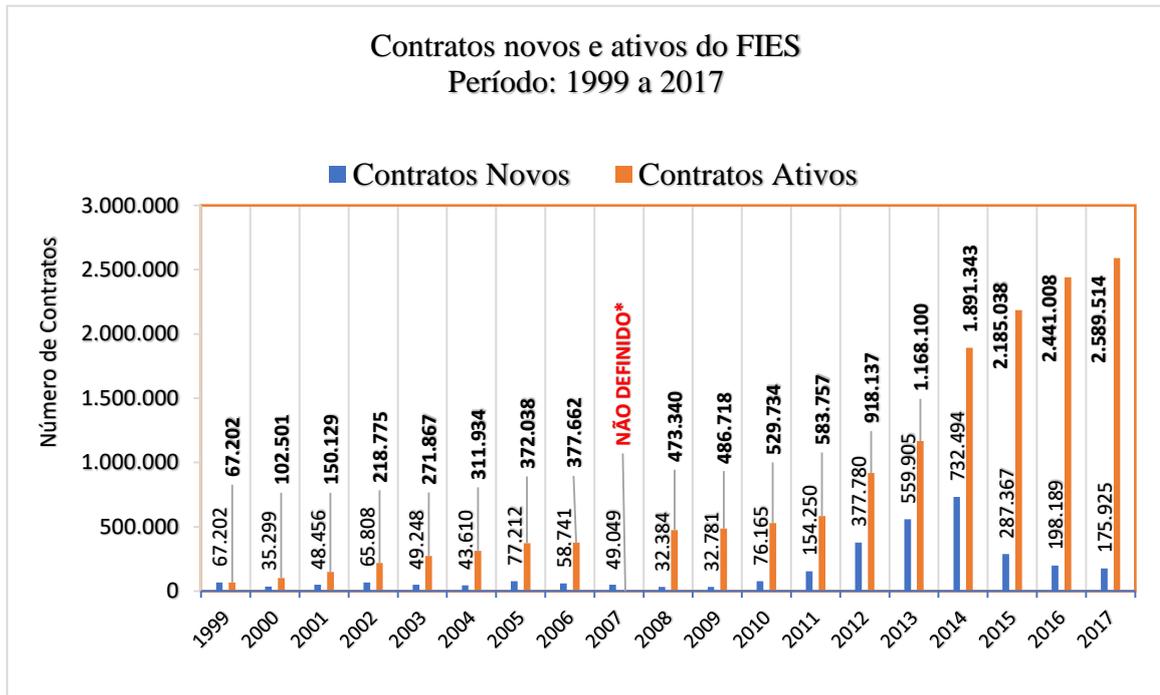
Em 1999, o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), surgiu substituindo o antigo Crédito Educativo (Creduc), ampliando mais ainda o acesso ao Ensino Superior privado (MINTO, 2004). O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260/2001. O percentual de financiamento é de até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante das IES privadas solicitar o financiamento em qualquer período do ano (BRASIL, 2019b).

Desde a sua criação, em 1999, já beneficiou, aproximadamente, 3,12 milhões de estudantes, até o ano de 2017. Segundo o Relatório de Gestão do ano de 2017 (BRASIL, 2019d, p. 30),

com as alterações e a forte ampliação do Fies, o número de contratos formalizados alcançou a marca de 2,55 milhões no período de 2010 a 2017, enquanto no período de 1999 a 2009, a quantidade total de estudantes financiados foi de 564 mil, sendo que uma expressiva parcela desse incremento ocorreu a partir de 2012, quando o fluxo de novos contratos cresceu consideravelmente chegando a 733 mil novos contratos no ano de 2014.

O FIES sofreu substanciais modificações no ano de 2010, quando este passou a ser operado e administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tanto dos seus ativos, quanto dos seus passivos. A partir de então, houve um crescimento exponencial do programa. Com essa reformulação, os juros foram reduzidos e os estudantes passaram a se inscrever para concorrer ao financiamento em qualquer período do ano, facilitando ainda mais o acesso. A inclusão do Banco do Brasil, outro fato importante, como agente financeiro junto à Caixa Econômica Federal (o único banco responsável até então), a operar a concessão de bolsas de estudo do FIES.

O Gráfico 2 apresenta a quantidade de contratos novos e a quantidade de contratos ativos, por ano, no período que compreende o ano de 1999 a ano de 2017. Percebe-se o volume de bolsas de financiamentos de estudos que foram destinadas à rede privada de ensino.

Gráfico 2 - Número de contratos novos e ativos do FIES

Fonte: Adaptado de Brasil, 2019d. Elaborado pelo autor, 2019.

Com o FNDE sob comando do FIES e as reformulações realizadas no período, em praticamente cinco anos, o resultado foi o crescimento de, aproximadamente, dez vezes o número de contratos ativos, conforme expressa o Quadro 2. O período de 2012 a 2014 foi o que mais ofertou vagas para o programa. O número de financiamentos foi maior em 2014, com um total de 732.494 contratos firmados. Contudo, percebe-se que o Governo Federal, nos anos de 2015 a 2017, reduziu os investimentos neste programa. Pode-se considerar que, este período foi o da desaceleração da expansão do programa do FIES (BRASIL, 2019d).

Atualmente, o FIES tem mais de 2,5 milhões de contratos formalizados e abrange mais de 1,7 mil instituições de ensino em todo o território nacional. E para manter estes mais de 2 milhões de contratos ativos o investimento foi de R\$ 19,92 bilhões (BRASIL, 2019b).

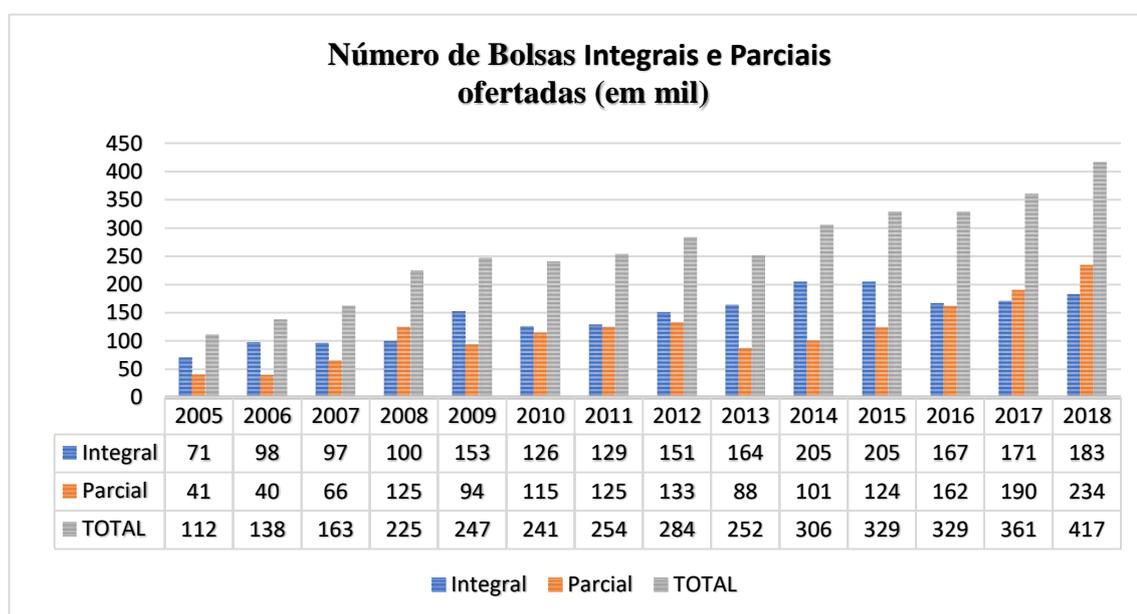
Outro fato que contribuiu para a expansão do Ensino Superior foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), através da Lei nº 11.096/05. O ProUni, até o presente momento, vem sendo bastante incentivado pelo Governo Federal como forma de ingresso de alunos de baixa renda nas IES privadas com concessão de bolsas integrais e parciais de estudo. As integrais são destinadas aos estudantes com renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio *per capita* e as bolsas parciais são destinadas aos estudantes com renda bruta familiar de até três salários mínimos *per capita*. Para ter direito a uma bolsa do ProUni o estudante deve

ser egresso do Ensino Médio público ou privado, beneficiário de bolsas de estudos integrais, pessoas portadoras de deficiência e professores de cursos de licenciatura (BRASIL, 2019c).

O ProUni, desde o ano de 2005 até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, atendeu mais de 2,7 milhões de estudantes, sendo mais de 70% com bolsa integral (BRASIL, 2019c).

Apresenta-se no Gráfico 3 a quantidade de bolsas do ProUni que foram ofertadas no período que compreende desde o seu início até o ano de 2018, constando o volume de bolsas integrais e parciais concedidas.

Gráfico 3 - Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI



Fonte: Adaptado de Brasil (2019c). Elaborado pelo autor, 2019.

É um programa que oferta bolsas de estudo a estudantes brasileiros que ainda não possuem diploma. Seu principal objetivo é democratizar o acesso ao ensino superior no país, permitindo a inclusão social para garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2019c).

As bolsas integrais e parciais do ProUni são concedidas a cada semestre, sendo que no primeiro semestre o número de bolsas é maior. O Gráfico 3 aponta o número de bolsas ofertadas e sua expansão, desde o início do programa. Percebe-se que, em 2010, houve uma pequena redução na concessão de bolsas e um pequeno crescimento nos dois anos seguintes. Em 2013, houve mais uma redução na oferta de bolsas, mas, a partir de 2014, o número de bolsas integrais

e parciais, voltou a crescer novamente. De 2010 até 2018, o crescimento foi de 65% no número total de bolsas.

Até 2018, o ProUni registrou um pouco mais de 1,7 milhão de inscritos, sendo 1,2 milhão no primeiro semestre e 469 mil, no segundo semestre. Esse volume chegou a ser maior nos anos de 2015 e 2016, ultrapassando a marca dos 2 milhões de inscritos no programa. Ao analisar os dados desagregados, percebe-se que o volume de bolsas integrais supera o volume de bolsas parciais. Foram concedidas pouco mais de 2 milhões de bolsas integrais desde o início do programa e de 1,6 milhão de parciais (BRASIL, 2019c).

Surgindo novas IES privadas oferecendo cursos, surgem, também, mais oportunidades de concessão de bolsas do programa, pois, conseqüentemente, cresce a demanda por programas financiados de acesso à educação superior privada. Essa evolução na oferta de bolsas do ProUni é justificado pelo crescimento do número de IES privadas no Brasil, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Avanço do número de IES públicas e privadas no Brasil – 2001 a 2018

| Anos | Total Geral de IES | IES Pública | % | IES Privada | % |
|------|--------------------|-------------|--------|-------------|--------|
| 2001 | 1391 | 183 | 13,16% | 1208 | 86,84% |
| 2002 | 1637 | 195 | 11,91% | 1442 | 88,09% |
| 2003 | 1859 | 207 | 11,14% | 1652 | 88,86% |
| 2004 | 2013 | 224 | 11,13% | 1789 | 88,87% |
| 2005 | 2165 | 231 | 10,67% | 1934 | 89,33% |
| 2006 | 2270 | 248 | 10,93% | 2022 | 89,07% |
| 2007 | 2281 | 249 | 10,92% | 2032 | 89,08% |
| 2008 | 2252 | 236 | 10,48% | 2016 | 89,52% |
| 2009 | 2314 | 245 | 10,59% | 2069 | 89,41% |
| 2010 | 2378 | 278 | 11,69% | 2100 | 88,31% |
| 2011 | 2365 | 284 | 12,01% | 2081 | 87,99% |
| 2012 | 2416 | 304 | 12,58% | 2112 | 87,42% |
| 2013 | 2391 | 301 | 12,59% | 2090 | 87,41% |
| 2014 | 2368 | 298 | 12,58% | 2070 | 87,42% |
| 2015 | 2364 | 295 | 12,48% | 2069 | 87,52% |
| 2016 | 2407 | 296 | 12,30% | 2111 | 87,70% |
| 2017 | 2448 | 296 | 12,09% | 2152 | 87,91% |

Fonte: Adaptado de Brasil (2019d). Elaborado pelo autor, 2019.

Pode-se observar na Tabela 2, entre os anos de 2001 a 2010, as IES públicas ocupavam um índice percentual médio de 11,26% do mercado, enquanto as IES privadas atingiram a marca de 88,74%. Nota-se que, desde os anos 80 (TABELA 1), as maiores oportunidades de vagas estão concentradas no Ensino Superior privado. Porém, essa realidade não muda para os sete anos seguintes, pois entre 2011 até o ano 2017, o percentual permanece praticamente estabilizado, em 87,91%. Um fato importante apresentado na Tabela 2 é que, em 17 anos (2001-

2017) houve um aumento substancial de IES no Brasil, um total de 1.057 novas instituições. Analisando neste mesmo período os dados das IES públicas, observa-se que saiu de 183 para 296 estabelecimentos, um crescimento de 62% o que pode ser destacado como um desempenho fraco se levar em consideração que foi necessário quase duas décadas para alcançar este índice de crescimento.

O Brasil, em 2017, registrou 296 de IES públicas e 2.152 privadas, representando 87,91% de toda a rede de ensino superior do Brasil. E, segundo os dados do Censo da Educação Superior 2017, do total das IES públicas, 41,9% eram estaduais; 36,8% eram federais e 21,3%, municipais (BRASIL, 2017a).

[...] Das 2.448 IES brasileiras, 82,5% são faculdades. As 199 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,1% do total de IES. Por outro lado, 53,6% das matrículas da educação superior estão concentradas nas universidades. Apesar do alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 1/4 dos estudantes. Em 2017, 35.380 cursos de graduação e 63 cursos sequenciais foram ofertados em 2.448 IES no Brasil. Dois terços das IES oferecem 100 ou mais cursos de graduação e 26,7% das IES ofertam até dois cursos de graduação. Em média, as IES oferecem 14 cursos de graduação; 92% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial. O grau acadêmico predominante dos cursos de graduação é o bacharelado (58,7%) (BRASIL, 2017a).

Em 2009, surgiu o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), um sistema informatizado implementado também pelo MEC e instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26/01/2010. É através do SiSU que “[...] são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação, disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (BRASIL, 2010d).

As vagas são oferecidas àqueles que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Após ter a nota do ENEM divulgada, o candidato deve acessar na internet o Portal do SiSU para colocar a nota obtida no exame e concorrer, em até dois cursos de sua preferência, nas IES participantes. São classificados aqueles que ficaram com notas compatíveis aos demais concorrentes dentro do número de vagas disponibilizadas (BRASIL, 2019h).

Segundo o MEC (BRASIL, 2019h), no momento da inscrição na página eletrônica do SiSU, o candidato faz a opção em até dois cursos de sua preferência (curso de 1ª opção e curso de 2ª opção) entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes. Os candidatos, no momento da inscrição, devem fazer a opção entre as modalidades de concorrência que são as vagas de ampla concorrência, as vagas destinadas a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto) e as demais políticas afirmativas das instituições. São reservadas de forma obrigatória 50% das vagas para a modalidade de cotas.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2019h).

Nogueira *et al.* (2017, p. 3) afirmam que uma das vantagens do SiSU é trazer

“[...] maior inclusão de alunos pertencentes a grupos sub representados no ensino superior brasileiro – basicamente, oriundos de escolas públicas, filhos de famílias de baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas”.

Ainda de acordo com o MEC, a criação deste sistema teve como objetivo a ampliação do acesso às vagas de graduação nas IES públicas, proporcionar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio (BRASIL, 2011).

Conforme Sousa (2015, p. 15),

este sistema difere-se dos demais mecanismos de seleção para ingresso à universidade (a exemplo do vestibular) nos seguintes aspectos: a autonomia, a unificação, a gratuidade e a praticidade, por submeter todos os procedimentos referentes à inscrição, seleção e ocupação das vagas exclusivamente pela internet, além da flexibilidade, ao possibilitar ao candidato a mudança de instituição, curso, turno e modalidade durante todo o período de inscrição.

Com o alinhamento do SiSU nas universidades, o candidato conquistou a oportunidade de concorrer a um número maior de vagas nas mais diversas áreas de estudo, em qualquer localidade do país, onde têm IES participantes do sistema, ou seja, é um processo que permite ao aluno concorrer a vagas nos cursos de graduação em qualquer universidade pública ou privada do país que tenha aderido ao SiSU, usando apenas a nota do ENEM (LIMA; CARVALHO, 2018).

O SiSU com sua política de mobilidade acadêmica proporcionou um crescimento substancial em números de inscrição e também surgimento de novos cursos nas universidades. De acordo com o Art. 4º, da Portaria Normativa nº 21/12, o processo de adesão das IES é feito inicialmente pela oferta de vagas e através da assinatura digital do termo de participação (BRASIL, 2012a).

Conforme apresenta a Tabela 3, a quantidade de IES participantes tem crescido, desde o ano de 2010, saindo de 51 instituições para 130, em 2018, um crescimento de 155%, em 8 anos de funcionamento do SiSU.

Tabela 3 - Percentual anual de instituições participantes do SiSU a partir de 2010

| Ano | Nº de instituições participantes | % Aumento Anual em Relação a 2010 |
|------|----------------------------------|-----------------------------------|
| | 1ª Edição | % 1ª Edição |
| 2010 | 51 | - |
| 2011 | 83 | 62,7 |
| 2012 | 95 | 86,3 |
| 2013 | 101 | 98,0 |
| 2014 | 115 | 125,5 |
| 2015 | 128 | 151,0 |
| 2016 | 131 | 156,8 |
| 2017 | 131 | 156,8 |
| 2018 | 130 | 155,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019. A partir dos dados do MEC (BRASIL, 2019f).

A Tabela 3 mostra, ainda, que o índice percentual anual de instituições participantes do SiSU manteve-se praticamente estável de 2015 até 2018.

Ariovaldo e Nogueira (2018) confirmam o que é demonstrado na Tabela 3, pois desde a implantação do SiSU como forma de selecionar candidatos a vagas nos cursos de graduação nas universidades públicas, houve um crescimento considerável da demanda por adesão ao sistema por parte destas IES. Afirmam, também, que as outras formas de ingresso eram bem centralizadas, como o vestibular tradicional, e o SiSU surgiu como uma forma de quebrar esse paradigma e promover a expansão da mobilidade geográfica estudantil, bem como reduzir os custos com a realização de exames de vestibulares centralizados.

Este crescimento da adesão das universidades públicas ao SiSU, traduziu-se na ampliação do número de cursos e vagas ofertados. Como constatado na Tabela 4, o número de cursos ofertados passou de 1.319, em 2010, para 6.489, em 2017, aumento de quase 400%. Porém, nota-se também que, em 2018, as instituições aumentaram o número de vagas e reduziram a oferta de cursos, caindo para 4.206 cursos ofertados.

No que concerne ao número de vagas, houve um crescimento de 500,1%, saindo de 47.913, em 2010, para 239.601, em 2018. Todos os dados da Tabela 4 são referentes apenas a 1ª edição do SiSU, ou seja, a primeira entrada anual, pois há universidades e cursos com duas entradas anuais, ou seja, no primeiro período e no segundo.

Tabela 4 - Número de cursos e vagas do SiSU a partir de 2010 (1ª edição)

| Ano | Nº de Cursos | % de Aumento Anual de Cursos em relação a 2010 | Nº de Vagas | % de Aumento Anual de Vagas em relação a 2010 |
|-------------------|--------------|--|-------------|---|
| 2010 | 1.319 | - | 47.913 | - |
| 2011 | 2.570 | 94,8 | 83.125 | 73,5 |
| 2012 | 3.328 | 152,3 | 108.560 | 126,6 |
| 2013 | 3.752 | 184,5 | 129.319 | 169,9 |
| 2014 | 4.723 | 258,1 | 171.401 | 257,7 |
| 2015 | 5.631 | 326,9 | 205.514 | 328,9 |
| 2016 | 6.323 | 379,4 | 228.071 | 376,0 |
| 2017 | 6.489 | 392,0 | 237.840 | 396,4 |
| 2018 | 4.206 | 218,9 | 239.601 | 500,1 |
| 2019 ¹ | - | - | 235.476 | 391,5 |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019. A partir dos dados do MEC (BRASI, 2019f).

Ainda segundo informações do MEC (BRASIL, 2019f), 129 IES aderiram a primeira edição do SiSU no ano de 2019, ou seja, uma instituição a menos do que a primeira edição do ano de 2018. E, em relação ao número de vagas, também houve redução de 239.601 em 2018 para 235.476 no ano de 2019. Isso se deve ao fato de que a adesão ao SiSU não é obrigatória e sempre serão observadas variações entre as edições anuais.

2.2 A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O estudo da evasão no Ensino Superior no Brasil teve seu início na década de 80, porém só ganhou maior visibilidade e preocupação para os órgãos governamentais a partir dos anos 90 por conta do desenvolvimento da política educacional, da economia e da necessidade de aprimorar as políticas públicas (PALHARINI, 2010). Nos anos 90, o MEC constatou que o Ensino Superior das universidades públicas era ineficiente e, com base nisso, passou a concentrar mais suas pesquisas nas razões da evasão nas instituições de Ensino Superior (PALHARINI, 2010). Contudo, há trabalhos anteriores à década de 80 que já tratavam da temática.

Barroso (1972) verificou que a evasão ocorre por conta do desencanto ou da desmotivação dos alunos terem sido convocados para os cursos de segunda opção e não de primeira. Afirmar ainda, que essa postura acadêmica causa desperdício de recursos aplicados e, conseqüentemente, gera uma imagem negativa do curso escolhido como segunda opção.

¹ Não há informações do número de cursos para o ano de 2019

Maia (1984) analisou a caracterização do aluno evadido dos cursos de graduação e licenciatura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 1975 a 1980. Segundo a autora, o aluno evadido é aquele que deixou de realizar a matrícula em dois períodos consecutivos, descumprindo o que determina o regimento interno da instituição. Com base nisso, considerou dois aspectos em relação à evasão: a evasão do curso, com possibilidade de retorno para o mesmo curso ou em outro e a evasão da universidade. Ainda, segundo a autora, umas partes dos evadidos ingressam na universidade sem conhecer o curso pelo qual fez opção, em busca de se tornar estudante do Ensino Superior. Neste estudo, os evadidos assumiram ter desistido do curso pelos seguintes motivos:

- Falta de motivação (está relacionada ao desejo de se tornar estudante universitário a qualquer custo; frustração com o curso escolhido, levando-o a fazer opção por outro e; as greves);
- Assuntos pessoais (opção por trabalhar para sustentar a família);
- Problemas socioeconômicos (elevadas despesas com material acadêmico).

O percentual de evasão na UFPB, apontado por Maia (1984), ultrapassou 60%. Portanto, constata-se a preocupação de pesquisadores em encontrar formas de minimizar as razões pela qual o aluno abandonava o curso superior.

Na década de 80, apenas 1% da população do Brasil tinha acesso ao Ensino Superior. Krueel (1988) confirma isso fazendo uma crítica por ser imprescindível que cada aluno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) honre com seus deveres e suas obrigações de estudante perante o país.

Portanto, cada universitário tem a obrigação, perante o País, de cursar ou deixar a vaga para outro jovem cidadão, independentemente de sua origem social ou econômica. A obrigação do aluno de um país em desenvolvimento é muito maior do que a o aluno de um país desenvolvido.

[..] É difícil entender que grande contingente desses jovens não concluam um curso para qual a procura foi tão grande e a dificuldade de entrada foi enorme. (KRUEEL, 1988, p. 68).

A afirmação de Krueel (1988) teve aplicação em seu estudo realizado na UFRGS, no curso de Biblioteconomia. A autora pesquisou as razões que levaram os alunos a abandonar o curso de Biblioteconomia, no período de 1979 a 1986, com o objetivo de aumentar a eficiência do ensino, com a utilização adequada dos recursos materiais e humanos. Os resultados

demonstraram os seguintes fatores que foram decisivos na escolha pela evasão, do mais importante ao menos importante:

- Motivacional, em relação à visibilidade social e por não ter sido a primeira escolha do curso;
- Incompatibilidade dos horários das aulas com o horário de trabalho;
- Infraestrutura das salas de aula e estrutura curricular do curso e
- Problemas de saúde pessoal ou familiar.

Diante dos resultados, as recomendações foram adotar estratégias para divulgação da importância social do profissional formado em Biblioteconomia; mudança nos horários das aulas; planejamento na estrutura curricular e; investimentos na infraestrutura da IES. Percebe-se uma similaridade de fatores com a pesquisa de Maia (1984).

Carvalho e Perota (1990), afirmando que a evasão é um problema comum nas universidades brasileiras e que despertava os interesses de pesquisadores em buscar seus motivos, elaboraram um estudo exploratório com alunos do curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Espírito Santo, nos anos de 1974 e 1975. Constataram dois principais fatores da evasão dos discentes: o conflito de horários das aulas com o trabalho e a desmotivação por ter escolhido um curso sem saber o que representava socialmente, ou seja, falta de foco e imaturidade por não buscar informações sobre o que é Biblioteconomia. Essa imaturidade é decorrente da escolha do curso e a facilidade de ingresso, ou seja, um curso que possui baixa concorrência por parte dos vestibulandos. A pesquisa partiu do próprio departamento com a necessidade de implantar estratégias para minimizar os índices de evasão do curso, pois:

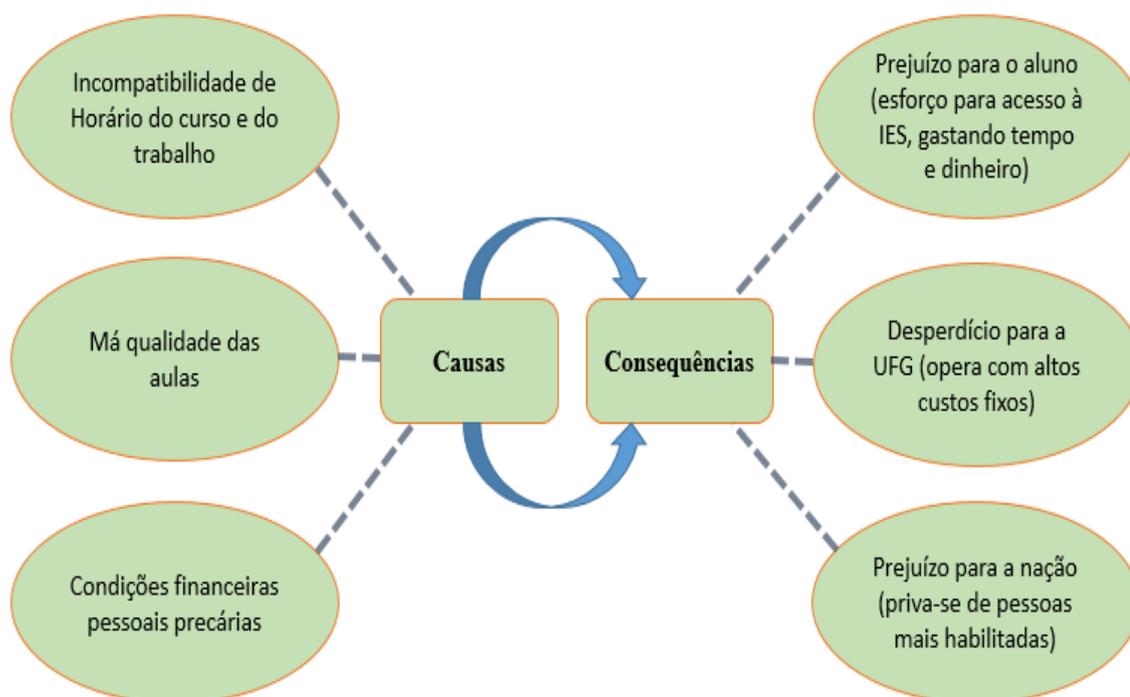
[...] o número de egressos era bastante inferior ao de ingressantes, deduzindo-se que o aproveitamento do sistema de ensino superior fica muito aquém da proporção do rendimento global que seria igual à unidade, ou seja, todos os ingressantes obteriam graduação ao final do ciclo normal de estudos (CARVALHO; PEROTA, 1990, p. 89).

Verifica-se que, nos estudos de Krueger (1988) e Carvalho e Perota (1990), o curso foco da pesquisa é o de Biblioteconomia e, apesar de serem instituições públicas de diferentes Estados, as razões que fizeram os alunos optarem pela evasão do curso são as mesmas.

Rosa (1994) investigou em sua pesquisa a avaliação dos modelos de organização, gestão e avaliação da Universidade Federal de Goiás (UFG), destacando os gastos acadêmicos realizados durante a trajetória de estudos dos alunos. Porém, enfatizando as causas e consequências da evasão como foco principal da pesquisa e afirmando que esta “[...] se constitui

num dos mais graves obstáculos à plena realização dos propósitos da Universidade”. “[...] a evasão torna insuportáveis os custos dos alunos graduados em vários cursos” (ROSA, 1994, p. 8). Utiliza em sua pesquisa referências internacionais sobre evasão como Stork e Berger (1978); Pascarella (1982); Smart e Pascarella (1987), todos estes pesquisadores americanos e Bowles (1964); Hallak (1969); Vaizey e Chesswass (1968), estudos realizados na Europa. Revela, também, que há pesquisas realizadas nos últimos vinte anos (década de 70 a 90), porém nem todas baseadas em pesquisas exploratórias, ou seja, a maioria dos estudos é assentada em opiniões pessoais. Este estudo foi realizado levantando dados da evasão de todos os cursos no período de 1990 a 1993. Os resultados obtidos em sua pesquisa sobre as causas e consequências são demonstrados na Figura 3.

Figura 3 - Causas e consequências da evasão



Fonte: Adaptada de Rosa (1994). Elaborado pelo autor, 2019.

Conforme demonstra a Figura 3, o propósito de Rosa (1994) foi detalhar todas as causas da evasão como forma de delimitar seu estudo em busca das consequências do fenômeno. Percebeu que a evasão restringe o alcance dos principais objetivos da Universidade, tardando a expansão da parte acadêmica e da infraestrutura da IES.

Os resultados encontrados geraram propostas de melhoria no planejamento acadêmico da UFG, buscando outras explorações do problema da evasão no Ensino Superior, ou seja, “[...]”

o apoio a mais pesquisas, estudos, mesas redondas, debates, na busca de mais luzes sobre o problema da evasão, principalmente considerando-se serem mutáveis as causas que lhe dão origem” (ROSA, 1994, p. 170).

Independente das IES apresentadas acima nas discussões e dos regimentos estabelecidos em cada uma, observa-se que o conceito de evasão é comum a todas, pois partem do princípio do abandono temporário do curso (por não realizar a matrícula nos períodos seguintes) e o abandono definitivo da IES (BARROSO, 1972; MAIA, 1984; KRUEL, 1988; CARVALHO; PEROTA, 1990; ROSA, 1994).

O ano de 1995 foi marcado pela importância dos estudos sobre os problemas da evasão. A partir de então, passa a ser motivo de grande preocupação para os órgãos governamentais. O MEC, através da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas universidades brasileiras, organizou um estudo global no país, com o objetivo de encontrar medidas decisivas para reduzir os índices alarmantes da evasão no Ensino Superior público. Este problema ganhou notabilidade nacional e internacional, afetando a economia e o desenvolvimento social do país. Em meio a diversas discussões, a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão decidiu tipificar a evasão em três características (BRASIL, 1996).

- **Evasão do curso:** quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- **Evasão da instituição:** quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e
- **Evasão do sistema:** quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996, p. 16).

O documento final elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão elencou os principais fatores determinantes que, a partir de então, serviu como base de pesquisas para os demais estudos até os dias atuais. Desta forma, diante do que foi abordado, Palharini, Rangel, Martins e Santos (2002) afirmam que estudos sobre a evasão no Ensino Superior não são escassos, apenas estão dispersos e ativos para a academia, diferentemente de outros pareceres de pesquisadores, no qual afirmam que os estudos da evasão no Brasil são escassos. Porém, não se encontram facilmente em periódicos eletrônicos, por serem muito antigos. Essa afirmação contradiz alguns autores, como Silva Filho *et al.* (2007) e Silva *et al.* (2012), os quais alegam que o estudo da evasão no Brasil é carente de investigação.

2.2.1 Estudos sobre a Evasão no Ensino Superior no Nordeste

O Brasil, ao longo do tempo, tem passado por mudanças estruturais, principalmente, no eixo educacional. No embalo do slogan “educação superior para todos”, o país avançou em políticas que democratizam o acesso à educação superior e abrem novas instituições públicas de ensino para a oferta da graduação. Paralelamente, o país, no processo de desenvolvimento, precisava trabalhar a deficiência da educação superior, pois ela “[...] tem lugar estratégico nos processos de transformação social, alocada como meio de impulsão tecnológica e como ferramenta de aumento do discernimento e da capacidade crítica da população” (MARQUES; CÊPEDA, 2012, p. 170).

Esse processo democratizador derivou em alguns efeitos que impactaram no sistema educacional e que não foram pensados na fase de elaboração dessas políticas - as diferenças de desempenho e condições socioeconômicas dos alunos ingressantes. Nesse prisma, de acordo com Lotufo *et al.* (1998), houve a necessidade de adequação do sistema de ensino, da metodologia e estrutura dos cursos para que o aluno não evadisse. O Nordeste, região essencialmente pobre em comparação com outros lugares do país, representa bem essa necessidade de adequação estrutural dos cursos superiores.

Paralelamente, nota-se na literatura uma crescente de estudos dedicados a entender como se deu o fenômeno da evasão, fato pouco notável no Ensino Superior antes da fase de expansão das universidades e da facilidade de ingresso das classes mais baixas. O Quadro 1 apresenta os estudos existentes sobre o nordeste e os fatores motivadores da evasão.

Quadro 1 - Motivadores da evasão no Nordeste

| Autores | Motivadores da Evasão | Característica dos Respondentes |
|-------------------------------------|---|---|
| Cavalcanti <i>et al.</i> (2010) | Insatisfação com o curso e docentes; Estrutura física; Estrutura Curricular. | Discentes de Odontologia da UFPB |
| Silva <i>et al.</i> (2012) | Falta de informações sobre o curso; Desprestígio da profissão; Imaturidade ao escolher o curso; Pouca interação com o curso; Dificuldade em conciliar dois cursos. | Discentes de Educação Física da UFPI |
| Vasconcelos, Silva e Miranda (2013) | Falta de vocação para com o curso; Dificuldade de conciliação do estudo com o trabalho; Metodologia/didática utilizada pelos professores. | Discentes de Ciências Contábeis da UFPE |
| Bittencourt e Mercado (2014) | Falta de tempo; Insatisfação com o tutor; Falta de habilidade para usar as TIC; Problemas didáticos pedagógicos do professores. | Discentes de Administração da UFAL/UAB-EAD |
| Sousa, Araújo e Sousa (2016) | Falta de tempo; Falta de recursos; indisponibilidade; Não era o curso desejado; Aprovação em outra instituição. | Discentes de Licenciatura em Biologia do IFPI |
| Feitosa (2016) | Localização do campus versus moradia/transporte; Horário das disciplinas ofertadas; Dificuldade em conciliar trabalho e estudo; Desmotivação com o curso. | Discentes da Universidade Federal de Sergipe |
| Gomes <i>et al.</i> (2017) | Falta de transporte; Condições financeiras; Baixa afinidade com o curso; Dificuldade de conciliação do estudo com o trabalho. | Discentes cotistas da UFPI e IFPI |
| Lima <i>et al.</i> (2017) | Rendimento acadêmico do aluno; Ser natural de cidade diferente da cidade do campus. | Discentes de Ciências Contábeis da UFPI |
| Gervasoni <i>et al.</i> (2017) | Desempenho acadêmico; Falta de conexão com o curso; Localização da IES em relação ao trabalho moradia e/ou moradia do estudante; Insatisfação com qualidade do ensino; Insatisfação com o corpo docente; Imagem da IES (indicadores do MEC); Atuação ética da IES diante do mercado; Mudança constante de coordenador; Desprestígio da profissão; Atividades em excesso. | Discentes da Unifacs |
| Lima e Carvalho (2018) | Dificuldade financeira | Discentes que recebem auxílio da UFPI |
| Guerra, Ferraz e Medeiros (2018) | Dificuldade em conciliar trabalho e estudo; Dificuldade em conciliar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública com outro curso de graduação. | Discentes de Gestão Pública do IFRN |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Verifica-se no Quadro 1 (estudos que foram realizados de 2010 a 2018), a diversidade de fatores intrínsecos e extrínsecos responsáveis pela evasão. Nota-se, também, que estes mesmos fatores encontram-se espalhados em diversas IES. Todos os dados apresentados representam os estudos realizados sobre a evasão no Ensino Superior no nordeste. A variedade de motivadores da evasão pode ser considerada semelhante, porém o processo para se chegar às causas são complexos e exigem dinamicidade e conhecimento do pesquisador. Neste caso, e nos demais citados, percebe-se que o problema é universal em relação aos cursos e às localidades, mostrando-se os mesmos aspectos nos estudos encontrados que fazem com que os discentes optem pela evasão.

Dentre todos os fatores, os que mais se destacam são “dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos (o mais frequente)”, “desmotivação e insatisfação com o curso (com destaque na estrutura curricular e na qualidade no ensino)” e “dificuldades financeiras para arcar com as despesas do curso”. Os fatores que envolvem as dificuldades financeiras, desmotivação com o curso, dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos e estrutura curricular do curso fazem conexão com os estudos de Maia (1984) e Krueel (1988), ou seja, é um fator motivador da evasão que persegue os estudantes de graduação desde a década de 80. Carvalho e Perota (1990) e Rosa (1994) também afirmam que a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos é um motivador da evasão e, conforme os estudos apresentados no Quadro 1, as pesquisas demonstram a continuidade desse fator até os dias atuais.

Nesta percepção, acredita-se que estudos sobre a evasão na educação superior vêm crescendo em nível nacional, desmistificando a retórica científica de que estudos ainda são incipientes. Barroso (1972); Maia (1984); Krueel (1988); Carvalho; Perota (1990); Rosa (1994) estes autores foram alguns encontrados que trabalharam com a temática da evasão iniciados décadas atrás com um enorme significativo científico, por tratar da identificação dos motivos relacionados ao abandono dos estudos no Ensino Superior e que contribuíram como alicerce para o desenvolvimento dos demais estudos da evasão no Ensino Superior do país.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta seção expõe a metodologia e procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa científica, evidenciando o objeto pesquisado, o tratamento metodológico, a análise estatística e descritiva dos dados obtidos e como foi realizado.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso do curso de Bacharelado em Turismo do CMRV da UFPI. Por ser um estudo de caso exploratório indutivo é considerada também uma pesquisa empírica por ter o propósito de investigar um fenômeno e o seu contexto para se chegar a compreensão do “por que” da incidência deste no curso (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2001). Também se caracteriza como descritivo, por retratar características da população objeto do estudo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Visando alcançar os objetivos, a pesquisa foi realizada com investigação bibliográfica, documental e entrevista com um questionário com perguntas abertas e fechadas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através dos resultados encontrados nas buscas realizadas nas plataformas de periódicos eletrônicos, com o objetivo de encontrar importantes informações de estudos passados, como conceitos e fatos do fenômeno em evidência.

A pesquisa documental foi desenvolvida através da Proposta Pedagógica do Curso de Graduação em Turismo, regimentos, resoluções e projetos em execução e em desenvolvimento, com o propósito de buscar informações básicas e mais complexas sobre o curso, como informações da sua criação, do seu funcionamento e propósitos de desenvolvimento do curso.

Utilizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas que, conforme Marconi e Lakatos, 2003, p. 201, conceitua esse método de pesquisa como “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído de por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário foi elaborado com 23 perguntas na plataforma Google Forms (Formulários Google) e enviado via link para os e-mails dos alunos evadidos do curso de Bacharelado em Turismo. O Google Forms é uma plataforma de acesso gratuito para elaborar

formulários online, onde se podem criar pesquisas com questões objetivas e subjetivas e, obter respostas já condicionadas a gráficos estatísticos. As respostas subjetivas são agrupadas de forma organizada para facilitar a análise. É uma ferramenta simples e ágil para se buscar respostas de amostras dispersas geograficamente, onde a entrevista corpo a corpo não poderia ser possível (BIJORA, 2018).

As perguntas fechadas serviram para levantar o perfil socioeconômico dos discentes evadidos e como estão as condições atuais dos mesmos; e, as abertas, para investigar os motivos que fizeram estes alunos abandonar o curso de graduação em Turismo antes da conclusão e que ações poderiam ser desenvolvidas para contribuir com a permanência do aluno no curso. O método utilizado para a investigação das respostas das perguntas abertas foi a análise de conteúdo, pois segundo Bardin (2016, p. 44), é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. E, a intensão da análise de conteúdo é a “[...] inferência de conhecimentos relativos às condições de produção científica de produção”, recorrendo a indicadores quantitativos ou qualitativos. Estas questões abertas foram o instrumento de indução, com o propósito de coletar as informações necessárias e expor os motivos da evasão.

Junto ao link, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esclarecendo o propósito, a importância da pesquisa e o anonimato dos respondentes, apenas dados relativos ao perfil socioeconômico e ao desempenho como aluno, enquanto estavam ativos no curso.

Os dados para contato (e-mails) e as informações acadêmicas e socioeconômicas dos discentes envolvidos na pesquisa, foram adquiridos da Coordenação de Planejamento Administrativo (CPAD), da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), da UFPI, através de relatórios e planilhas eletrônicas, obtidos diretamente do cadastro do aluno no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que é um sistema que concentra todas as informações dos cursos e dos alunos da UFPI, possuindo também outras funcionalidades, ou seja, “[...] tudo que seja relacionado à parte acadêmica da universidade” (BRASIL, 2013), disponibilizados após a aprovação do projeto no conselho de ética da UFPI na Plataforma Brasil. Estas informações, consideradas significativas para este estudo, foram o alicerce mor para a busca dos resultados; pois, conforme os objetivos específicos, eles definiram o perfil acadêmico e socioeconômico dos discentes.

A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo. Qualitativa por adotar a técnica de análise de conteúdo na tentativa de analisar o fenômeno da evasão de forma espontânea com

outros fatores e por explorar e investigar a fundo com questões subjetivas os motivos da evasão (MARCONI, LAKATOS, 2003; VIANELLO, 2012; BARDIN, 2016) e, quantitativa por trabalhar estatisticamente as respostas dos alunos evadidos.

O universo desta pesquisa é constituído de todos os discentes do Curso de Bacharelado em Turismo com histórico de evasão registrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no período de 2014 a 2018, ou seja, representada pelo conjunto de alunos que solicitaram em caráter formal a desistência do curso (Termo de Desistência), os que, por alguma razão, não efetuaram a matrícula curricular nos períodos estipulados nos cronogramas (por abandono ou não renovação da matrícula) e os que tiveram excedido o número de reprovação na mesma disciplina (em períodos consecutivos ou não).

Esse universo representou um total de 137 (cento e trinta e sete) discentes, dos quais foram extraídos dados socioeconômicos e acadêmicos para a realização do levantamento estatístico e descritivo das informações, ou seja, desenhou-se o perfil socioeconômico, acadêmico e demográfico dos discentes evadidos. O questionário foi trabalhado nos meses de junho a setembro deste ano e, em seguida, buscou-se extrair os exatos motivos que os levaram a desistir/abandonar o curso.

No e-mail enviado pelo pesquisador abrangia informações sobre a pesquisa, o acesso ao questionário e, em anexo, o TCLE. Os dados gerados dos respondentes foram exportados para planilha eletrônica e feita a análise descritiva pelos softwares estatísticos *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) v. 20.0 (investigação quantitativa), apresentando-se os resultados desta análise em tabelas, gráficos, quadros e figuras e o *NVivo* v. 11 (investigação qualitativa), apresentando-se os resultados desta análise através da nuvem de palavras e da árvore de palavras. Conforme Silva et al. (2015) e Cavalcanti et al. (2017), a nuvem de palavras demonstra o grau de frequência das palavras de um determinado texto, enquanto árvore de palavras facilita a análise do contexto, pois possibilita analisar as palavras que antecedem e sucedem o conteúdo pesquisado.

A escolha do curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Federal do Piauí, do Campus Ministro Reis Velloso, na cidade de Parnaíba/Piauí, se deve ao fato deste curso possuir o terceiro maior índice de evasão no Campus (conforme Gráfico 1) e ter sido criado para atender à demanda do mercado turístico local e das suas adjacências (consideradas importantes pontos turísticos da região, contemplando também cidades litorâneas dos estados do Ceará e Maranhão). O período de 2014 a 2018 foi determinado com o intuito de fazer uma investigação

do fenômeno nos últimos cinco anos, verificando todas as ocorrências para entender a situação da evasão no curso.

4 O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E SUA REPRESENTATIVIDADE PARA O TURISMO NA ROTA DAS EMOÇÕES

Esta seção teórica possui a finalidade de apresentar a importância do curso de Bacharelado em Turismo para a formação profissional do estudante e, principalmente, para a atuação dos egressos no mercado de trabalho da região em questão, que faz parte da maior concentração turística dos municípios litorâneos do Piauí e suas circunvizinhanças, como exemplo o roteiro turístico Rota das Emoções, que contempla o Estado do Maranhão (Lençóis Maranhenses), o Estado do Piauí (Delta do Rio Parnaíba) e o Estado do Ceará (Jericoacoara).

Lembra-se que, apesar de ser uma rota que contempla os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e Jericoacoara como principais pontos turísticos, cada estado abrange diversos outros pontos e atrações turísticas, como será demonstrado.

4.1 O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO: convergência entre o ensino e o mercado de trabalho

O curso de Bacharelado em Turismo do CMRV da Universidade Federal do Piauí foi criado no ano de 2006 com o propósito de atender às necessidades de desenvolvimento e expansão das atividades turísticas da cidade de Parnaíba-PI e das cidades vizinhas. Teve seu Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução nº 91/06 – CEPEX/UFPI. Com 4 anos de duração, o curso possui objetivos importantes no tocante à preparação do discente, pois além de prepará-lo para a docência e a pesquisa, oferece o desenvolvimento de práticas operacionais, sendo objetivo principal do curso, conforme exposto no Projeto Pedagógico, fornecer “...ao aluno formado condição de gerenciar, planejar, dirigir e operacionalizar empresas turísticas (BRASIL, 2017d, p. 5). Possui as seguintes áreas de atuação: 1. Meios de Hospedagem; 2. Agências de Viagens; 3. Restaurantes; 4. Órgãos Públicos de Turismo; 5. Setor de Eventos; 6. Companhias Aéreas; 7. Cruzeiros; 8. Consultorias e; 9. Docência.

Por ser um curso de bacharelado, o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPP) de graduação em Turismo da UFPI/CMRV possui disciplinas intrínsecas para atuação de forma ampla e direta no mercado, ou seja, sua estrutura curricular é composta por disciplinas aplicadas e técnicas. Porém, visando a uma amplitude maior nos conhecimentos gerais do curso, o PPP

estende o desenvolvimento do ensino em Turismo também à docência e à pesquisa. Adotando essa metodologia, o ensino direcionado ao aluno através da combinação teórico/prático possibilita absorver os conhecimentos da realidade e dos eventos ligados ao turismo (BRASIL, 2017d).

Com isto, procura capacitar o aluno para planejamento, operacionalização, administração e gerenciamento de atividades em empreendimentos hoteleiros, na organização de eventos, em parques temáticos, em empresas de lazer e agências de viagens, de modo a poder atuar nos principais segmentos diretamente relacionados às atividades de lazer da sociedade (BRASIL, 2017d, p. 5).

O PPP atual, que foi reestruturado para o ano de 2017, ainda contempla que, para atingir os objetivos pedagógicos propostos, o curso busca “[...] conduzir os alunos a uma formação superior de qualidade, proporcionando um embasamento acadêmico, profissional, pessoal e social que os capacite a atuar em todos estes âmbitos de forma coerente e responsável” (BRASIL, 2017d, p. 5).

Desde a sua criação, o curso vem desenvolvendo o ensino teórico/prático em sua estrutura curricular, acompanhando o desenvolvimento gerado pelas constantes mudanças do mercado da região turística a qual está inserido. Todas estas mudanças mercadológicas provocaram alterações importantes no PPP no decorrer dos anos, no que se refere ao alcance de metas pedagógicas voltadas para as áreas do conhecimento, da técnica e da ética (BRASIL, 2017d).

No campo do conhecimento, a inovação de conceitos, através da inserção de novas correntes de pensamentos para nortear discussões e para a criação e propagação de novas ideias que levarão o futuro profissional a contemplar questões de planejamento e gerenciamento nas áreas de produção, distribuição e comercialização. Na área dos aspectos técnicos, o discente interage diretamente com atividades práticas, simulando possíveis casos para estimular a criatividade, buscar soluções e adquirir preparo para exercer a função do profissional turismólogo, ou seja, “[...] a fim de propor um constante pensar sobre ‘o que fazer’, ‘como fazer’ e o ‘por que fazer’ (BRASIL, 2017d, p. 6).

Para tanto, ainda no campo dos aspectos técnicos, são disponibilizadas, aos discentes, ferramentas fundamentais para tornar essa prática mais dinâmica e eficiente, como laboratórios de ensino prático, visitas técnicas, viagens a pontos turísticos e o estágio supervisionado, que é um complemento para o desenvolvimento profissional do discente. Em relação ao aspecto ético, é oferecido ao discente um envolvimento pedagógico com conduta profissional do turismólogo,

integrando questões sociais, familiares, econômicas, de cidadania e participação social, todas elas visando ao bem-estar geral da sociedade (BRASIL, 2017d).

Toda esta necessidade pedagógica no curso de Bacharelado em Turismo é reforçada por Brito (2012), que afirma ser o melhor método para ampliar a capacidade de adquirir conhecimentos de forma participativa (desenvolvendo o senso crítico). Essa prática “[...] busca desenvolver a capacidade dos alunos em investigar e analisar sobre os assuntos que são ou serão tratados em sala de aula fazendo com que desenvolvam na prática tudo o que aprenderam [...]” (BRITO, 2012, p. 16).

A preocupação de formar profissionais capacitados para atuar na região turística, na qual o curso está inserido justifica todas as mudanças apresentadas e julga a indispensabilidade de preparação contínua, pois como já foi instruído, as metas e objetivos do Curso de Bacharelado em Turismo são preparar o discente para atuar no mercado de trabalho, através do conhecimento teórico/prático adquirido para impulsionar a economia e gerar emprego e renda para a região (BRITO, 2012; BRASIL, 2017d).

A cidade de Parnaíba e os municípios circunvizinhos (nos estados do Maranhão e do Ceará) destacam-se como importantes regiões turísticas e são consideradas, ainda como regiões com grande potencial de desenvolvimento, consideradas também como melhores destinos indutores de turismo no país. A concorrência entre essas regiões turísticas é um fator a se destacar, pois a satisfação do turista é que propicia o crescente desenvolvimento econômico através dos seus produtos e serviços oferecidos (ARAÚJO, 2010).

Contata-se, então, que o produto turístico de qualquer destinação é constituído pelo conjunto de bens e serviços colocados no mercado para a satisfação das necessidades dos turistas, assim pode-se ressaltar que o produto turístico é uma compilação dos atrativos naturais, culturais, estrutura turística, preço e comercialização, ao fazer uma destinação integrar-se a um circuito turístico para receber turistas (ARAÚJO, 2010, p. 14).

Conforme Silva (2004, p. 15), “turismo compreende as inúmeras atividades que exigem o deslocamento de pessoas com finalidades que podem variar, tais como: divertimento, visitas a locais atrativos, lazer, movimentos culturais, higiene mental etc.” Na região das cidades litorâneas do Piauí, quanto nas cidades circunvizinhas, o mercado do turismo exige que o discente adquira bastante conhecimento e qualificação para promover o desenvolvimento constante de métodos e técnicas para melhor atender seus clientes, o aprimoramento e a diversificação de produtos e serviços, a conduta ética, enquanto profissional da área e ter consciência do uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Portanto, nota-se a preocupação do alcance da missão e dos objetivos propostos no PPP do Curso de Bacharelado em Turismo do CMRV, pois segundo Silva (2004), para o turismo contribuir com o desenvolvimento econômico e social de uma região é fundamental haver um planejamento sólido com ações aplicadas, constante monitoramento das atividades executadas e, principalmente, o bem-estar do patrimônio natural com políticas baseadas na sustentabilidade econômica, social e ambiental, ou seja, minimizar os efeitos negativos que o turismo produz perante a sociedade e o meio ambiente.

Atualmente, o curso possui as seguintes unidades acadêmicas, sendo algumas já em atividade e outras em desenvolvimento: 1. Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Turismo (EITUR); 2. Empresa Junior de Turismo (ROTAS); 3. Programa de Educação Tutorial (PET) – Ecoturismo de Base Comunitária (PET Turismo); 4. Centro Acadêmico de Turismo (CATUR); 5. Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer (CONTEMPLAR); 6. Laboratório de Projetos Turísticos; 7. Laboratório de Hospedagem e Gastronomia; 8. Centro de Atendimento ao Visitante (projeto em desenvolvimento); 9. Agência Escola².

No ano de 2010 o curso cria o primeiro grupo de pesquisa interdisciplinar no CMRV, formalmente reconhecido pela Pró-Reitoria de Programas de Pós-Graduação (PRPPG), chamado de “Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Turismo (EITUR)”, também chamado de “Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Turismo”. O grupo nasceu com o objetivo de promover pesquisas tanto na área de Turismo, quanto nas áreas afins para ampliar ações de desenvolvimento acadêmico ligadas à produção científica a nível estadual, regional e nacional (BRASIL, 2010d).

As pesquisas terão grande abrangência para o desenvolvimento e difusão de estudos e informações destinadas à sociedade civil organizada e à sociedade científica que contemplem a área de turismo e/ou das áreas afins. A importância deste grupo fortalecerá também as pesquisas concentradas no Delta do Parnaíba, considerado um dos ecossistemas atrativos para a prática do turismo sustentável. Outro ponto forte de inserção deste grupo é inserir os estudantes de turismo na pesquisa científica e na produção acadêmica (BRASIL, 2010d).

Em 2011, para dar maior dinamismo acadêmico, surge a Empresa Junior de Turismo (ROTAS), com natureza jurídica privada, responsável por alinhar a teoria absorvida no decorrer do curso às práticas administrativas, ou seja, o desenvolvimento das capacidades profissionais. Atua, dessa forma, para:

- Incitar o espírito empreendedor, crítico e analítico de seus associados;

² O CMRV/UFPI não disponibilizou as informações sobre a Agência Escola.

- Desenvolver as habilidades empreendedoras do aluno, dando a ele uma visão profissional já no âmbito acadêmico;
- Realizar estudos e elaborar diagnósticos e relatórios sobre assuntos específicos, inseridos nas áreas de atuação;
- Assessorar a implantação de soluções indicadas para problemas diagnosticados;
- Valorizar alunos e professores da "UFPI" no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, bem como a referida instituição;
- Promover a integração social e profissional de seus associados, segundo princípios de ética, cidadania e justiça; e
- Incentivar e desenvolver a responsabilidade socioambiental de seus associados (BRASIL, 2011, p. 1).

A ROTAS também realiza consultorias e presta serviços nas áreas de agenciamento e transporte, eventos, desenvolvimento regional e turístico, procurando sempre realizar um trabalho diferenciado e inovador. A gestão da empresa é de responsabilidade dos discentes escolhidos através de votação entre os alunos do curso. Estes gestores atuam distribuindo as obrigações e as atribuições com o objetivo de “... despertar o espírito empreendedor nos acadêmicos que desejam atuar no mercado de trabalho com novas ideias e com um diferencial daquilo que já existe nos meios de trabalho (BRASIL, 2011, p. 2).

O Programa de Educação Tutorial (PET) – Ecoturismo de Base Comunitária, também conhecido como “PET Turismo”, é um grupo composto por alunos do curso de Turismo, Ciências Econômicas e Engenharia de Pesca, e tem como propósito ações de desenvolvimento do turismo sustentável da comunidade da área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. O PET - Ecoturismo de Base Comunitária busca a preservação e cuidados com a conservação, respeitando os valores e a rotina diária dos moradores da área do Delta do Parnaíba, contribuindo, também, para a geração de emprego e renda. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) da UFPI é responsável pela publicação do edital que seleciona alunos ativos nos curso de Turismo, Ciências Econômicas e Engenharia de Pesca que, recebendo orientações de professores tutores, formam grupos para gerar atividades acadêmicas que envolvem o ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2019i). Após serem selecionados e organizados em grupos, os estudantes, já considerados bolsistas do PET, devem seguir os objetivos propostos, que são:

- Desenvolver atividades acadêmicas com padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;
- Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior no país e
- Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior (BRASIL, 2019i, p. 1).

O PET foi instituído pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e seus objetivos descritos acima estão em consonância com a Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010 e com a Portaria nº 343, de 24 de abril de 2013. Portanto, o PET contribui de forma direta para a evolução do ensino, pesquisa e extensão, propiciando aos envolvidos diferentes proporções quando se refere a vivências acadêmicas, que vão além da grade curricular disponibilizada no curso, ou seja, uma amplitude maior de conhecimentos para contribuir com a formação acadêmica do discente.

O CATUR surgiu em 2012, no CMRV, como um órgão representativo apartidário que possui como objetivo defender os interesses dos discentes do curso, principalmente participando e representando-os nos órgãos de colegiados na UFPI. Seus associados são alunos do curso de Bacharelado em Turismo, devidamente matriculados no CMRV que, uma vez escolhidos em votação aberta pelos outros discentes do curso, assumem direitos e deveres para com os demais discentes e para com o CMRV (CATUR, 2012).

O CONTEMPLAR é um núcleo de pesquisa criado no ano de 2017, conhecido também por “Grupo de Pesquisa Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer” e possui como *slogan* “Navegar é preciso, mas Contemplar é necessário”. Seu regimento interno foi aprovado no ano de 2018, através da Resolução nº 14/2018 – CEPEX/UFPI e, de acordo com seu Art. 1º,

[...] é um grupo de estudos e pesquisas da Universidade Federal do Piauí, vinculado ao Campus Ministro Reis Velloso, direcionado à divulgação e produção do conhecimento em suas diversas formas e espaços, na área específica dos estudos do lazer e áreas afins (BRASIL, 2018d, p.1).

Conforme seu Art. 2º, “o CONTEMPLAR tem por objetivo incentivar, organizar, produzir e divulgar a pesquisa de forma sistemática e integrada” (BRASIL, 2018c, p. 2), não só as pesquisas realizadas no CMRV, como também as realizadas por outras instituições participantes do grupo de estudo. Além disso, o núcleo se propõe a acompanhar os estudos e pesquisas realizados pelos membros, estimulando e orientando em todas as etapas, e se dispõe a realizar eventos, a nível nacional e internacional, como forma de divulgar as atividades desenvolvidas e disseminar o conhecimento construído através das pesquisas.

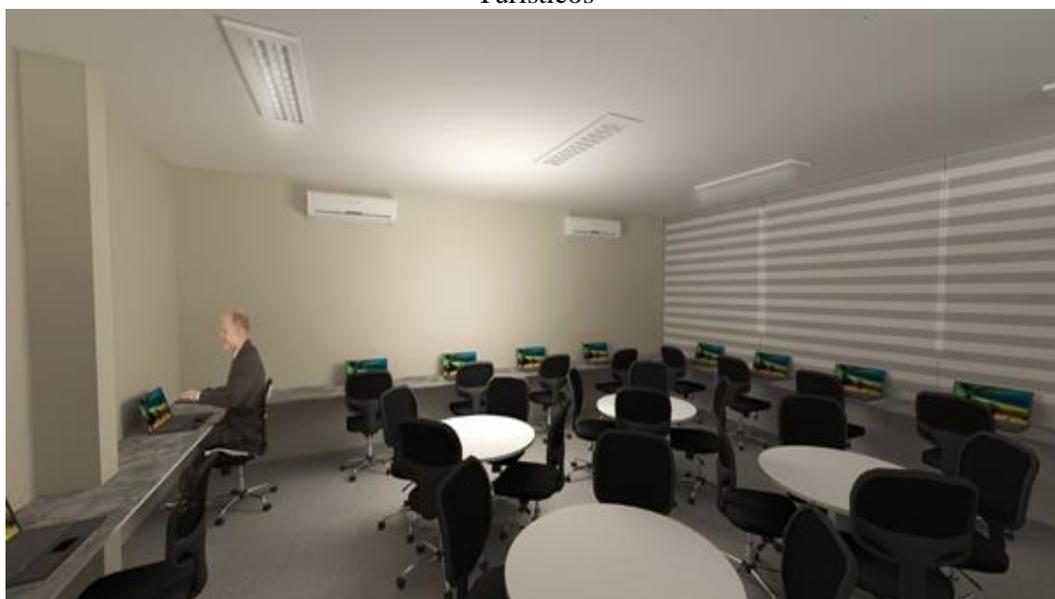
O Laboratório de Projetos Turísticos e o Laboratório de Hospedagem e Gastronomia foram criados para contribuir, de forma prática, com a formação acadêmica dos discentes e para atender às demandas do próprio curso. Os dois laboratórios tiveram seus regimentos internos aprovados no primeiro semestre deste ano, iniciando suas atividades no semestre seguinte; ficam localizados no próprio CMRV.

O Laboratório de Projetos Turísticos possui dois ambientes de aprendizagem, uma sala de reuniões e uma sala de elaboração de projetos e conforme o Art. 2º do regimento interno,

O laboratório de Projetos Turísticos objetiva propiciar um ambiente de aprendizagem para a criação, qualificação e avaliação de produtos turísticos, através de planos turísticos, projetos de intervenção, pesquisa de mercado e inventários. O laboratório permite que docentes e discentes desenvolvam atividades práticas e prestem serviços à comunidade (empresários, secretarias estaduais e municipais dos estados do Piauí, Ceará e Maranhão) (BRASIL, 2019n, p.1).

A Figura 4 representa o modelo de apresentação aprovado da sala de elaboração de projetos do Laboratório de Projetos Turísticos.

Figura 4 - Maquete da estrutura da sala de elaboração de projetos do Laboratório de Projetos Turísticos



Fonte: Brasil (2019n).

A Figura 5 representa o modelo de apresentação aprovado da sala de reuniões do Laboratório de Projetos Turísticos.

Figura 5 - Maquete da estrutura da sala de reuniões do Laboratório de Projetos Turísticos



Fonte: Brasil (2019n).

Já o Laboratório de Hospedagem e Gastronomia também possui dois ambientes de aprendizagem, o de Hotelaria, com dois setores – Recepção e Unidade Habitacional, e o de Gastronomia, com o setor Cozinha Escola. O seu propósito é exposto no Art. 2º do regimento interno, em que informa que o projeto “[...] objetiva a realização de atividades práticas das disciplinas de Meios de Hospedagem, Gastronomia e Laboratório de Hotelaria e Gastronomia” (BRASIL, 2019o, p.1).

A Figura 6 é o modelo de apresentação aprovado dos setores de hotelaria (recepção e unidade habitacional) do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia.

Figura 6 - Maquete da estrutura dos setores de hotelaria (recepção e unidade habitacional) do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia



Fonte: Brasil (2019o).

Já a Figura 7 representa o modelo de apresentação aprovado do setor cozinha escola do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia.

Figura 7 - Maquete da estrutura do setor cozinha escola do Laboratório de Hospedagem e Gastronomia



Fonte: Brasil (2019o).

Em termos de desenvolvimento do curso, atualmente existe outro projeto em fase de implantação, que é o “Observatório de Turismo do Piauí (OTPi)”. O OTPi, também denominado como “Observatório de Estudos e Pesquisas”, está diretamente ligado ao EITUR e tem como campo de atuação a coleta de dados importantes e a informatização de informações do Turismo da região do Polo Costa do Delta, que até então não são organizadas para serem apresentadas como ferramentas para divulgação do turismo e para contribuir para o desenvolvimento do turismo.

A não divulgação destas informações tem prejudicado a gestão das atividades turísticas dessa região, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada, pois deixa de realizar um planejamento adequado e, com isso, prejudica a organização das ações de ambas as partes que têm interesse em oferecer melhores produtos turísticos (VIEIRA, PERINOTTO, 2019).

O objetivo principal do OTPi é o de levantar dados sobre o turismo no Estado do Piauí, diagnosticar cenários e analisar tendências, atuando como um núcleo de pesquisas e inteligência de mercado. Portanto, os produtos a serem ofertados pelo OTPi originar-se-ão de uma estrutura articulada, congregada com instituições e pesquisadores, fomentando a rede de informações e a base de dados. A divulgação dar-se-á através de um portal eletrônico e um boletim, apresentando, assim, o conhecimento de forma organizada e sistematizada (VIEIRA, PERINOTTO, 2019, p. 29).

O OTPi possui uma grande importância no sentido de fomentar ainda mais as atividades acadêmicas com procedimentos teóricos/práticos específicos ao curso, contemplando, com isso, uma das preocupações do curso, conforme o seu Projeto Político Pedagógico, que é a formação e qualificação adequada do profissional para encarar o mercado de trabalho. O EITUR ainda apresenta outros projetos em fase de criação, entre eles está o “Novo Portal de Entrada do Campus” (Figura 8), que propõe como objetivo atender os visitantes do Campus e a comunidade externa, apresentando informações sobre todos os pontos e atividades turísticos da cidade e das circunvizinhanças. Será configurado como o “Centro de Atendimento ao Visitante”. A proposta é apresentar o projeto à gestão do CMRV até o final de 2020, pois a construção do local vai alterar a infraestrutura da entrada do Campus (BRASIL, 2017d). A figura 8 é um modelo de apresentação do projeto do Novo Portal de Entrada do Campus.

Figura 8 - Maquete da estrutura do Novo Portal de Entrada do Campus, o Centro de Atendimento ao Visitante



Fonte: Brasil (2018e).

O propósito do projeto é potencializar as ações de divulgação dos atrativos turísticos da região e promover uma melhor gestão do turismo para a população da cidade de Parnaíba, para a região litorânea, para o poder público local e, principalmente, para a iniciativa privada, que é o agente que viabiliza investimentos que contribuem para o avanço do cenário turístico.

4.2 O MERCADO DE TRABALHO NO ROTEIRO TURÍSTICO ROTA DAS EMOÇÕES

O SEBRAE é um importante parceiro quando se trata do desenvolvimento do Turismo a nível nacional. Regionalmente, atua como criador e articulador das Rotas das Emoções junto ao Ministério do Turismo, trabalhando continuamente com lideranças políticas regionais (Estados e Municípios), nacionais (Ministério do Turismo) e, principalmente, com a iniciativa privada, elaborando condições de desenvolvimento integrado (SEBRAE, 2008; SEBRAE, 2018).

O mercado de trabalho do turismo da região Rota das Emoções é considerado amplo, uma vez que, como já foi mencionado, compreende os três Estados (Piauí, Ceará e Maranhão) e possui uma extensão de aproximadamente 400 km. O Delta do Parnaíba, no Piauí; o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará; e os Lençóis Maranhenses, são considerados os principais destinos da rota, e, segundo o SEBRAE-PI, a rota possui um total de 14 cidades turísticas (SEBRAE, 2018). São quatro cidades no Piauí (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba), cinco cidades no Ceará (Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara) e cinco cidades no Maranhão (Araioses, Barreirinha, Paulino Neves, Santo Amaro e Tutoia). As capitais do Ceará (Fortaleza) e do Maranhão (São Luís) são mencionadas no roteiro turístico apenas como portais de entrada da rota, por serem cidades com infraestrutura aeroportuária adequada para atender a voos nacionais e internacionais (SEBRAE, 2019).

No primeiro semestre deste ano foi anunciado o programa de estímulo ao turismo pelo MTur, articulado conjuntamente com o SEBRAE e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o “Investe Turismo”, com investimento total na ordem de 200 milhões de reais para 30 rotas turísticas nas 5 regiões do Brasil, contemplando a Rota das Emoções. O programa propõe agilizar o desenvolvimento das regiões turísticas, focando na melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, contribuir com a geração de mais oportunidades de empregos, atrair mais investidores e aumentar a competitividade.

Já no início do segundo semestre, técnicos do MTur visitaram as principais localidades da Rota das Emoções para fazer levantamento de dados da região, como o perfil do turista e o perfil do mercado de turismo, para a realização de um planejamento com ações voltadas para estimular ainda mais o potencial turístico da rota (SEBRAE, 2019; BRASIL, 2019j). Essa visita teve o objetivo de levantar dados turísticos, ou seja, demanda e oferta dos produtos e serviços

oferecidos em toda a rota, para a preparação do plano de ação de investimento e, com isso, alavancar o potencial turístico já existente e desenvolver novos atrativos.

Há 14 anos o SEBRAE vem fortalecendo e expandindo o roteiro turístico Rota das Emoções com o intuito de transformar todo esse potencial turístico em investimentos e geração de emprego e renda. Em todo o roteiro turístico da Rota das Emoções, segundo levantamento do SEBRAE, existem mais de 340 meios de hospedagem, 450 empresas do setor de alimentação, 200 empresas do setor de comércio e 115 empresas receptivas (SEBRAE, 2018). Porém, a realidade do quantitativo levantado pelo SEBRAE é bem menor quando confrontamos essas informações com os dados retirados da página do Ministério do Turismo (MTur). Esse ministério criou dois sistemas importantes na área do Turismo, como forma de se enquadrar a padrões mundiais e tornar o turismo brasileiro mais atrativo: o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do Turismo (CADASTUR) e o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass). Esses sistemas armazenam os dados para expor informações necessárias da qualidade dos serviços oferecidos e dos pontos e atrativos turísticos de todo o Brasil (BRASIL, 2019k; BRASIL, 2019l).

O SBClass foi criado com o objetivo de classificar os meios de hospedagem e repassar aos turistas as informações necessárias sobre a categoria do local escolhido para hospedagem. Foi desenvolvido, pelo MTur, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e a Sociedade Brasileira de Metrologia (SBM), como uma forma de aumentar a competitividade do setor. O estabelecimento só poderá ter sua classificação registrada no SBClass se estiver devidamente cadastrado no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no setor de Turismo (CADASTUR) (BRASIL, 2019l).

O CADASTUR, criado em 2006, é um sistema totalmente *on-line* e visa a armazenar os dados de prestadores de serviços turísticos. Tem sua gestão no MTur e parcerias com Órgãos Oficiais de Turismo de todo o Brasil (BRASIL, 2019k). Apesar de ser um sistema que está em atividade desde o ano de 2006, existem, no banco de dados, informações de profissionais e estabelecimentos desatualizadas. O MTur iniciou, este ano, uma ação de fiscalização junto às empresas e profissionais do turismo, com o objetivo de atualizar cadastros e também para cadastrar novos entrantes. Conforme o CNTUR (2019) identificou-se que mais de 70% dos meios de hospedagem não possuem cadastros regularizados. O cadastro é importante para dar mais visibilidade ao turista que precisa obter informações sobre os pontos turísticos, para os investidores que buscam oportunidades de investimentos seguros e, principalmente, para aqueles que buscam oportunidades de trabalho após a formação na área do Turismo.

Apesar de o registro ser gratuito, as empresas e profissionais do turismo em atividade no Brasil devem se cadastrar e estar dentro das normas para exercer as atividades da área, ou seja, regularizados perante o MTur. Porém, segundo o CNTUR (2019), apenas 26% dessas empresas e profissionais estão registrados no CADASTUR. A logomarca do sistema é representada na Figura 9.

Figura 9 - Logomarca do sistema CADASTUR



Fonte: Site do MTur (BRASIL, 2019k).

Os dados levantados no CADASTUR sobre os prestadores da Rota das Emoções organizam e registram todas as atividades relacionadas ao turismo da rota que incorporam o espaço geográfico, levando em conta as paisagens naturais, consumo e lazer. As atividades identificadas no CADASTUR são as seguintes: Acampamento Turístico; Agência de Viagem; Meio de Hospedagem; Organizadora de Eventos; Parque Temático; Transportadora Turística; Guia de Turismo; Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva; Casa de Espetáculos e Equipamentos de Animação Turística; Centro de Convenções; Prestador Especializado em Segmentos Turísticos; Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos; Locadora de Veículos para Turistas; Parque Aquático e Empreendimento de Lazer; e Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares.

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam o levantamento realizado no CADASTUR das atividades turísticas da Rota das Emoções, nas cidades do estado do Piauí (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba), do estado do Ceará (Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara) e do estado do Maranhão (Araioses, Barreirinha, Paulino Neves, Santo Amaro e Tutoia), respectivamente.

Tabela 5 - Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Piauí

| Atividades Turísticas | Cidades do Estado do Piauí | | | | TOTAL |
|---|----------------------------|-------------|--------------|----------|-----------|
| | Cajueiro da praia | Ilha Grande | Luís Correia | Parnaíba | |
| Meios de Hospedagem | 13 | 0 | 17 | 12 | 42 |
| Transportadora Turística | 1 | 0 | 0 | 6 | 7 |
| Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares | 1 | 1 | 1 | 3 | 6 |
| Agência de Turismo | 0 | 12 | 0 | 34 | 46 |
| Guia de Turismo | 0 | 0 | 0 | 8 | 8 |
| Organizadora de Eventos | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Locadora de Veículos para Turistas | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Prestador Especializado em Segmentos Turísticos | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados do CADASTUR (BRASIL, 2019k).

Percebe-se, na Tabela 5, que os Meios de Hospedagem e as Agências de Turismo se destacam em quantidades na região das Rotas das Emoções no Piauí, com 42 meios de hospedagem e 46 agências de viagens, ambos formalizados. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirmam que em 2017 foram registrados, em todo o Estado do Piauí, 2.173 meios de hospedagem e 295 agências de viagem (BRASIL, 2019m). O IPEA não divulgou, até o momento, dados do ano de 2018. Portanto, nota-se, nesse período, que a maior concentração dessas duas atividades não está nas cidades integrantes da Rota das Emoções, ou por motivo de apresentarem uma desatualização cadastral ou por, definitivamente, não haver cadastro desses estabelecimentos em funcionamento no CADASTUR na região da rota, pois conforme o CNTUR (2019), uma pequena parte das empresas e profissionais não se registraram no sistema de prestadores de serviços turísticos.

Tabela 6 - Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Ceará

| Atividades Turísticas | Cidades do Estado do Ceará | | | | | TOTAL |
|--|----------------------------|---------|--------|------|--------------|------------|
| | Barroquinha | Camocim | Chaval | Cruz | Jericoacoara | |
| Meios de Hospedagem | 1 | 14 | 0 | 18 | 188 | 221 |
| Transportadora Turística | 0 | 2 | 0 | 5 | 21 | 28 |
| Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares | 0 | 2 | 0 | 3 | 6 | 11 |
| Agência de Turismo | 1 | 2 | 1 | 15 | 99 | 118 |
| Guia de Turismo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Organizadora de Eventos | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Locadora de Veículos para Turistas | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 | 6 |
| Prestador Especializado em Segmentos Turísticos | 0 | 1 | 0 | 6 | 29 | 36 |
| Acampamento Turístico | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos | 0 | 1 | 0 | 3 | 3 | 7 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados do CADASTUR (BRASIL, 2019k).

Já na Tabela 6, os dados apresentam, também, que as atividades referentes aos Meios de Hospedagem e às Agências de Turismo se destacam em quantidade na região das Rotas das Emoções no Ceará, porém, com um fluxo bem maior, ou seja, com 221 meios de hospedagem e 118 agências de turismo, ambos formalizados. As cidades de Jijoca de Jericoacoara se sobressaem diante das demais por terem um turismo mais desenvolvido e também por serem as únicas das cinco cidades que possuem uma infraestrutura aeroportuária, o Aeroporto Regional de Jericoacoara, Comandante Ariston Pessoa, recebendo voos domésticos de várias partes do Brasil, como Fortaleza (CE), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Campinas (SP), etc. (CEARÁ, 2018). Comparando, também, com os dados de 2017, do IPEA (BRASIL, 2019m), foram encontrados, em todo o estado do Ceará, 8.270 meios de hospedagem e 1.113 agências de viagem. Observa-se que o Ceará é um estado rico nas atratividades turísticas.

Tabela 7 - Atividades Turísticas da Rota das Emoções nas cidades do Estado do Maranhão

| Atividades Turísticas | Cidades do Estado do Maranhão | | | | | TOTAL |
|---|-------------------------------|-------------|---------------|-------------|--------|------------|
| | Araioses | Barreirinha | Paulino Neves | Santo Amaro | Tutóia | |
| Meios de Hospedagem | 2 | 49 | 2 | 15 | 10 | 78 |
| Transportadora Turística | 0 | 6 | 0 | 3 | 2 | 11 |
| Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares | 0 | 13 | 0 | 9 | 3 | 25 |
| Agência de Turismo | 2 | 85 | 1 | 76 | 7 | 171 |
| Guia de Turismo | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Organizadora de Eventos | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Locadora de Veículos para Turistas | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Prestador Especializado em Segmentos Turísticos | 0 | 3 | 0 | 2 | 2 | 7 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados do CADASTUR (BRASIL, 2019k).

A Tabela 7, referente às atividades turísticas da Rota das Emoções no Maranhão, apresenta também que há uma concentração maior nos Meios de Hospedagem e as Agências de Turismo, com 78 meios de hospedagem e 171 agências de viagens, ambos também formalizados. Os dados de 2017, do IPEA (BRASIL, 2019m), registram, em todo o estado do Maranhão, 3.323 meios de hospedagem e 451 agências de viagem.

Para termos uma análise mais detalhada do quantitativo dos três estados em questão, a Tabela 8 faz um paralelo com resultado total de cada estado das atividades turísticas da rota.

Tabela 8 - Paralelo do total das Atividades Turísticas da Rota das Emoções dos três estados

| Atividades Turísticas | Piauí TOTAL | Ceará TOTAL | Maranhão TOTAL |
|--|----------------|----------------|-------------------|
| Meios de Hospedagem | 42 | 221 | 78 |
| Transportadora Turística | 7 | 28 | 11 |
| Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares | 6 | 11 | 25 |
| Agência de Turismo | 46 | 118 | 171 |
| Guia de Turismo | 8 | 0 | 9 |
| Organizadora de Eventos | 3 | 2 | 2 |
| Locadora de Veículos para Turistas | 2 | 6 | 2 |
| Prestador Especializado em Segmentos Turísticos | 1 | 36 | 7 |
| Acampamento Turístico | 0 | 1 | 0 |
| Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva | 0 | 1 | 0 |
| Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos | 0 | 7 | 0 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados do CADASTUR (BRASIL, 2019k).

Analisando o total das atividades turísticas dos três estados acima, percebe-se que o Piauí fica muito atrás dos estados do Ceará e do Maranhão, que possuem mais empreendimentos turísticos e, portanto, mais oportunidade de trabalho para o profissional graduado em Turismo do CMRV.

Lembra-se que todos os dados apresentados são referentes aos estabelecimentos e profissionais de turismo que se encontram devidamente registrados no CADASTUR e, conforme já foi citado, o MTur fiscaliza, a nível nacional, todos os empreendimentos e profissionais que desempenham atividades voltadas ao Turismo para que estejam devidamente regularizados e registrados. Registra-se, também, nas tabelas acima, que de todas as atividades que estão relacionadas no CADASTUR, as que não foram identificadas nas Tabelas 5, 6 e 7 são aquelas atividades que não possuem registros de cadastro de empresas ou prestadores de serviços turísticos da Rota das Emoções no sistema.

Estes atrativos relacionados nas três tabelas acima (atividades turísticas) representam para os discentes do curso de Bacharelado em Turismo as oportunidades de trabalho, ou para exercer o conhecimento técnico adquirido, ou para oportunidades de empreender, ou seja, para atuarem como profissionais da área.

5 AS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CMRV

Esta seção fará uma análise das ações desenvolvidas com as políticas de permanência no âmbito nacional e no CMRV e das estratégias adotadas para o enfrentamento da evasão.

5.1 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um programa do governo federal que possui como foco principal e fundamental garantir a permanência de estudantes das IFES na modalidade de ensino presencial, nos quais se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, ou seja, enfrentar a retenção e a evasão, garantindo a permanência do estudante no curso de graduação, propiciando, com isso, oportunidades idênticas para todos e contribuindo para um melhor desempenho acadêmico durante o trajeto acadêmico (BRASIL, 2010b). É conhecido, também, como Programa Nacional de Assistência Estudantil ou Política Nacional de Assistência Estudantil.

O PNAES surgiu para quebrar o paradigma do modelo de acesso à educação que privilegiava o setor privado, com custos altíssimos, excluindo, assim, aqueles estudantes de classes mais baixas da população. Tal processo deu prioridade à democratização do acesso e contribuiu para a melhoria do Ensino Superior. Segundo Oliva (2010), o PNAES surgiu no ano de 2008, após a criação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007. O REUNI aumentou a oferta de vagas, de cursos noturnos, de professores e teve também como proposta o combate à evasão escolar. Portanto, o PNAES é um programa que, após essa expansão do Ensino Superior, mostrou-se eficiente para dar assistência aos alunos do Ensino Superior por conta do aumento da demanda.

Os serviços/ações oferecidos pelo PNAES são: moradia, alimentação, transporte, acompanhamento de saúde, apoio pedagógico, creche, inclusão digital, esporte, cultura e, entre esses, promove, também, o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com limitações de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Estas ações devem ser executadas, acompanhadas e avaliadas pela IES em que estudam, porém, respeitando os critérios

estabelecidos pelo programa. Para o aluno ser selecionado é necessário o enquadramento em critérios metodológicos que levam em conta a situação de vulnerabilidade econômica e critérios estabelecidos por cada IES, conforme sua realidade (BRASIL, 2010b).

O PNAES foi normatizado em 19 de junho de 2010, pelo Decreto nº 7.234, e o seu Art. 1º expressa que o programa, [...] “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Conforme seu Art. 2º, tem como objetivos (BRASIL, 2010c):

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Já o Art. 3º contempla que o PNAES “deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior” (BRASIL, 2010c).

Ou seja, o PNAES é:

(...) um conjunto de princípios e diretrizes, positivados por meio do Decreto nº 7.234/2010, que norteiam a implementação de ações para garantir a permanência e a conclusão de curso de graduação pelos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica” (BRASIL, 2017e, p. 3).

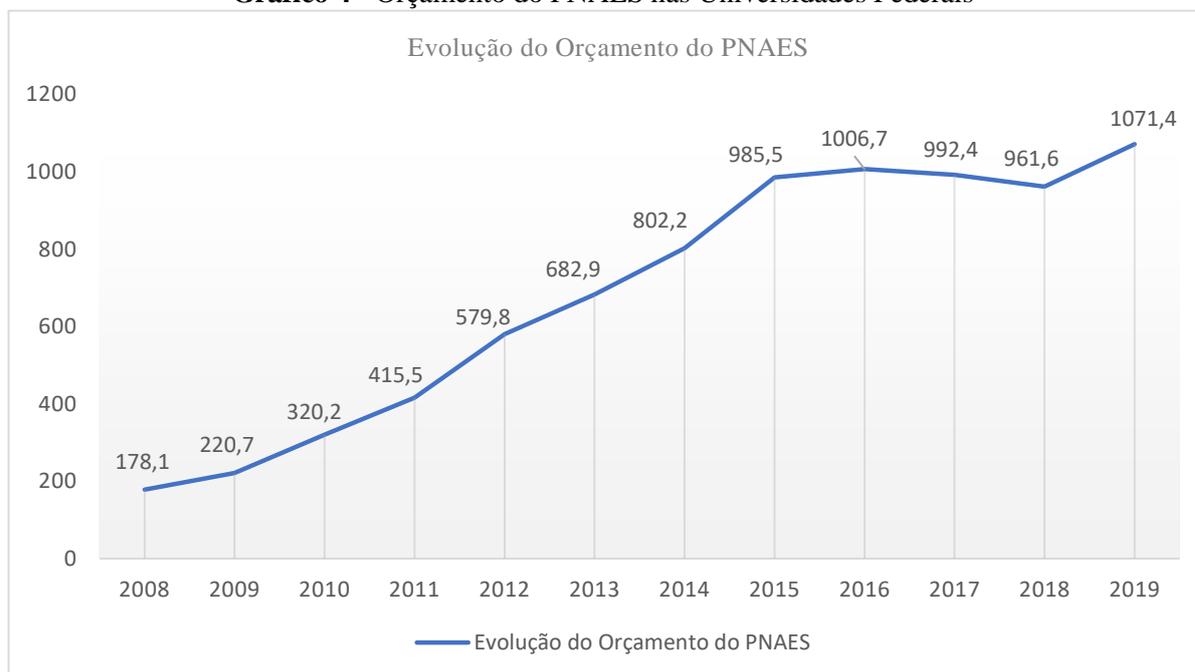
Autores como Oliva (2010) e Recktenvald *et al.* (2018) afirmam que o PNAES potencializa não só o ingresso de estudantes ao Ensino Superior, mas o advento de novas IFES e cursos, uma vez que introduz aportes que permitam meios de sustentação e garantias de permanência para aqueles discentes que estão em condições de vulnerabilidade econômica e, com isso, as oportunidades surgem e estimulam a procura pela graduação.

Recktenvald (2018, p. 410) apresenta pontos bastante interessantes sobre a importância do PNAES na percepção dos pais dos estudantes, dos professores e dos gestores das IES. Ele afirma que [...] “para os pais dos estudantes, o PNAES representa segurança em saber que há amparo ao filho nas suas necessidades básicas da permanência e que a universidade está fazendo o que o próprio pai não pode fazer”. Para os docentes, percebendo que seus alunos estão sendo assistidos por benefícios do programa na IES, ficam despreocupados em relação ao foco dos alunos nos estudos, pois esses não deixariam de se concentrar nas atividades acadêmicas para

buscar meios para arcar com despesas pessoais e as que são geradas pelo próprio curso, ou seja, as despesas de necessidades acadêmicas. E, para os gestores, representa recebimento de recursos para investir nas políticas de permanência do aluno e, conseqüentemente, gerando aumento nos índices de rendimento acadêmico, enfrentando a evasão e a retenção (reprovação em disciplinas). Havendo comprovação da melhoria nos índices institucionais, como o aumento da quantidade de concluintes nos cursos, a IES passa a receber mais recursos do PNAES para aplicação nas políticas de assistência estudantil. A avaliação desses índices é realizada ano após ano.

Diante de todas essas condições de existência e funcionamento do programa, ressalta-se que para suprir o constante aumento da demanda de estudantes ao Ensino Superior e as garantias propostas é necessário recursos financeiros que são orçados pelo governo federal e administrados pelo MEC. No Gráfico 4, é possível verificar os crescentes investimentos que o governo federal disponibilizou para atender às demandas do PNAES desde quando surgiu, em 2008, até o ano de 2019.

Gráfico 4 - Orçamento do PNAES nas Universidades Federais



Fonte: Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2017f). SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (BRASIL, 2019g). Adaptado pelo autor (2019).

Observa-se acima um aumento considerável no orçamento do PNAES, atingindo um pouco mais de 1 bilhão de reais, ou seja, um avanço de um pouco mais de 500%, desde o início do programa até o ano de 2019. Em 2017, houve uma pequena redução de 2,3%, fazendo o

orçamento cair de um pouco mais de 1 bilhão de reais para 992,4 milhões de reais. No ano seguinte, acontece mais uma redução no orçamento e o valor reduz para 961,6 milhões de reais. No entanto, para o ano de 2019, retoma-se o crescimento dos investimentos e o valor chega a ultrapassar até o maior valor já registrado no orçamento do PNAES que foi no ano de 2016.

O aumento no investimento no PNAES gera também um significativo aumento das matrículas nas IES, ou seja, um aumento na quantidade de alunos por conta das novas oportunidades de assistência estudantil oferecidas pelo programa. Grande parte destes alunos que ingressam no Ensino Superior é considerado público-alvo dos benefícios, por estarem numa situação socioeconômica vulnerável e por encontrarem oportunidades de reverter essa condição, esforçando-se nos estudos (BRASIL, 2017f). O Gráfico 5 demonstra a evolução de matrículas nos cursos de graduação na modalidade presencial nas Universidades Federais.

Gráfico 5 - Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais em Universidades Federais



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior. Elaborado pelo autor (2019).

Esse crescimento de alunos matriculados nas universidades federais provoca, também, um crescimento na quantidade de alunos de baixa renda, o que provoca uma considerável procura por benefícios como os oferecidos pelo PNAES. Por conta disso, percebe-se a necessidade de ampliar os investimentos para atender os novos alunos e melhorar a gestão dos benefícios do programa, uma vez que esses recursos possuem limites. À medida que os

investimentos crescem, há uma necessidade paralela de expansão e otimização dos mecanismos internos que gerenciam o controle administrativo do programa.

5.2 O NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (NAE): os serviços e benefícios oferecidos para o enfrentamento da evasão e garantia da permanência no CMRV

O NAE é, segundo o Art. 2º do seu Regimento Interno, “[...] um núcleo multiprofissional [...]”, “[...]responsável pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES[...]” (BRASIL, 2019p, p. 1). Ainda conforme o Art. 2ª, aponta os seguintes propósitos,

- I - Propor, planejar, executar e avaliar as políticas de ações afirmativas, de acesso, permanência e enfrentamento das situações de repetência e evasão escolar de acordo com as áreas previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto 7.243, de 19 de julho de 2010);
- II - Assessorar a diretoria do Campus nos assuntos relacionados ao PNAES;
- III - Descentralizar e gerir programas, projetos e ações que integram o Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito do Campus;
- IV - Desenvolver as ações de Assistência Estudantil de acordo com as competências vigentes para cada setor descritas no capítulo III deste regimento;
- V - Contribuir para o desenvolvimento do discente, visando à sua formação integral e de qualidade;
- VI - Propor, selecionar e avaliar programas e projetos que atendam às áreas de atuação do PNAES;
- VII - Articular junto aos órgãos internos e externos ao Campus ações, orientado pelo disposto no Art. 2º, Inciso I, deste regimento;
- VIII - Consolidar e manter atualizado o Banco de dados e informações sobre a execução do PNAES, no Campus, em consonância com os preceitos legais da transparência e da informação;
- IX - Desenvolver ações buscando atender aos objetivos preconizados pelo PNAES;
- X - Executar de forma eficaz a Política de Inclusão e Acessibilidade, visando ao seu fortalecimento no âmbito institucional; e
- XI - Zelar pelo patrimônio e correto uso das verbas públicas destinadas a este serviço (BRASIL, 2019p, p. 1).

Apesar de serem políticas aplicadas diretamente como projetos do PNAES, o NAE se dispõe, com sua estrutura e com sua equipe de multiprofissionais, para ofertar os benefícios e os serviços com qualidade à comunidade acadêmica. Os serviços são ofertados a todos os alunos (graduação e pós-graduação), servidores da UFPI (técnicos administrativos e docentes) e para os funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviços à UFPI (BRASIL, 2019p).

O NAE é constituído com uma coordenadoria e os setores de Apoio Pedagógico, de Atenção à Saúde, de Psicologia Escolar, de Serviço Social e de Tradução e Interpretação de Línguas. “Os profissionais dos setores devem participar em comissões diversas do processo de

planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelo NAE” (BRASIL, 2019p, p. 5). Dentro da sua estrutura organizacional no CMRV, é composto pelos seguintes serviços: **Serviço de Benefício ao Estudante (SEBE)**, **Serviço Psicossocial**, **Serviço de Apoio Pedagógico ao Discente**, **Serviço de Atendimento em Saúde**, **Serviço Odontológico** e **Serviço de Tradução Interpretação Libras/Português/Libras**. Todos os benefícios e serviços oferecidos aos estudantes, principalmente aqueles que passam por situação de vulnerabilidade socioeconômica, têm o objetivo de assegurar sua permanência na instituição até a conclusão dos estudos. Por conta disso, as políticas de assistência contribuem diretamente para o desenvolvimento do desempenho acadêmico, pois agem como forma de evitar ocorrências como reprovações nas disciplinas e evasão (BRASIL, 2019q). A Figura 10 traz a logomarca do NAE e representa os benefícios e os serviços oferecidos à comunidade acadêmica no CMRV.

Figura 10 - Logomarca do NAE no CMRV representando os benefícios e serviços oferecidos



Fonte: Brasil (2019q).

As políticas de permanência de estudantes no CMRV, ou seja, as políticas do PNAES vêm sendo desenvolvidas bem antes da criação do NAE. Em 2008, o CMRV criou o setor de Serviço Social para ficar responsável pela condução dos serviços oferecidos pelo PNAES aos estudantes que possuam vulnerabilidade socioeconômica. O NAE foi constituído pela Resolução nº 29, de 23 de outubro de 2014, e está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), através da Coordenadoria e Assistência Comunitária (CACOM), porém, tendo sua gestão administrativa compartilhada com a Direção do CMRV.

A PRAEC está vinculada à Reitoria da UFPI e é a responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil de toda a UFPI. Essa Política de Assistência Estudantil estabelece fundamentos e orientações estabelecidos pelo Decreto nº 7.234/10 (PNAES), que conduzem as ações de enfrentamento da evasão, garantindo a permanência do discente até a conclusão do curso, principalmente aqueles que por algum motivo passam por situações de fragilidade e vulnerabilidade socioeconômica. A figura 11 representa a posição do NAE na estrutura organizacional da PRAEC (BRASIL, 2018g).

Figura 11 - Localização do NAE na estrutura organizacional da PRAEC



Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

O NAE está presente em todos os *Campi* da UFPI e seus serviços são oferecidos conforme a sua capacidade de atendimento a infraestrutura (BRASIL, 2019q).

Os benefícios oferecidos pela PRAEC/NAE do CMRV são apenas para alunos que comprovam possuir baixa renda. Esses benefícios representam contribuições para aliviar as despesas acadêmicas dos discentes, ou seja, a **Bolsa de Apoio Estudantil (BAE)**, que é um auxílio financeiro no valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), concedido por 24 meses; a **Residência Universitária (REU)**, que oferta moradia e alimentação (acesso gratuito ao Restaurante Universitário) aos discentes que são provindos de outros municípios ou de outros estados; a **Isenção da Taxa de Alimentação (ITA)**, que é o acesso gratuito ao Restaurante Universitário (RU); a **Bolsa de Incentivo a Atividades Socioculturais e Esportivas**

(**BIASE**)³, que é um auxílio financeiro de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), que visa o estímulo à participação de alunos em projetos sociais; o **Auxílio Creche (AC)**, que é uma bolsa no valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), concedido a estudantes que possuem filhos de até 3 anos e 11 meses de idade; o **Apoio à Participação em Eventos Científicos (APEC)**, que é uma ajuda de custo para participação em eventos científicos fora do Campus (valor de R\$ 400,00 – quatrocentos reais – ou R\$ 800,00 – oitocentos reais –, dependendo da região do Brasil ou, R\$ 1.200,00 para eventos fora do Brasil); a **Bolsa de Inclusão Social (BINCS)**, auxílio financeiro repassado ao aluno que presta apoio nas atividades acadêmicas a outro estudante portador de alguma necessidade educacional especial; e o **Kit Lupas**, que é um empréstimos de lupas para alunos que possuem alguma deficiência visual, para ajudar na leitura (BRASIL, 2018f). A aplicação total dos recursos do PNAES⁴ no CMRV em 2017 foi de R\$ 2.541.600 (dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil e seiscentos reais) e em 2018 foi de R\$ 2.453.000 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais), limitados no orçamento.

A Tabela 9 demonstra os benefícios oferecidos pelo NAE no CMRV e a quantidade de alunos atendidos entre 2014 e 2018.

Tabela 9 - Quantidade de benefícios oferecidos pelo NAE no CMRV de 2014 a 2018

| ANO | Benefícios | | | | | | | | | TOTAL |
|------|------------|-----|-----|-------|-------|----|------|-------|-----------|-------|
| | BAE | REU | ITA | BIAMA | BIASE | AC | APEC | BINCS | Kit Lupas | |
| 2014 | 583 | 40 | 25 | 21 | - | 13 | - | - | - | 682 |
| 2015 | 606 | 53 | 25 | 23 | - | 15 | - | - | - | 722 |
| 2016 | 706 | 47 | 43 | 36 | - | 19 | - | - | - | 851 |
| 2017 | 733 | 46 | 56 | 25 | - | 21 | 28 | - | - | 909 |
| 2018 | 817 | 50 | 102 | - | 20 | 20 | 43 | - | - | 1052 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos Relatórios da PRAEC (BRASIL, 2014; 2015b, 2016b, 2017e, 2018g).

Conforme demonstrado acima, o maior investimento do PNAES no CMRV é em BAE e, percebe-se também, em relação ao número total de benefícios, que de 2014 a 2018 esses investimentos em políticas de permanência para o discente vem crescendo de forma significativa, pois passaram de 682 em 2014, para 1.052 benefícios, ou seja, um crescimento de aproximadamente 55%. Durante esse período não houve atendimento através dos benefícios BINCS e Kit de Lupas.

³ A BIASE foi o resultado da unificação, em 2018, de três modalidade de bolsa: a Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA), de Incentivo a Atividades Esportivas (BIAE) e de Incentivo a Ações Afirmativas (BIAF) (BRASIL, 2018h).

⁴ Não há registros da aplicação dos recursos do PNAES no CMRV nos relatórios dos anos 2014, 2015 e 2016.

Já os Serviços oferecidos pelo NAE são aqueles que estão disponíveis à comunidade acadêmica do CMRV, como o **Serviço Pedagógico**, responsável por atender, acompanhar e orientar qualquer estudante do Campus; o **Serviço de Apoio Psicológico (serviço psicossocial)**, responsável pelo atendimento psicológico (acompanhamento de transtornos e aconselhamento psicológico); o **Serviço Odontológico**, responsável pelo atendimento clínico da saúde bucal de toda a comunidade acadêmica do CMRV; o **Serviço Médico e de Enfermagem**, que é responsável pelo atendimento médico ambulatorial para toda a comunidade acadêmica e promove, também, ações educacionais de prevenção e promoção da saúde; o **Serviço de Tradução e Interpretação em Libras**, encarregado de realizar a tradução e interpretação (mediação) em Libras para alunos e comunidade que possuem deficiência auditiva. Esse último fará parte do Núcleo de Acessibilidade que ainda não foi estruturado no NAE/CMRV e fará parte do **Serviço de Apoio a Pessoas com Deficiência**, o qual terá a responsabilidade de promover a acessibilidade no CMRV, objetivando aumentar o rendimento acadêmico, o crescimento pessoal e melhorar a autoestima da comunidade acadêmica (BRASIL, 2016c, 2018f).

A Tabela 10 aponta a quantidade de atendimentos realizados pelo NAE em relação a todos os serviços oferecidos e concedidos à comunidade acadêmica do CMRV.

Tabela 10 - Número de atendimento do NAE realizados a comunidade acadêmica do CMRV

| ANO | Serviços | | | | | TOTAL |
|-------------------|------------|-------------------|--------------|------------------------|------------------------------------|-------|
| | Pedagógico | Apoio Psicológico | Odontológico | Médico e de Enfermagem | Tradução e Interpretação em Libras | |
| 2014 ⁵ | - | - | 180 | - | - | 180 |
| 2015 ⁶ | 11 | 11 | 63 | - | - | 85 |
| 2016 | 172 | 35 | 806 | 220 | - | 1233 |
| 2017 | 326 | 116 | 641 | 525 | - | 1608 |
| 2018 ⁷ | 924 | 26 | 965 | 769 | - | 2684 |

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos Relatórios da PRAEC (BRASIL, 2014; 2015b, 2016b, 2017e, 2018f, 2018g).

⁵ O NAE/CMRV foi criado em outubro de 2014, portanto, nesse período, não houve atendimentos psicológicos pelo núcleo, uma vez que os atendimentos foram realizados pela Clínica Escola do Curso de Psicologia. Também não há dados de atendimento pedagógico, médico, enfermagem e de Libras, devido à não existência de profissionais da área no período (BRASIL, 2014).

⁶ O Serviço de Apoio Pedagógico do NAE/CMRV começou a funcionar a partir do segundo semestre de 2015. O Núcleo ainda enfrentou um período de greve geral, de junho a setembro, que afetou o desempenho no atendimento à comunidade acadêmica. Não há dados de atendimento médico, enfermagem e de Libras, devido à não existência de profissionais da área no período (BRASIL, 2015b).

⁷ Só houve atendimento psicológico no primeiro semestre, pois a profissional responsável da área solicitou afastamento para cursar pós-graduação.

Segundo Brasil (2018f), o Serviço Médico do NAE passou a funcionar, no ano de 2016, na Clínica Escola de Fisioterapia, no CMRV, proporcionando atendimento médico ambulatorial para a comunidade acadêmica (discentes, docentes, pós-graduandos, técnicos administrativos e terceirizados) e realizando também atividades instrutivas, de prevenção e promoção da saúde. Porém, no segundo semestre de 2018, os atendimentos passaram a ser realizados na nova estrutura física do NAE no CMRV, passando a integrar, junto a todos, os serviços oferecidos no Núcleo.

Percebe-se que, apesar de fundado no ano de 2014, foi a partir de 2016 que houve a ampliação dos atendimentos à comunidade acadêmica, com uma maior oferta dos serviços, ou seja, o pleno funcionamento das atividades do NAE. Esse fato é devido à admissão de novos profissionais (servidores técnicos administrativos), no período de 2015 e 2016, que reforçaram a equipe técnica do núcleo (BRASIL, 2015b, 2016b). De 2016 a 2018, mais que dobraram os atendimentos pedagógicos, apoio psicológico, odontológico e médico. Não há menção à prestação de serviços de Tradução e Interpretação em Libras no NAE nos relatórios de 2014 a 2018, nem mesmo a quantidade de atendimentos realizados.

Além desses benefícios e serviços oferecidos à comunidade acadêmica, o NAE promove ações coletivas importantes para estimular a participação social de todos no CMRV. Essas ações também contribuem para o enfrentamento da retenção e permanência do discente, uma vez que envolve o engajamento deles em projetos sociais locais como, acompanhamento em projetos de extensão (BRASIL, 2018f) e nacionais, tais como as Campanhas de conscientização do “Setembro Amarelo”, que são campanhas nacionais de prevenção ao suicídio; do “Outubro Rosa”, que trata da conscientização feminina acerca da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama; e do “Novembro Azul”, que aborda sobre a conscientização masculina para a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata (BRASIL, 2016b). Promove também palestras pedagógicas que treinam as habilidades coletivas dos que são contemplados pelos benefícios do PNAES, principalmente para os beneficiários da REU, pois para esses são elaboradas palestras que tratam do convívio e da mediação de conflitos na REU. O núcleo promove também eventos esportivos e atividades culturais e artísticas juntamente com os estudantes bolsistas da BIASE.

Em 2018 foi implantado o Serviço de Apoio à Amamentação (SAMA) para as mães estudantes e para as mães trabalhadoras da UFPI, que busca orientar mães que estudam e mães que trabalham no CMRV a como coletar, estocar e armazenar o leite materno para alimentar seus filhos em situações em que a mãe não está presente no horário da amamentação, ou para

doação, bem como para apoiar e incentivar a amamentação natural (BRASIL, 2016b, 2018f). A atuação e os resultados obtidos pelo NAE representam os esforços da equipe de multiprofissionais e do CMRV em buscar das melhores ações de políticas públicas dentro do PNAES para a permanência do discente na IES, ou seja, fazer com que esses concluam os cursos em tempo hábil, buscando uma qualificada formação profissional. A importância em continuar os investimentos em assistência estudantil é eminente, pois a entrega desses serviços e benefícios à comunidade acadêmica gera aspectos positivos.

6 OS MOTIVOS DA EVASÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO NO CMRV

Esta seção apresenta a análise descritiva dos dados primários obtidos junto à Coordenação de Planejamento Administrativo (CPAD) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) da UFPI, bem como informações extraídas dos históricos escolares e dos cadastros dos alunos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Logo em seguida, tratar-se-á da análise e discussão dos dados obtidos dos questionários respondidos pelos discentes evadidos, objeto deste estudo.

6.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES (2014 A 2018)

No período de 2014 a 2018, a população dos alunos evadidos do curso de Bacharelado em Turismo do CMRV correspondeu a um total de 137 (cento e trinta e sete) discentes. Os dados aqui apresentados referem-se à relação de informações disponibilizadas pela Coordenação de Planejamento Administrativo (CPAD)/UFPI de todos os discentes evadidos do curso de Bacharelado em Turismo do CMRV, nos anos de 2014 a 2018, como segue: nome completo, número da matrícula no curso, CPF, data de nascimento, nome da mãe, e-mail, números telefônicos para contato, estado de origem, turno do curso, forma de ingresso (sistema de cotas ou ampla concorrência), ano e período de ingresso, nota obtida no ENEM. Porém, alguns dados não são considerados na análise descritiva, pois podem promover a identificação do evadido, tais como: número da matrícula, CPF e o nome da mãe.

Com o objetivo de obter mais informações relevantes ao tratamento dos dados apresentados pela CPAD/UFPI, foi realizado, também, um levantamento de outros dados relevantes extraídos do próprio sistema SIGAA, como por exemplo: quantidade de períodos cursados, Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), quantidade de trancamentos de curso realizados, tipo de saída do curso (desistência por requerimento ou abandono), se está ativo em outro curso do CMRV e se tentou outro curso e também desistiu.

Organizados esses dados, constatou-se que do total dos discentes evadidos, 63 (sessenta e três) são do gênero masculino, representando 46% do total, e 74 (setenta e quatro) são do

gênero feminino, representando 54% do universo. Percebe-se que o gênero feminino se destaca no total de evadidos do curso.

A Tabela 11 demonstra a frequência e os índices percentuais dos discentes evadidos quanto ao gênero e quanto à idade.

Tabela 11 - Perfil quanto ao gênero e à idade

| IDADE | Frequência | % | Gênero | | | |
|------------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | | | Masculino | % | Feminino | % |
| De 19 a 24 anos | 61 | 44,5 | 24 | 38,10 | 37 | 50,00 |
| De 25 a 30 anos | 38 | 27,7 | 20 | 31,75 | 18 | 24,32 |
| De 31 a 35 anos | 20 | 14,6 | 8 | 12,70 | 12 | 16,22 |
| De 36 a 40 anos | 7 | 5,2 | 5 | 7,94 | 2 | 2,70 |
| Acima de 40 anos | 11 | 8,0 | 6 | 9,51 | 5 | 6,76 |
| Total | 137 | 100 | 63 | 100 | 74 | 100 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

De acordo com a Tabela 11, o maior índice de concentração de alunos evadidos do curso é dos que possuem entre 19 a 24 anos, ou seja, quase a metade de todos os alunos evadidos, representando uma frequência de 61 alunos e um percentual de 44,5%, sendo 24 evadidos do sexo masculino e 37 evadidos do sexo feminino. Esta faixa etária, de 19 a 24 anos, pertence a uma amostra característica do perfil de idade de estudante universitário.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), em sua V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada no ano de 2018, o maior índice de estudantes de graduação no Brasil está concentrado nos discentes que possuem idades entre 20 a 24 anos, representando um percentual de 49,3%. E o segundo maior índice está concentrado nos discentes que possuem idade menor que 20 anos, representando um percentual de 18,6%. Mesmo sendo perfis que possuem maiores índices de presença em graduações no país, os dados dessa mesma pesquisa confirmam que essas faixas etárias vêm perdendo espaço do ano de 1996 a 2018 (de 21,4% para 18,6% para o grupo de idade menor que 20 anos e, de 53,8% para 49,3% para o grupo que possui idade de 20 a 24 anos). Os grupos que possuem idades entre 25 e 29 anos e, maior ou igual a 30, vivenciaram uma escalada nos índices nesse mesmo período, de 14,6% para 17,3%, e de 10,2% para 14,8%, respectivamente. Ainda, segundo a pesquisa da ANDIFES (2018), o grupo de graduados nas IFES que mais está em ascendência é o que possui idade maior ou igual a 30.

Outro fator explorado nesta pesquisa é o estado de origem do estudante evadido. Mostra-se, na Tabela 12, a procedência de cada um dos 137 evadidos do curso.

Tabela 12 - Estado de origem do aluno evadido

| ESTADO | Frequência | % |
|-------------------------|------------|------------|
| Piauí | 113 | 82,5 |
| Maranhão | 9 | 6,6 |
| Ceará | 8 | 5,8 |
| Distrito Federal | 3 | 2,2 |
| Tocantins | 1 | 0,7 |
| São Paulo | 3 | 2,2 |
| Total | 137 | 100 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A tabela 12 apresenta a maior concentração de evadidos oriundos do estado do Piauí, com o total de 113 discentes (82,5%). Porém, além desses, o CMRV recebe também discentes de outros estados, ou porque moram em cidades próximas ao CMRV, ou por conta do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Tal fato relacionado ao SiSU é justificado por Lima e Araújo (2018, p. 9) em seu estudo, em que afirmam que:

O motivo dessa distribuição educacional é o Sistema de Seleção Unificada – SiSU, que permite ao candidato concorrer a vagas nas mais diversas áreas de estudo em todo o país, utilizando apenas a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou seja, isso permite ao candidato concorrer a uma vaga no ensino superior em qualquer universidade pública ou privada do país que tenha aderido ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU.

“Caracterizado por ser um sistema que permite aos candidatos a pleitearem cursos superior públicos em qualquer Unidade da Federação, o SiSU promoveu, entre outros aspectos, aumento da mobilidade geográfica dos estudantes” (GILIOLI, 2016, p. 49).

O SiSU surgiu como uma política de democratização das oportunidades de acesso ao Ensino Superior, uma vez que “[...] democratiza a oportunidade de acesso do estudante, na medida em que não cria obstáculos a sua participação, em sentido geográfico, de deslocamento e financeiro” (SANTOS, 2017, p. 1.723), porém, toda essa estrutura idealizada para facilitar o acesso às IES não prevê garantias para que o aluno permaneça no curso escolhido até a conclusão, pois essa política não inclui o estudo de fatores intrínsecos e extrínsecos em relação à situação socioeconômica do discente. Assim, o estudante, mesmo realizando planejamento para se deslocar para estudar em outra cidade, enfrenta situações adversas que podem vir a afetar seu desempenho nos estudos, provocando assim a evasão (SANTOS, 2017).

As demais frequências juntas, conforme a Tabela 4, somam um total de 24 alunos (17,5%) e demonstram que, por conta do SiSU, o CMRV recebe estudantes das demais localidades dos estados brasileiros, pois 9 discentes são do estado do Maranhão, 8 discentes são

do estado do Ceará, 3 são do Distrito Federal, 1 discente é do estado do Tocantins e 3 são do estado de São Paulo.

Lima *et al.* (2017), em seu estudo sobre evasão no ensino superior, demonstraram que o fator ‘origem de outra cidade’ aumenta a probabilidade de o discente evadir-se do ensino superior em 61,9%.

O estudo de Spinola (2003) afirma que o processo de transferência de domicílio para outra cidade diferente para cursar uma graduação pode ser um fator relevante para a evasão, pois o discente terá que optar por uma rotina diferente e enfrentar adversidades sem o apoio diário dos familiares.

Santiago (2015) segue a mesma linha de pensamento, quando afirma também que, por serem oriundos de outras localidades, os alunos necessitam de um aporte financeiro maior para manterem recursos básicos de sobrevivência como moradia, alimentação, deslocamento etc.

A Tabela 13 apresenta a referência cruzada dos fatores “Nota do ENEM” e “Forma de Ingresso”, apontando a frequência dos dois fatores.

Tabela 13 - Nota do ENEM e forma de ingresso

| Nota obtida no ENEM | Frequência | % | Forma de Ingresso | | | |
|---------------------|------------|------------|-------------------|------------|-----------|------------|
| | | | AMPLA | % | COTAS | % |
| De 400 a 450 pontos | 2 | 1,5 | 0 | 0 | 2 | 4,3 |
| De 451 a 500 pontos | 6 | 4,4 | 0 | 0 | 6 | 12,8 |
| De 501 a 550 pontos | 56 | 41,1 | 34 | 38,2 | 22 | 46,8 |
| De 551 a 600 pontos | 64 | 47,0 | 48 | 53,9 | 16 | 34,0 |
| De 601 a 650 pontos | 8 | 6,0 | 7 | 7,9 | 1 | 2,1 |
| Total | 136 | 100 | 89 | 100 | 47 | 100 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A análise da tabela 13 demonstra uma dimensão da forma de ingresso do aluno evadido em relação à nota do ENEM. Cabe destacar que apenas 1 dos 137 evadidos ingressou no CMRV através da modalidade Portador de Curso Superior (PCS), os demais entraram pelas formas de ampla concorrência ou cotas. Verificou-se que as notas obtidas no ENEM por todos os 136 evadidos ficaram entre 400 a 650 pontos.

A maior frequência de alunos evadidos está entre os que adquiriram entre 501 a 600 pontos no ENEM, correspondendo a 88,1% do total. Em relação à forma de ingresso, 89 alunos tiveram acesso ao curso através das vagas de Ampla Concorrência e 92,1% obtiveram entre 501 a 600 pontos no ENEM. Dos 47 alunos que ingressaram pelo sistema de Cotas (acesso concedido a alunos de baixa renda/conclucentes do ensino médio de escolas da rede pública de

ensino), 17,1% obtiveram de 400 a 500 pontos e 82,9% obtiveram entre 501 a 650 pontos no ENEM.

Nogueira *et al.* (2017) analisam a evasão sob a percepção que o SiSU propicia aos alunos na hora de escolherem os cursos nas IES usando a nota obtida no ENEM, ou seja, o SiSU estimula a escolha de um curso em que a nota obtida no ENEM seja suficiente para a convocação na IES a qual pretende ingressar. Desde a sua adesão nas IFES, o SiSU tem como propósito minorar as vagas ociosas, ou seja, buscar uma melhor eficiência na ocupação de vagas por alunos de qualquer lugar do país (mobilidade geográfica) e promover a inclusão social com a destinação de um percentual de vagas para os candidatos que concluíram o ensino médio em escolas públicas, a conhecida Lei das Cotas⁸. Em 2016, esse percentual para acesso dos cotistas à graduação passou a ser de 50% das vagas. Apesar disso, o autor verificou em seu estudo que esta promessa de eficiência institucional do SiSU provocava a evasão de alunos logo no primeiro período.

[...] é possível que as opções feitas pelos candidatos no SiSU não correspondam, em alguma medida, às escolhas que fariam caso não tivessem acesso às simulações relativas às notas de corte e à ordem de classificação no período de inscrição. Também não se pode esquecer que a facilidade para se inscrever a partir de qualquer ponto do país não significa a eliminação dos custos e dificuldades para se estudar fora do local de residência (NOGUEIRA; NONATO; RIBEIRO; FLONTINO, 2017, p. 71).

Sousa (2015) faz uma observação muito importante, quando afirma que o candidato, ainda por ser jovem e dependente, assimila que a qualquer custo deva buscar o acesso ao ensino superior, como forma de ‘agradar’ seus responsáveis. Ainda completa afirmando que:

O que se observou, com a nova sistemática do SiSU é que, paralelo à herança cultural em que o jovem está inserido, às suas aspirações individuais, às pressões e frustrações cotidianas, está a sua inserção no “jogo do SiSU”. No momento da disputa, as pretensões de vitória passam a ser o foco, fazendo com que, em muitos casos, o sonho almejado, a busca pelo curso de preferência, passe a ser adiado (SOUSA, 2015, p. 72).

Santos (2017, p. 1.719) conclui afirmando que os discentes muitas vezes não fazem a opção por um curso de graduação motivados por pretensões profissionais, mas que essa escolha “[...] advém da oportunidade concedida pelas notas obtidas no Enem, pela oferta do curso apresentada no sistema pela instituição e pelo sonho do ingresso na educação superior”.

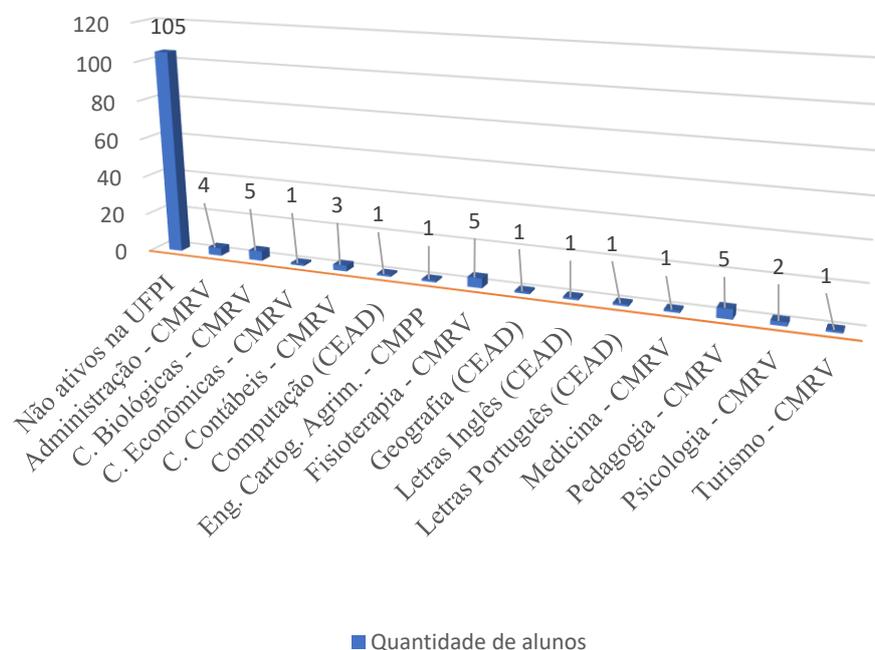
Nogueira *et al.* (2017) revelam, ainda, que uma considerável parte dos alunos evadidos retorna para a mesma IES usando a mesma nota do ENEM, no mesmo ano em que houve o

⁸ Lei nº 12.711/2012, a Lei das Cotas, obriga que as IFES reservem um percentual das vagas dos cursos (independente do turno) para alunos que tenham concluído todo o ensino médio na rede pública de ensino.

desligamento, ou seja, no segundo semestre do ano. Esse retorno é simplesmente para tentar uma nova oportunidade de escolher o mesmo curso ou outro curso de graduação em outra IES ou na mesma que estudou.

Essa realidade é comprovada na análise dos dados mostrados no gráfico 6, pois dos 137 alunos evadidos do curso de Bacharelado em Turismo, 32 estão com status ativo em cursos no próprio CMRV e em outros cursos de outros Campus da própria UFPI, evidenciando, assim, que esses 32 discentes evadiram apenas do curso de Bacharelado em Turismo, mas continuam ativos no sistema de ensino e dentro da mesma IES.

Gráfico 6 - Alunos evadidos do Curso de Bacharelado em Turismo ativos em outros cursos da UFPI



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Averigua-se, no gráfico 6, que apesar de todos os discentes relacionados pertencerem ao universo dos evadidos do curso de Bacharelado em Turismo, no período de 2014 a 2018, apenas 01 aluno está ativo exatamente no mesmo curso. Ainda que tenha se desvinculado do curso de Bacharelado em Turismo, o aluno optou por retornar para o mesmo curso. Supõe-se que esse único caso possa ser tratado como a proposta de Lima (2017), a partir dos estudos de Gilioli (2016), como uma ‘nanoevasão’. Lima (2017) afirma que a nanoevasão tem como característica a permanência do aluno no próprio curso, dentro da mesma instituição, porém, transferindo-se para outra modalidade de formação, como licenciatura ou bacharelado; ou mudando o turno de estudo; ou mudando a modalidade de ensino de presencial para a distância,

ou vice versa; ou até mesmo transferindo-se para outro Campus. Os demais casos podem se enquadrar, ainda, segundo Gilioli (2016), como microevasão, ou seja, a mudança de curso dentro da própria instituição.

A Tabela 14 apresenta um levantamento realizado no sistema SIGAA dos evadidos que, apesar de desistirem do curso de Bacharelado em Turismo, tentaram cursar outros cursos na UFPI e também desistiram.

Tabela 14 - Tentou outro curso na UFPI e também abandonou

| Resposta | Frequência | % |
|--------------|------------|------------|
| Sim | 23 | 16,8 |
| Não | 114 | 83,2 |
| Total | 137 | 100 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Constata-se (Tabela 14), então, que foram identificados 114 evadidos que não se encaixam nessa situação. No entanto, foram encontrados 23 casos de ingresso em cursos diferentes na UFPI, também com a condição de evadidos.

A frequência dos 23 alunos representa 16,8% que, além de abandonarem o curso de Bacharelado em Turismo, tentaram outros cursos na UFPI e, por algum motivo, também não chegaram a concluir. Esses, por sua vez, com a intensão de conseguir a formação superior, retornam com a esperança de finalizar os estudos e, por alguma razão, não completam o ciclo dos estudos (BRASIL, 2016a).

Os resultados referentes aos dados apresentados na Tabela 14 encontraram tentativas nos seguintes cursos na UFPI: Administração, Biomedicina, Ciências Biológicas (presencial e a distância), Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Natureza, Ciências Sociais, Engenharia de Pesca, Física, Fisioterapia, Matemática, Medicina Veterinária, Pedagogia e Turismo, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 - Dados gerais dos 23 evadidos que cursaram outro curso na UFPI e também desistiram

| Aluno | Períodos Cursados em TURISMO | Outro curso | Períodos Cursados no outro curso | Forma de desligamento |
|-------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 | 5 | Ciências Contábeis | 1 | T. DESISTÊNCIA |
| 2 | 2 | Pedagogia | Não efetuou MC ⁹ | T. DESISTÊNCIA |
| 3 | 4 | Pedagogia | 1 | T. DESISTÊNCIA |
| 4 | 1 | Fisioterapia | 5 | ABANDONO (Edital) |
| 5 | 1 | Turismo | 3 | ABANDONO (Edital) |
| 6 | 1 | Turismo | 3 | ABANDONO (Edital) |
| 7 | 2 | Fisioterapia / Med. Veterinária | 2 / 2 | T. DESISTÊNCIA |
| 8 | 2 | Matemática | 2 | T. DESISTÊNCIA |
| 9 | 1 | Ciências da Natureza | 2 | T. DESISTÊNCIA |
| 10 | 2 | Biomedicina | 3 | T. DESISTÊNCIA |
| 11 | 1 | Pedagogia | 3 | T. DESISTÊNCIA |
| 12 | 1 | Ciências Sociais | 5 | ABANDONO (Edital) |
| 13 | 1 | Fisioterapia | 2 | ABANDONO (Edital) |
| 14 | 1 | Ciências Econômicas | 1 | ABANDONO (Edital) |
| 15 | 1 | Engenharia de Pesca | 6 | EXC. REPROVAÇÕES |
| 16 | 6 | Ciências Biológicas | 3 | ABANDONO (Edital) |
| 17 | 1 | Turismo | 5 | ABANDONO (Edital) |
| 18 | 1 | Turismo | 3 | ABANDONO (Edital) |
| 19 | 4 | Turismo | 5 | T. DESISTÊNCIA |
| 20 | 1 | Administração | 5 | ABANDONO (Edital) |
| 21 | 2 | Turismo | 6 | ABANDONO (Edital) |
| 22 | 1 | Física | 1 | T. DESISTÊNCIA |
| 23 | 1 | Ciências Biológicas (CEAD) | 2 | T. DESISTÊNCIA |

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

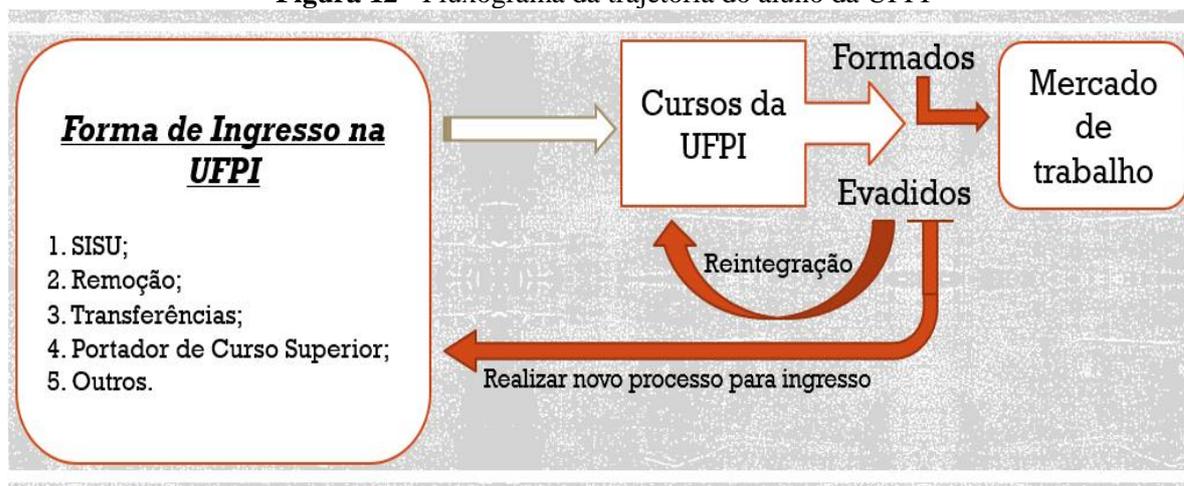
Segundo ilustram os dados do Quadro 2, foi possível levantar as informações sobre a quantidade de períodos cursados no curso de Bacharelado em Turismo e no outro curso até a situação de evasão, bem como a forma de desligamento do outro curso. Organizando os dados, temos: 1 no curso de Administração, 1 em Biomedicina, 2 em Ciências Biológicas (sendo 1 na modalidade presencial e 1 na modalidade a distância), 1 em Ciências Contábeis, 1 em Ciências Econômicas, 1 em Ciências da Natureza, 1 em Ciências Sociais, 1 em Engenharia de Pesca, 1 em Física, 3 em Fisioterapia, 1 em Matemática, 1 em Medicina Veterinária, 3 em Pedagogia e, 6 optaram por fazer novamente o curso de Bacharelado em Turismo. É importante informar que dos 23 evadidos da relação, há registro de 24 tentativas, pois um dos evadidos chegou a tentar dois outros cursos na UFPI, o curso de Fisioterapia e o curso de Medicina Veterinária, conforme item 7 na tabela. Registra-se, também, como forma de desligamento, 11 por Termo de

⁹ Matrícula Curricular

Desistência, 11 por Abandono e 1 por Excesso de Reprovação na mesma disciplina. Essas duas últimas formas de desligamento são explicadas na análise do Gráfico 8 (Tipos de desligamentos no curso).

É importante descobrir os motivos que levam o aluno a escolher o curso e, principalmente, os motivos que originaram o abandono dos estudos. Para isso, é relevante entender todo o percurso do aluno desde o ingresso na UFPI. A Figura 12 explica esse processo.

Figura 12 - Fluxograma da trajetória do aluno da UFPI



Fonte: Adaptado de Andrade (2016). Elaborado pelo autor.

A figura 12 apresenta o fluxograma da trajetória do aluno desde o início (ingresso nos cursos de graduação). Apesar da trajetória apontar os evadidos para a reintegração ou para um novo ingresso, há casos, já discutidos neste trabalho, de que parte dos alunos abandonam os estudos para trabalhar, como afirmam Vasconcelos *et al.* (2013), Feitosa (2016), Gomes *et al.* (2017), Guerra *et al.* (2018), vistos anteriormente. A figura 4 demonstra também as atuais formas de ingresso na UFPI, sendo que o SiSU é a forma que possui maior representatividade de acesso aos cursos e durante esse processo eles podem obter êxito com a formação, por considerarem que necessitam de qualificação (ANDRADE, 2016), ou abandonar os estudos antes da conclusão. Alguns tentam o reingresso para o mesmo curso ou realizam um novo processo para ingressar em outro curso.

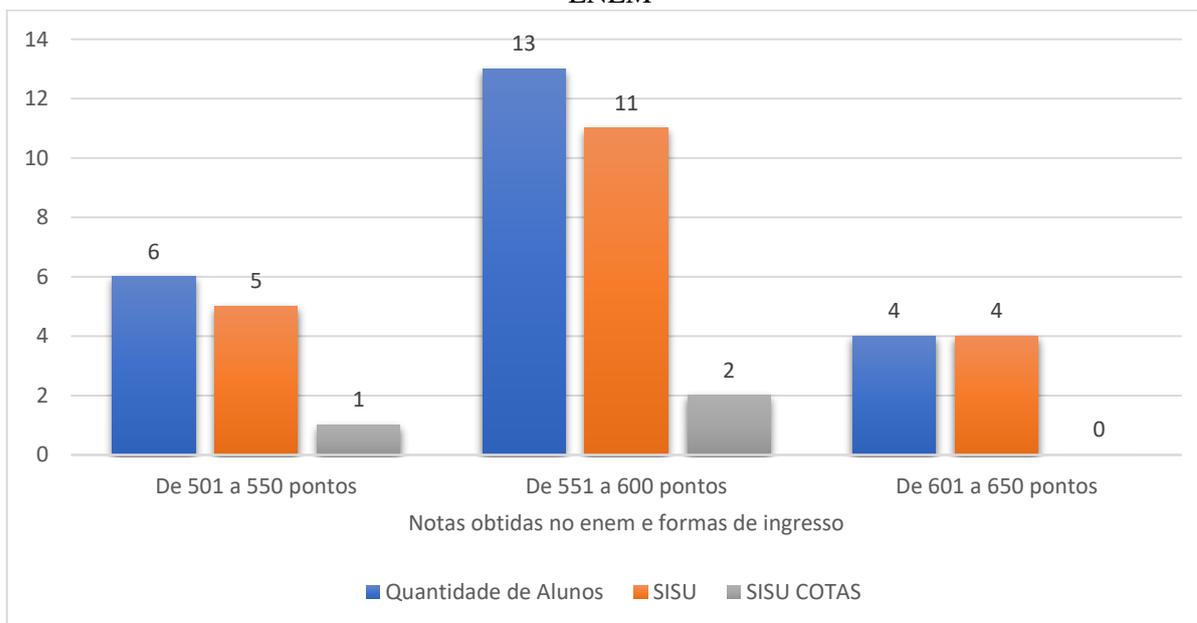
“Razões por problemas pessoais de força maior que o levam a uma momentânea perda de rendimento e o conseqüente desligamento, são casos que parecem ser mais frequentes na solicitação de reintegração” (ANDRADE, 2016, p. 23). No entanto, à medida em que esses abandonam a graduação procurando oportunidades no mercado de trabalho, estão diminuindo

seu valor de mão de obra, por não terem adquirido mais habilidades técnicas, ou seja, qualificação profissional em nível superior.

Essas razões são inibidas com as políticas de enfrentamento da evasão e garantia de permanência, que vão ser tratadas posteriormente. Porém, apesar de as estatísticas apontarem desligamentos e riscos de desligamentos, o objetivo é incentivar a permanência e o desenvolvimento profissional de todos os alunos, para, assim, enfrentar a evasão.

Uma análise significativa é a relação entre a Tabela 13 (Nota do ENEM e forma de ingresso) e a Tabela 14 (Tentou outro curso na UFPI e também abandonou). O resultado das notas do ENEM dos 23 alunos que tentaram outro curso não foi inferior a 501 pontos, conforme demonstra o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Relação entre alunos que tentaram outro curso e também abandonaram com a nota do ENEM



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Demonstra-se, portanto, no Gráfico 7, que a maior frequência é a dos alunos que obtiveram notas no ENEM entre 551 a 600 pontos, sendo 11 alunos com ingresso pela modalidade de ampla concorrência e 2 pelo sistema de cotas. A segunda maior frequência foi de apenas 6 alunos, com apenas um ingressante pelo sistema de cotas. A menor frequência, com apenas 4 alunos, todos ingressantes pela modalidade de ampla concorrência. Percebe-se que apenas 3 alunos do sistema de cotas tentaram ingressar novamente em outro curso.

A Tabela 15 disponibiliza dados dos períodos de ingresso dos evadidos nos anos de 2014 a 2018.

Tabela 15 - Período de ingresso no curso

| Períodos | Frequência | % | % Acumulado (1º semestre / 2º semestre) |
|--------------|------------|------------|--|
| 2014.1 | 21 | 15,3 | 30,0 |
| 2014.2 | 20 | 14,7 | |
| 2015.1 | 19 | 13,9 | 27,8 |
| 2015.2 | 19 | 13,9 | |
| 2016.1 | 15 | 10,9 | 26,2 |
| 2016.2 | 21 | 15,3 | |
| 2017.1 | 5 | 3,6 | 8,0 |
| 2017.2 | 6 | 4,4 | |
| 2018.1 | 6 | 4,4 | 8,0 |
| 2018.2 | 5 | 3,6 | |
| Total | 137 | 100 | 100 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Verifica-se, na Tabela 15, que 30% dos evadidos ingressaram no ano de 2014, totalizando 41 discentes; 27,8% ingressaram no ano de 2015, totalizando 38 discentes e; no ano de 2016, ingressaram 36 discentes. Portanto, a maior parte dos evadidos ingressou no curso nos anos de 2014, 2015 e 2016. Apenas 22 dos evadidos ingressaram nos anos de 2017 e 2018, 11 discentes para cada ano.

Saber qual foi o período de ingresso dos discentes é o ponto de partida para analisar a sua evolução no curso até o momento da evasão, ou seja, ter uma noção de quantos períodos foram cursados e, posteriormente, explorar o desempenho enquanto alunos do curso. A tabela 16 faz o levantamento da quantidade de períodos cursados até o desligamento, detalhando os dados.

Tabela 16 - Quantidade de períodos cursados até a evasão

| Períodos de ingresso | Quantidade de alunos por períodos cursados | | | | | | | Total por ano |
|----------------------|--|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|---------------|
| | 1P | 2P | 3P | 4P | 5P | 6P | 7P | |
| 2014.1 | 11 | 3 | 3 | - | 2 | - | 2 | 41 |
| 2014.2 | 8 | 4 | 1 | 4 | 2 | 1 | 0 | |
| 2015.1 | 5 | 10 | 2 | 1 | 1 | - | - | 38 |
| 2015.2 | 11 | 3 | 2 | 2 | 1 | - | - | |
| 2016.1 | 8 | 2 | 4 | 1 | - | - | - | 36 |
| 2016.2 | 18 | 3 | - | - | - | - | - | |
| 2017.1 | 4 | - | - | - | 1 | - | - | 11 |
| 2017.2 | 2 | 2 | 2 | - | - | - | - | |
| 2018.1 | 2 | 3 | 1 | - | - | - | - | 11 |
| 2018.2 | 5 | - | - | - | - | - | - | |
| TOTAL | 74 | 30 | 15 | 08 | 7 | 1 | 2 | 137 |

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Verifica-se acima, na Tabela 16, que 74 dos 137 discentes cursaram apenas o 1º período do curso antes de se evadirem, sendo que foi no ano de 2016 que houve a maior quantidade de

desligamentos de alunos que cursaram apenas o primeiro período, com um total de 26 evadidos. Pode-se afirmar que o primeiro e o segundo períodos do curso de Bacharelado em Turismo parecem ser uma prova de fogo aos discentes em relação à permanência no curso. Gilioli (2016) também admite, assim como Nogueira *et al.* (2017), que a maior incidência de evasão acontece no primeiro ano (no primeiro ou no segundo semestre).

Segundo Coulon (2008), o discente percebe a estrutura acadêmica de forma impactante, enfrentando praticamente sozinho as dificuldades de adaptação do ambiente administrativo da universidade e das relações interpessoais. Por conta disso, Coulon (2008, p. 36) afirma que para os calouros, o primeiro ano de estudo na universidade é “o ano de todos os perigos”, pois esse impacto relaciona-se com o novo nível de estudos, com a nova adaptação às normas e regras de funcionamento do curso e da universidade. Esses são os fatores determinantes, segundo o autor, que garantirão ou não a permanência do discente no Ensino Superior. “A passagem do Ensino Médio ao Superior é acompanhada por mudanças importantes em sua relação com o saber: as regras não são as mesmas, elas são mais sofisticadas, complexas, simbólicas e devem ser rapidamente assimiladas pelos novos estudantes” (COULON, 2017, p. 1.239).

Nos demais casos, analisando a contagem geral podemos constatar que 30 discentes cursaram apenas 2 períodos antes do desligamento, 15 chegaram a cursar até o 3º período, 8 discentes cursaram até o 4º período, 7 evadiram-se após ter cursado até o 5º período; apenas um, de todos os discentes, chegou a cursar até o 6º período e dois chegaram a cursar até o 7º período. Esses dois últimos casos provocam uma inquietação em relação aos motivos da evasão, já que estavam bem próximos da conclusão do curso. Porém, analisando em termos estatísticos, em média, o tempo de permanência dos discentes evadidos no curso de Bacharelado em Turismo, no período de 2014 a 2018, foi de 3,9 semestres.

Outro fator analisado na pesquisa é o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), que estabelece o desempenho do aluno no curso através da nota adquirida nas disciplinas. A Tabela 17 apresenta o IRA dos evadidos.

Tabela 17 - Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)

| Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) | Frequência | % |
|---|-------------------|------------|
| De 0,0 a 1,99 pontos | 63 | 46,0 |
| De 2,0 a 3,99 pontos | 16 | 11,7 |
| De 4,0 a 5,99 pontos | 23 | 16,8 |
| De 6,0 a 7,99 pontos | 18 | 13,1 |
| De 8,0 a 10,0 pontos | 17 | 12,4 |
| Total | 137 | 100 |

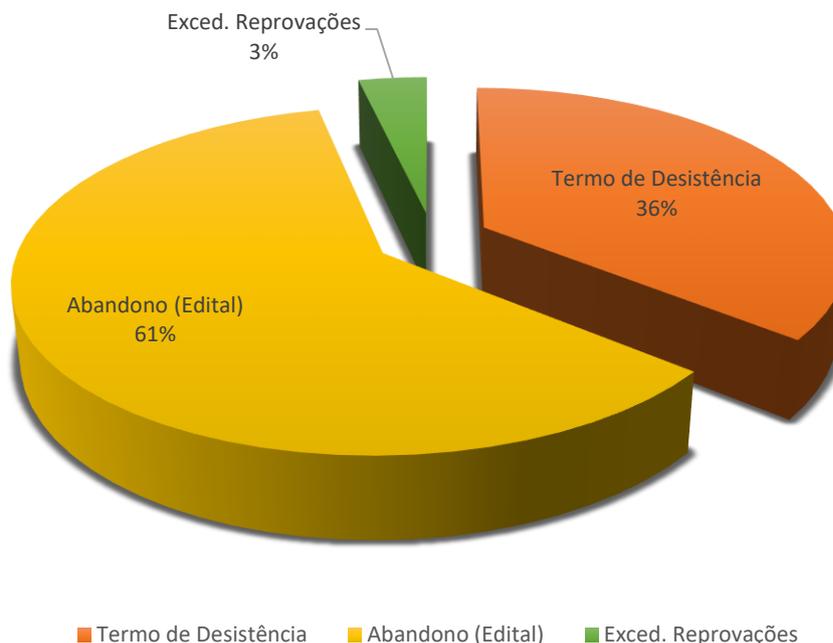
Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O Índice de Rendimento Acadêmico, conforme o Regulamento Geral da Graduação, no seu Art. 124, “[...] é a média do rendimento escolar final obtido pelo aluno nos componentes curriculares que concluiu, ponderadas pela carga horária discente dos componentes [...]”. (BRASIL, 2018c, p. 25). No seu Parágrafo único, ainda explica que “[...] no cálculo do IRA, são levados em consideração os componentes curriculares aproveitados ou cursados pelo aluno, com aprovação ou reprovação, durante o curso de graduação [...]” (BRASIL, 2018c, p. 25).

Analisando o IRA de cada aluno evadido, na Tabela 9, verifica-se que 46% dos discentes obtiveram um IRA entre 0,0 a 1,99 pontos, configurando-se na pesquisa o grupo de alunos que possui (o grupo) a maior concentração de todos os evadidos. Os que atingiram um IRA entre 2,0 a 3,99 pontos representam 11,7%. Os que alcançaram entre 4,0 a 5,99 pontos correspondem a 16,8% do total e 13,1% alcançaram uma posição de notas consideráveis entre 6,0 a 7,99 pontos, ou seja, estavam se dedicando aos estudos. O que chama atenção nas informações obtidas, com os dados da pesquisa, são os 17 casos de alunos que possuem IRA entre 8,0 e 10,0 pontos, pois cursaram, em média, 3 períodos e, mesmo com excelentes notas, ou seja, um excelente desempenho acadêmico, optaram por se desligar do curso. Outro fato é que o IRA inferior a 6,0 pontos está abaixo da média, portanto, pode-se afirmar que 102 evadidos ficaram abaixo da média, representando um percentual de 74,5%, conforme demonstrado na Tabela 17.

Matta, Lebrão e Heleno (2017) enfatizam em seu trabalho que o rendimento acadêmico é um dos fatores mais ligados à evasão, estando relacionado diretamente com a adaptação do aluno no ensino superior, e que as relações interpessoais e a participação enérgica dos responsáveis das universidades no desenvolvimento de atividades de interação junto com os programas de permanência são ferramentas consideráveis no combate ao desligamento do aluno das IES. Relatam, também, a importância da divulgação dos serviços oferecidos e dos programas sociais de permanência, “bem como planejar ações educacionais e institucionais com a finalidade de favorecer a integração e a adaptação dos estudantes ao ensino superior”. (MATTA; LEBRÃO; HELENO, 2017, p. 588). Essas ferramentas induzem o aluno a ter uma melhor visão da importância do curso para seu futuro, motivando-os para o estudo.

O Gráfico 8, demonstra os tipos de desligamentos encontrados segundo os dados do sistema SIGAA, ou seja, a forma pela qual o discente teve sua matrícula desativada no sistema.

Gráfico 8 - Tipos de desligamentos no curso

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Gráfico 8 verifica-se a forma como o aluno evadido foi desligado do curso. Como em qualquer outro caso de evasão em IES, o curso é considerado cancelado. E, de acordo com o Regulamento Geral da Graduação da UFPI, no seu Art. 343, “cancelamento de curso é a desvinculação de aluno regular do curso de graduação sem que tenha integralizado as exigências mínimas para sua conclusão” (BRASIL, 2018c, p. 47). Na UFPI, um curso pode ser cancelado dentro das seguintes circunstâncias, conforme o Art. 344:

- I - abandono de curso;
- II - decurso de prazo máximo para conclusão do curso;
- III - solicitação espontânea;
- IV - transferência para outra IES;
- V - não regularização de transferência de outra IES para a UFPI;
- VI - efetivação de nova matrícula na UFPI;
- VII - decisão administrativa;
- VIII - três reprovações no mesmo componente curricular em períodos consecutivos ou não;
- IX - identificação de matrícula do aluno em outra IES pública;
- X - falecimento do aluno (BRASIL, 2018c, p. 47).

Nesta pesquisa, nos 137 casos, foram identificadas apenas 3 formas de cancelamento de matrícula, conforme o Art. 344: o abandono de curso (item I); a solicitação espontânea (Item III); e quando o aluno reprova três vezes a mesma disciplina em períodos consecutivos ou não (Item VIII).

Segundo o mesmo regulamento, no seu Art. 347, o abandono de curso por parte do discente acontece nas seguintes situações:

- I - a não efetivação de matrícula curricular, tal como descrito no Art. 217 e parágrafos;
 - II - caso seja aluno de perfil zero, deixar de frequentar as aulas nos primeiros 15 (quinze) dias. Para controle, o aluno deverá comparecer à coordenação do curso ao qual está vinculado para assinar lista de frequência nos 15 (quinze) primeiros dias de aula. Ao final deste prazo, o coordenador do curso deverá informar imediatamente, à Diretoria de Administração Acadêmica (DAA/PREG), a identificação dos alunos que não compareceram;
 - III - alunos que deixarem, antes de terminado o prazo de interrupção de estudos concedido, de requerer prorrogação;
 - IV - alunos que deixarem de efetivar matrícula em disciplinas no período letivo subsequente àquele em que terminar o prazo referido no inciso anterior;
 - V - deixar de efetivar matrícula em disciplinas durante 2 (dois) períodos letivos consecutivos.
- Parágrafo único. O abandono de curso acarreta cancelamento do curso no período letivo regular em que ele for caracterizado (BRASIL, 2018c, p. 47).

A solicitação espontânea está descrita no Art. 349 do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, o qual esclarece que:

O aluno poderá solicitar, espontaneamente, o cancelamento do seu curso, em caráter irrevogável, mediante requerimento formulado à Diretoria de Administração Acadêmica (DAA/PREG) e comprovação de quitação com o sistema de bibliotecas e demais serviços da UFPI (BRASIL, 2018c, p. 48).

O Regulamento Geral da Graduação da UFPI não contempla um artigo específico para os alunos que reprovam por três vezes, na mesma disciplina, em períodos consecutivos ou não, pois a situação para cancelamento de curso já está bastante esclarecida no item VIII do Art. 344. Porém, analisada cada situação descrita no Art. 344, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), responsável pela elaboração do Regulamento Geral da Graduação da UFPI e da situação acadêmica de cada aluno, elabora e publica, a cada semestre, um edital contemplando os alunos ‘sujeitos’ a cancelamento de curso, para que estes relacionados no edital apresentem suas justificativas (defesa da ocorrência) com o objetivo de regularizar a sua situação acadêmica. Para isso, deve-se obedecer a critérios do próprio regulamento. Caso o aluno não apresente justificativa coerente a tais exigências (justificar via requerimento no prazo de 10 dias a contar da publicação do edital, possuir um IRA maior ou igual a 6,0 pontos e ter integralizado 75% ou mais do curso), seu curso será cancelado (BRASIL, 2018c).

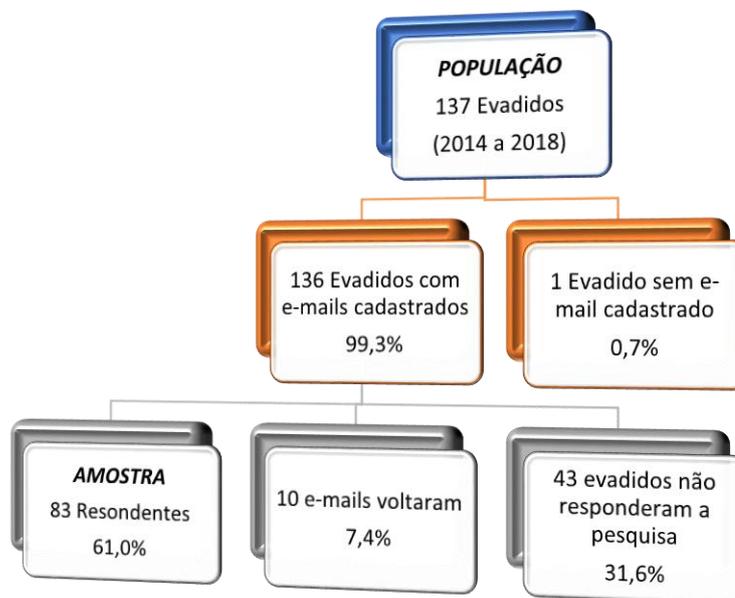
Mas, o que se constata nos resultados apresentados no gráfico 5, é que a maior parte dos evadidos foi desligada por abandono, representando 61% (83 discentes). Fazendo um paralelo com a tabela 7 (Quantidade de períodos cursados até a evasão), um pouco mais de 100 alunos cursaram apenas o 1º e o 2º períodos, portanto, esses, se fossem solicitar a reintegração de curso, não lograriam êxito por não terem integralizado 75% ou mais do curso. A segunda maior

ocorrência foi de forma espontânea, ou seja, solicitaram o desligamento definitivo através do termo de desistência, totalizando 36% do total (49 discentes). Em apenas 3% dos casos, foram aqueles que reprovaram três vezes a mesma disciplina em períodos consecutivos ou não (5 discentes). A análise quantitativa da entrada de processos de solicitação de reintegração de cursos não foi solicitada à Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais (CSPE), que é responsável pela análise das justificativas e se elas atendem às exigências do regulamento. O CSPE é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

As três situações de desligamento serão analisadas na discussão dos resultados, posteriormente, uma vez que a análise poderá apontar todos os motivos relacionados pelos quais os alunos evadidos foram desvinculados do curso.

6.2 OS MOTIVOS DA EVASÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DISCENTES

Após a organização dos dados para contato dos 137 evadidos do curso, verificou-se que 1 não possuía contato de *e-mail* registrado no sistema SIGAA. Portanto, foram enviados 136 *e-mails* com o *link* de acesso ao questionário (Google Forms) e, desse total, obteve-se resposta de 83 evadidos do curso de Bacharelado em Turismo, representando, assim, a amostra final da pesquisa. A representação gráfica do quantitativo da população e da amostra analisada ficou da seguinte forma, conforme Figura 13.

Figura 13 - Quantitativo de Evadidos (População e Amostra da pesquisa)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Foi realizado o envio do questionário, por *e-mail*, para 136 evadidos, com o *link* de acesso ao questionário no início do mês de julho até o início do mês de setembro de 2019.

Organizados os dados, após a análise dos resultados dos 83 respondentes, foi constatado que 50 participantes são do gênero feminino, representando 60,2% do total, e 33 são do gênero masculino, representando 39,8% da amostra.

Segundo a declaração étnica, 57,8%, ou seja, 48 evadidos declararam-se pardos, 13 afirmaram ser de etnia preta (15,7%) e 22 discentes de etnia branca (26,5%).

Em relação à idade, 39 possuíam entre 16 a 20 anos (47%); 22 possuíam entre 21 e 25 anos (26,5%); 10 com idades entre 25 a 30 anos (12%) e 12 possuíam idades acima de 30 anos (14,5).

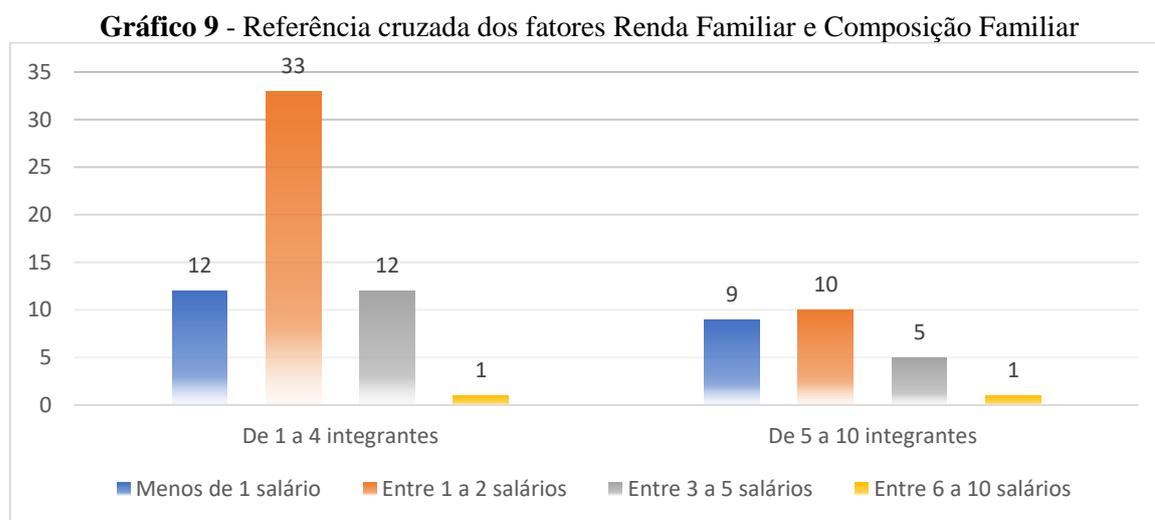
No grupo familiar, 58 evadidos possuíam até 4 integrantes, representando 69,9% do total, enquanto 25 possuíam entre 5 a 10 integrantes (30,1%). Nenhum dos evadidos possuía, no período em que cursava, acima de 10 integrantes na composição familiar.

Em relação ao estado civil, 61 evadidos eram solteiros (73,5%), 18 declararam que estavam casados ou em união estável (21,7%) e, apenas 4 evadidos afirmaram que, durante o período em que eram alunos do curso, possuíam outro tipo de relacionamento civil.

Do total de evadidos, 84,3% não possuíam filhos, ou seja, 70 evadidos. 10 afirmaram que tinham até dois filhos (12,1%) e apenas 3 responderam que tinham 3 ou 4 filhos (3,6%). Nenhum dos respondentes afirmou possuir 5 ou mais filhos.

No tocante à renda familiar, constatou-se que a maioria dos respondentes declarou possuir entre 1 ou 2 salários mínimos, ou seja, 51,8%, representando um total de 43 evadidos. O segundo maior percentual (25,30%) foi o dos evadidos que informaram terem uma renda familiar inferior a um salário mínimo (21 evadidos). Essa é a categoria que mais se enquadra nos processos de seleção para aquisição de benefícios assistenciais do CMRV (BRASIL, 2017e), pois são considerados alunos que possuem vulnerabilidade socioeconômica. E, apesar de conquistarem uma vaga no Ensino Superior gratuito, necessitam de benefícios oferecidos pelas IES públicas, por parte das Políticas de Assistência Estudantil, para manterem os estudos (BRASIL, 2010b).

Supõe-se, também, que discentes de famílias que possuem renda de até dois salários mínimos podem apresentar dificuldades em levar os estudos adiante por possuírem muitos integrantes na composição familiar, reduzindo assim a renda *per capita*. O Gráfico 9, apresenta a referência cruzada dos fatores “Renda Familiar” e “Composição Familiar”, apontando essa suposição.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Observa-se que os 43 discentes que possuíam renda entre 1 e 2 salários mínimos têm a maior concentração de integrantes na família. 33 evadidos afirmaram que possuíam entre 1 a 4 integrantes e 10 possuíam entre 5 a 10 integrantes na família. Nesse caso, a renda *per capita* fica em um patamar baixíssimo, no tocante à manutenção das necessidades básicas dos membros da família, ou seja, são famílias que necessitam de auxílio de programas governamentais para conseguir sustentar seus membros. Pinto (2016, p. 31) destaca que apesar de existir vagas reservadas por lei aos cotistas, ou seja, alunos que possuem baixa renda, “[...]”

para garantir a efetiva permanência desses alunos nas universidades, o governo federal reforçou as políticas de assistência estudantil”.

O mesmo podemos salientar em relação aos 21 evadidos que se mantêm com renda abaixo de um salário mínimo, em que 12 desses afirmaram possuírem entre 1 a 4 integrantes na família e 9 possuíam entre 5 a 10 integrantes. Santos (2017) afirma que “[...] a evasão é um retrato socioeconômico relacionado ao curso escolhido e às condições financeiras que o estudante aprovado possui para se manter [...]”. Já Andrade (2014), em sua dissertação, destaca que as dificuldades financeiras do estudante e da sua família são uma tendência considerável de evasão no ensino superior.

Perguntados sobre quem eram os responsáveis financeiros da família, enquanto estudantes do curso de Bacharelado em Turismo, 54,2% responderam que eram ‘os pais’, ou seja, 45 evadidos. 10 responderam que eram os ‘avós’ (12%), apenas 3 afirmaram que os responsáveis financeiros da família eram ‘os irmãos’ (3,6%) e, 30,1% responderam que ‘outros’ sustentavam financeiramente a família. Os respondentes tiveram como opções, na resposta da questão, ‘os pais’, ‘os irmãos’, ‘os tios’, ‘os avós’, ‘primos’ e ‘outros’.

Sobre possuir acesso a tecnologias de informação e comunicação (computadores, *smartphones*, *tablets*, *internet*) no período em que evadiu do curso, 51 evadidos (61,4%) responderam que tinham acesso total, 25 (30,1%) responderam que ‘parcialmente’ e apenas 7 evadidos (8,4%) afirmaram que ‘raramente’ tinham acesso a essas tecnologias. Gisi (2006) afirma em seu estudo que se torna árdua a permanência do discente no curso, não somente por questões financeiras, mas também por questões de aquisição de conhecimentos, ou seja, desenvolvimento de capital cultural ao longo da vida. Estes recursos tecnológicos, como computadores, *smartphones* ou *tablets*, conectados à *internet*, são essenciais e fundamentais para levar a informação e o conhecimento às pessoas. Portanto, os que não tiveram acesso a esses recursos tendem a ficar em desigualdade cultural em relação a outros que possuem acesso a diversas informações e conhecimentos.

Em relação ao meio de transporte usado para se deslocar até o CMRV, a maioria, ou seja, 40 evadidos (48,2%), afirmaram que usava transporte coletivo, 25 evadidos (30,1%) se deslocavam com o próprio transporte, 18 responderam que se deslocavam a pé, 2 declararam que usavam a bicicleta como meio de transporte e, apenas 1, que pegava carona. Quando os discentes utilizam meio de transporte próprio ou transporte coletivo, os custos desses deslocamentos sobrecarregam as despesas do orçamento familiar. Ribeiro e Guzzo (2017)

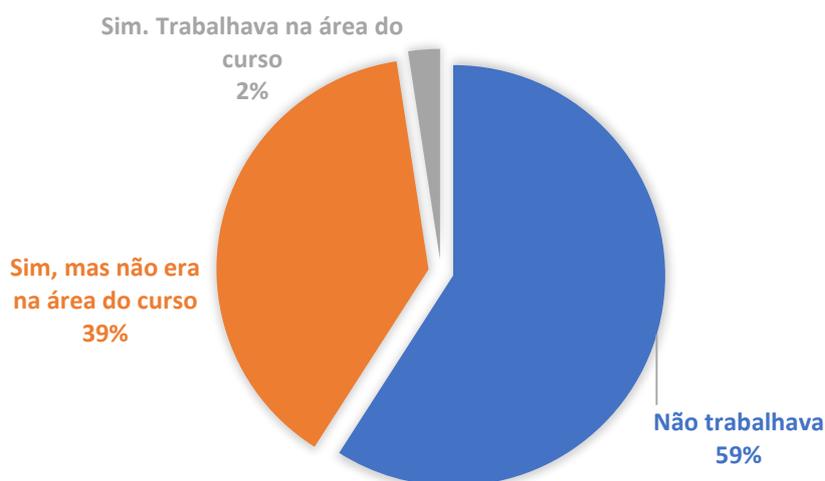
também reconhecem que despesas com transporte (deslocamento para a IES), entre outras, representam gastos adicionais com o curso superior.

Quanto a receberem algum benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)/Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), apenas 3 evadidos afirmaram que recebiam a Bolsa de Apoio Financeiro (BAE). Além desses benefícios da PRAEC/NAE, o CMRV possui outros programas remunerados, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou o Programa de Educação Tutorial (PET), mas todos os respondentes afirmaram que não participaram desses programas remunerados.

Foi perguntado também se os alunos utilizavam o Restaurante Universitário (RU). 53 evadidos (63,9%) afirmaram que usavam o RU e 30 (36,1%) responderam que não usavam. A finalidade do RU é oferecer, a baixo custo, cardápios balanceados, higiênicos aos estudantes, servidores e funcionários terceirizados. Todos os *campi* da UFPI possuem unidades do RU (BRASIL, 2019h).

Perguntados se trabalhavam quando eram estudantes do curso, 49 evadidos responderam que não trabalhavam, representando um percentual de 59%; enquanto 34 responderam que exerciam atividade remunerada. Também foi inquirido, na mesma questão, se a atividade remunerada era na área do curso ou fora da área do curso. O Gráfico 10, apresenta os resultados.

Gráfico 10 - Atividade remunerada enquanto estudantes do curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A evasão pela necessidade de trabalhar é corroborada por alguns autores, em razão de uma necessidade maior de manter a família ou a própria subsistência e, com isso, tiveram que abandonar o curso (VASCONCELOS, SILVA, MIRANDA, 2013; FEITOSA, 2016; GOMES *et al.*, 2017; GUERRA, FERRAZ, MEDEIROS, 2018; LIMA, CARVALHO, 2018). Outro fator é que o curso de Bacharelado em Turismo possui disciplinas nos mais diversos horários (diurno e noturno) e, com isso, há o inevitável choque de horário com algum turno de trabalho. Contudo, verifica-se que apenas 2 (2,4%) dos 34 evadidos exerciam atividade remunerada na área do curso, enquanto 32 (38,6%) trabalhavam fora na área do curso. Os evadidos responderam também se, atualmente, exercem atividade remunerada; 53 (63,9%) afirmaram que sim, enquanto 30 dos evadidos (36,1%) não estão trabalhando no momento.

Perguntados se houve necessidade de mudar de cidade para estudar no CMRV, 62 evadidos informaram que não precisaram trocar de cidade e 21 afirmaram que foi necessário sair da sua cidade de origem. As cidades/estados e as respectivas distâncias referentes aos 21 evadidos oriundos de fora da cidade de Parnaíba estão relacionados no Quadro 3:

Quadro 3 - Cidades/Estados dos evadidos oriundos de outras localidades

| CIDADES / ESTADOS com distância aproximada | | | | | | | | |
|--|-------------------|-----------|---------------|--------------|-----------|---------------|-----------------|-----------|
| Quant. alunos | <u>PIAUI</u> | Distância | Quant. alunos | <u>CEARÁ</u> | Distância | Quant. alunos | <u>MARANHÃO</u> | Distância |
| 2 | Teresina | 330km | 3 | Granja | 145km | 2 | Barreirinhas | 185km |
| 1 | Bom Princípio | 50km | 2 | Sobral | 245km | 2 | Maracaçumé | 660km |
| 1 | Luzilândia | 140km | 1 | Chaval | 75km | 1 | Araióses | 75km |
| 1 | Cajueiro da Praia | 70km | 1 | Massapê | 225km | 1 | São Luis | 435km |
| 1 | Esperantina | 160km | 1 | Fortaleza | 475km | 6 | | |
| 1 | Buriti dos Lopes | 40km | 8 | | | | | |
| 7 | | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

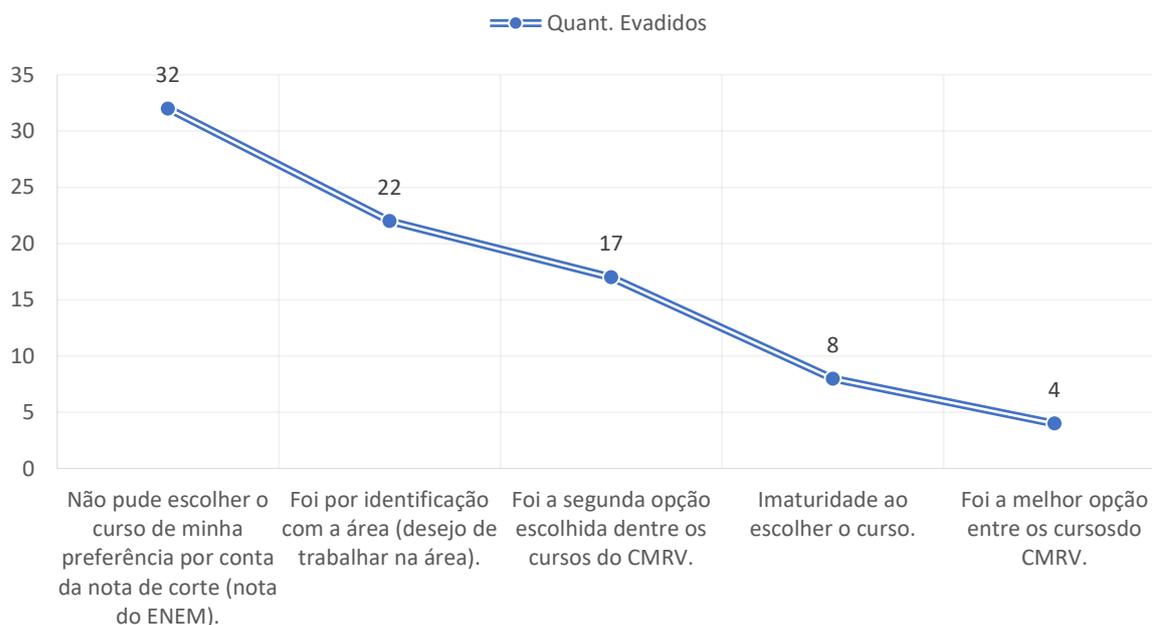
Observa-se, acima, que os evadidos que afirmaram terem mudado de cidade para estudar no CMRV estão distribuídos em dois Estados interligados ao Piauí, ou seja, no Estado do Maranhão e no Estado do Ceará. Desses 21 evadidos, 7 são oriundos de alguns dos municípios do Piauí, sendo 2 da capital, Teresina, que fica a mais de 300 km da cidade de Parnaíba-PI, e os demais das cidades de Esperantina (a 160 km de distância), Luzilândia (a 140 km de distância), Cajueiro da Praia (a 70 km de distância), Bom Princípio (a 50 km de distância) e Buriti dos Lopes (a 40 km de distância), um em cada cidade. Já os 6 evadidos oriundos do Estado do Maranhão, 2 são da cidade de Barreirinhas (a 185 km de distância), 2 de Maracaçumé (a 660 km de distância), 1 de Araioeses (a 75 km de distância) e 1 da capital do Estado, São Luis

(a 435 km de distância). Dos 8 evadidos oriundos do Estado do Ceará, 3 são do município de Granja (a 145 km de distância), 2 de Sobral (a 245 km de distância), 1 de Chaval (a 75 km de distância), 1 de Massapê (a 225 km de distância) e, 1 da capital, Fortaleza.

O discente procedente de outra cidade/estado é mais suscetível à evasão do curso por abandonar o seio familiar em sua cidade de origem e enfrentar uma situação nova na vida, o ensino superior. Porém, o autor ressalta, ainda, que essa situação causa dispêndio com alimentação, moradia, passagens, entre outras despesas, principalmente quando esses possuem alguma dificuldade econômica para fazer esse tipo de investimento financeiro. Percebe-se, portanto, que a motivação para a evasão, nesse caso, é um fator extrínseco à IES (BARDAGI, HUTZ, 2009; SANTIAGO, 2015).

Outra questão levantada no questionário teve o objetivo de revelar os motivos que lavaram os evadidos a escolher o curso de Bacharelado em Turismo do CMRV. O Gráfico 11, a seguir, evidencia os resultados apurados.

Gráfico 11 - Motivos para a escolha do curso de Bacharelado em Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Trinta e dois evadidos (38,6%) responderam que não escolheram o curso da sua preferência por conta da nota de corte; 22 (26,5%) revelaram ter sido por identificação com a área, ou seja, tinham o desejo de trabalhar na área; 17 evadidos (20,5%) afirmaram que o curso de Bacharelado em Turismo foi escolhido como segunda opção no processo de seleção do SiSU;

8 (9,6%) revelaram que a escolha foi por imaturidade e 4 responderam que a escolha foi a melhor opção entre os curso do CMRV, representando 4,8%.

O SiSU surgiu como forma de democratizar o acesso ao Ensino Superior, porém, cedeu ao estudante a autonomia de gerenciar sua formação, isto é, o estudante, com a nota obtida no ENEM, faz a opção em cursos de qualquer IES pública. Geralmente, estas escolhas não são motivadas por desejos e pretensões profissionais, mas pela oportunidade de apenas ingressar no ensino superior (SANTOS, 2017). Supõe-se que os 32 evadidos que acessaram o CMRV por conta da nota de corte tenham feito a opção pelo curso de Bacharelado em Turismo por essa razão, quer dizer, pela facilidade do acesso ao ensino superior.

Silva *et al.* (2012) afirmam em sua pesquisa que a imaturidade na hora de fazer opção por um curso de graduação é um fator preocupante, pois os índices de evasão são consideráveis. Ou seja, os alunos ingressam em um curso sem buscar informações sobre o que é o curso. Eles enfatizam bem que a evasão está diretamente relacionada com o curso escolhido, por conta da imaturidade. Já Santiago (2015) propõe como solução a inclusão de uma disciplina, no ensino médio, que clarifique o que são as profissões, para evitar a escolha do curso superior de forma aleatória, ou seja, sem saber que futuro profissional o discente vai construir. Apesar do baixo índice de evasão (9,6%) por conta de imaturidade na escolha do curso em questão no CMRV, a mesma situação pode acontecer também nos demais cursos.

Santiago (2015), sobre os evadidos que foram aprovados no curso de segunda opção, afirma que a evasão só aconteceu por não ser um curso pretendido pelo discente para seguir como carreira profissional e, na maioria das vezes, estes discentes tentam voltar ao curso desejado. No caso do CMRV, observa-se que foram 17 evadidos (20,5%) que escolheram o Curso de Bacharelado em Turismo como segunda opção.

Perguntados se atualmente estão inseridos no sistema de ensino, 51 evadidos responderam que no momento estão matriculados em outros cursos de graduação e 32 não se encontram inseridos no sistema de Ensino Superior. A relação dos cursos e os Estados em que estão atualmente matriculados no Ensino Superior está descrita no Quadro 4:

Quadro 4 - Cursos e Estado onde estão matriculados atualmente no ensino superior

| PIAUI | | CEARÁ | | NÃO RESPONDERAM |
|-------------------------|---------------|----------------------|---------------|---|
| Cursos | Quant. Alunos | Cursos | Quant. Alunos | |
| Administração | 7 | Administração | 1 | 04 Evadidos não informaram as IES que estão estudando e nem o Estado |
| Ciências Biológicas | 4 | Tecnol. em Alimentos | 1 | |
| Ciências Contábeis | 3 | Tecnol. em Alimentos | 1 | |
| Ciências Econômicas | 1 | Administração | 1 | |
| Direito | 3 | Finanças | 1 | |
| Design de Interiores | 1 | TOTAL | 5 | |
| Educação Física | 1 | | | |
| Enfermagem | 1 | | | |
| Eng. Cartográfica | 1 | | | |
| Eng. Civil | 1 | | | |
| Fisioterapia | 7 | | | |
| Geografia | 1 | | | |
| Letras Inglês | 3 | | | |
| Letras Português | 2 | | | |
| Medicina | 1 | | | |
| Pedagogia | 2 | | | |
| Psicologia | 1 | | | |
| Tecnol. em Gestão de RH | 2 | | | |
| TOTAL | 42 | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Nota-se, no Quadro 4, que entre os 51 evadidos do curso de Bacharelado em Turismo, 42 afirmaram que estão matriculados no ensino superior no Estado do Piauí, 5 responderam que estão matriculados no Estado do Ceará e apenas 4 declararam estar matriculado, porém, não informando o Estado em que cursam a graduação. Importante colocar que 7 desses chegaram a informar que a modalidade do curso é Educação a Distância (EaD): 1 em Administração, 1 em Design de Interiores, 1 em Geografia, 1 em Letras Inglês, 1 em Letras Português e 2 no curso de Tecnólogo em Alimentos.

Gilioli (2016) e Lima (2017) propõem definições das modalidades de evasão no ensino superior, conforme descrito no Quadro 5:

Quadro 5 - Definições da evasão no ensino superior

| | |
|--------------------|--|
| NANOEVASÃO | Quando o discente permanece no mesmo curso, na mesma IES, porém com uma mudança de Campus, ou turno, ou modalidade (presencial ou EAD), ou mudança de formação (licenciatura ou bacharelado). |
| MICROEVASÃO | Quando o discente muda de curso da mesma área de conhecimento ou de outra área de conhecimento permanecendo na mesma instituição, sem desconsiderar uma possível mudança de Campus. |
| MESOEVASÃO | Quando o discente abandona o curso e a IES, porém permanecendo no sistema de ensino superior em outra IES fazendo o mesmo curso, curso na mesma área do conhecimento ou curso de outra área de conhecimento. |
| MACROEVASÃO | Quando o discente abandona o curso, a IES e o sistema de ensino (cancelamento de matrícula, trancamento de matrícula, abandono ou desistência do curso ou jubramento). Esta saída poderá ser considerada definitiva ou temporária. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir de Gilioli (2016) e Lima (2017).

Pode-se analisar, ainda no Quadro 4, a partir das definições do Quadro 5, que 51 evadidos do curso de Bacharelado em Turismo enquadram-se nas definições de ‘microevasão’ (podem estar inseridos ainda dentro da mesma IES) ou ‘mesoevasão’ (podem estar inseridos em outra IES). No entanto, os 32 encontram-se classificados na definição de ‘macroevasão’, ou seja, abandonaram os estudos de forma definitiva ou temporária.

Outra questão proposta foi se pretendiam reingressar na UFPI. A esse respeito, 27 informaram que atualmente estão matriculados no CMRV, em outro curso; 22 evadidos responderam que ‘não’; 21 declararam que pretendem retornar, porém, em outro curso, e 13 afirmaram querer novamente o curso de Bacharelado em Turismo. Nota-se, portanto, que os 27 matriculados no CMRV, em outros cursos, enquadram-se na definição da ‘microevasão’ (GILIOLI, 2016; LIMA, 2017), pois continuaram na mesma IES, mudando de curso (na mesma área de conhecimento ou não). Pode existir, na pesquisa, um suposto caso de ‘nanoevasão’ no CMRV, o qual foi descrito no Gráfico 6 (Alunos evadidos do Curso de Bacharelado em Turismo ativos em outros cursos da UFPI), na análise dos dados primários, em que esse retornou para o mesmo curso, ou seja, Bacharelado em Turismo (GILIOLI, 2016; LIMA, 2017). Porém, não há informações na pesquisa se o discente realizou apenas a mudança de turno, pois na UFPI o curso só é ofertado no CMRV, na cidade de Parnaíba, na forma de Bacharelado.

Questionou-se, também, de forma aberta no questionário, “quais foram os motivos que os levaram a não conclusão do curso”, isto é, à evasão. Foram encontradas várias situações nas respostas, que tratam tanto da necessidade de estudar, mas que, pela falta de recursos, o abandono do curso foi a única opção; problemas familiares; abandonar os estudos para trabalhar e sustentar a família; mudança de curso para a mesma instituição ou para outra IES; problemas de saúde; mudar o rumo da vida acadêmica para se dedicar a concursos públicos; bem como o próprio desinteresse em levar adiante os estudos, ou seja, não se interessar em ter curso superior.

Após a realização de um levantamento das respostas, foram constatadas 18 (dezoito) ocorrências de mudança de curso; 11 (onze) por questões financeiras; 17 (dezesseis) ocorrências por não conseguir conciliar o estudo com o trabalho (choque de horários e, também, por não sobrar tempo para outras atividades – família, lazer); 26 (vinte e seis) por falta de interesse/desmotivação com o curso; 3 (três) por gravidez; 10 (dez) por motivos de saúde e problemas pessoais; e, 2 (dois) afirmaram que não tiveram oportunidades de adquirir alguma assistência do CMRV. Após a análise, a quantidade de motivos chega a ultrapassar o total de 83 (oitenta e três) respostas, em razão de haver respostas com dois ou mais motivos que os levaram à evasão. Abaixo, seguem respostas como exemplos de tais razões para o abandono:

“Necessidade de ganhar dinheiro, pois era sustentando pelos meus avós e estava em uma situação difícil financeiramente, precisava trabalhar.” (R2)

“Na época eu não tinha como me manter, era natural de outra cidade, não trabalhava e meus pais não tinham como mandar dinheiro para pagar comida, transporte e etc.” (R4)

“Não me identifiquei com o curso, e juntamente a isso, precisei ajudar na renda familiar, com isso os horários do curso com o trabalho se chocava.” (R41)

“Não tinha condições financeiras de manter o curso e despesas familiares.” (R43)

“Problemas Familiares.” (R1)

“Motivos pessoais nos quais me atrapalharam na dedicação ao curso.” (R26)

“Estava grávida, tive que voltar para minha cidade. Tive que solicitar o trancamento, mas a secretária do curso não concretizou o processo e terminei perdendo o curso.” (R77)

“Problemas psicológicos. E também porque vi que não era o que eu queria Descobri o que eu realmente gostaria de cursar e fiz ENEM de novo.” (R75)

“Não me identifiquei com o curso. Passei para Fisioterapia no CMRV.” (R5)

“Passei em outro curso que me agradava mais.” (R6)

“Passei para um curso em uma outra instituição.” (R12)

“Problemas psicológicos. E também porque vi que não era o que eu queria Descobri o que eu realmente gostaria de cursar e fiz ENEM de novo.” (R75)

“Abandonei para estudar para concursos públicos.” (R44)

“Desmotivação.” (R40)

“Trabalho e desinteresse ao curso superior.” (R79)

As respostas que se relacionam com “dificuldades financeiras” também foram muito citadas, demonstrando a vulnerabilidade socioeconômica da maioria dos evadidos, pois esses

declararam que possuíam rendas de até 2 salários mínimos. Esses resultados também são achados de Feitosa (2016); Gomes, Silva, Moreira, Silva e Araújo (2017); e Lima e Carvalho (2018).

As respostas mais registradas foram as do tipo: “falta de interesse pela área”, “não adaptação ao curso”, “desejo de ingressar em outro curso”, “não foi o curso desejado”; e essas condições podem ser justificadas, conforme explicitado no Gráfico 11, que demonstrou os motivos que lavaram os evadidos a escolher o curso, revelando que a maioria dos discentes optou por um curso que não era o de seu interesse maior. Resultados como esses também fazem parte dos achados de autores como Cavalcanti *et al.* (2010); Silva *et al.* (2012); Sousa, Araújo e Sousa (2016); Feitosa (2016) e Gervasoni *et al.* (2017).

Verifica-se, então, que as respostas que tratam de dificuldades financeiras, trabalhar, problemas pessoais e familiares, mudança de curso, falta de interesse e desmotivação são as que se referem a fatores intrínsecos ao estudante.

Em relação aos fatores intrínsecos ao CMRV, apenas dois evadidos relataram que a evasão foi motivada pela falta de assistência estudantil, ou seja, não foram contemplados com benefícios financeiros ou não procuraram os serviços do PNAES, como segue abaixo:

“Não tinha assistência estudantil.” (R22)

“Não tinha o BAE e nenhum auxílio para continuar.” (R53)

Porém, podemos citar um fator extrínseco ao CMRV, em relação à formação do discente com as oportunidades de trabalho da área do curso, como segue abaixo na resposta de um dos evadidos,

“Eu gostava muito do curso mais a minha preocupação era com emprego depois do curso, pois conheço várias pessoas formadas em Turismo q não trabalham em sua área, então fiz Enem novamente e passei em Letras Inglês, por isso saí do curso.” (R47)

Essa resposta está relacionada a oportunidades da área no mercado de trabalho da cidade de Parnaíba e suas mesorregiões envolvidas, conforme foi demonstrado na Figura 2. Cury (2006) afirma que não basta apenas o discente acessar o Ensino Superior, pois o mais importante para sistema educacional é a permanência do mesmo até a conclusão, ou melhor, sua profissionalização para encarar o mercado de trabalho. Dias *et al.* (2010) afirmam que a carência de oportunidades de trabalho para a profissão desmotiva o aluno, que termina por abandonar o curso, em busca de uma nova carreira.

Cabe a cada instituição de ensino disponibilizar políticas para garantir permanência nos estudos, tanto os fatores de particularidades intrínsecas como para os de particularidades extrínsecas. Cislighi (2008) corrobora a mesma ideia quando afirma que a evasão deve ser entendida como um fenômeno provocado pela imperfeita interatividade dos fatores intrínsecos e extrínsecos ao estudante e às IES.

Conferindo as respostas através dos resultados auferidos da questão referente aos motivos que os levaram a não conclusão do curso, apresenta-se também a Figura 14, que traz uma nuvem com as palavras que mais se repetiram nas respostas.

Figura 14 - Nuvem de palavras – Motivos da evasão dos discentes



Fonte: Elaborada pelo autor (2019), a partir NVivo.

Dentre as heterogeneidades de fatores, fica claro que as palavras em destaque: trabalho, desinteresse, incompatibilidade, despesas, família, identificação (com o curso ou com a IES) etc., representam bem o sentimento, a situação e a condição de cada aluno evadido. Esse processo foi definido, através do ajuntamento de todas as repostas dos motivos que levaram os discentes à evasão e foram processados através do programa NVivo, que gerou a imagem acima, dando um destaque aos termos de maior frequência nas palavras que mais ficaram em destaque nas respostas.

Outra indagação realizada aos evadidos, também de forma aberta no questionário, foi sobre “o que a UFPI/CMRV poderia ter feito para não abandonarem o curso”. Também foram encontradas várias situações nas respostas. Vinte e sete respostas tinham o mesmo sentido, respondendo que o CMRV não tinha nada o que fazer, pois a decisão foi unilateral, como se pode comprovar pelos excertos transcritos abaixo:

“Nada.” (R3)

“Nada. O curso é bom, mas sair dele foi uma escolha pessoal, eu não estava contente, esperava apenas me identificar, mas eu tinha outros planos em mente para meu futuro.” (R29)

“Acredito que nada, pois não era o curso que eu queria.” (R35)

“Nada, a UFPI/CMRV é uma ótima universidade e não me faltou nada.” (R44)

“Nada, pois eu queria outro curso.” (R47)

“Nada, pois meu emprego era integral”. (R56)

- Nada. O problema foi sim a incompatibilidade dos horários e o cansaço diário das obrigações e afazeres.” (R66)

“Infelizmente nada, pois não me identifiquei com o curso.” (R74)

“Particularmente, nada.” (R78)

“Nada... foi desinteresse meu mesmo.” (R79)

“Nada, eu já tinha mudado o curso para fisioterapia na mesma instituição, mas chegou um curso que eu queria e que ainda não tinha na cidade. Aí tive que mudar de instituição! (R83)

Percebe-se, em algumas respostas acima, que a evasão partiu da simples vontade do discente. Há outras respostas descritas abaixo que seguem a mesma linha de interpretação, como segue:

“A instituição é muito bem dirigida e me amparou muito bem na época e agora.” (R19)

“A instituição é muito boa. Só não me encontrei no local.” (R50)

“Infelizmente a decisão foi minha mesmo, nada com a instituição ou com o curso.” (R71)

“O motivo que me levou a evadir não tem haver com a UFPI, pelo contrário, fiquei surpreso com a estrutura oferecida ao aluno, a questão é que não era o curso que gostaria...”. (R76)

“A instituição não é culpada, pelo contrário, ela me incentivou bastante a permanecer...”. (R82)

As respostas acima constataam que os evadidos tomaram a decisão de deixar o curso. Apesar do abandono, estes afirmaram que o CMRV possui uma boa estrutura organizacional e pedagógica. Assim como os resultados dos estudos de Cavalcanti *et al.* (2010); Vasconcelos, Silva e Miranda (2013); Feitosa (2016); Gomes *et al.* (2017) e Guerra, Ferraz e Medeiros (2018), os evadidos afirmaram também que o CMRV poderia ter flexibilizado a grade curricular e os horários das disciplinas para evitar choques com os horários do trabalho, conforme algumas falas transcritas abaixo:

“Ter uma grade curricular mais aberta, pois precisava trabalhar e o curso de turismo na época não possuía aulas a noite no período em que estudava.” (R2)

“A UFPI poderia alterar o horário de início das aulas, porque quem trabalha em horário comercial, não consegui chegar na Universidade antes das 18:00 hs, e as aulas aos sábados dificulta, porque muitas pessoas trabalha até as 13:00 hs, impossibilitando a presença na aulas aos sábados.” (R8)

“Mantido as aulas apenas no período noturno, como descrito na inscrição.” (R11)

“Manter o horário do curso somente no horário noturno.” (R14)

“Ter colocado uma grade curricular do curso de Turismo no período da Noite.” (R15)

“Colocar o curso no período da noite.” (R48)

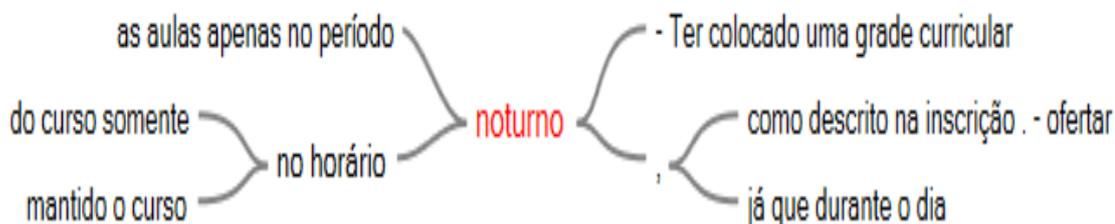
“Ter mantido o curso no horário noturno, já que durante o dia eu trabalhava, se fazemos opção por um horário é provável que em outro não podemos.” (R59)

“Pra mim teria sido melhor haver aulas somente a noite.” (R73)

A flexibilização do horário acadêmico para o período noturno poderia ter evitado as evasões no CMRV, pois assim os evadidos teriam a oportunidade de levar os estudos adiante, paralelamente ao trabalho. Cunha (2007) e Silva Filho *et al.* (2007) admitem que a evasão tira a oportunidade de o estudante se tornar um profissional qualificado e desacelera o desenvolvimento da economia.

Utilizando os recursos do programa NVivo para a análise qualitativa das respostas acima, identificamos importantes fatores relacionados à palavra “noturno”, como foi bastante mencionado por alguns respondentes em relação ao turno e sobre o curso ter aulas somente à noite. A Figura 15 demonstra o achado:

Figura 15 - Árvore de palavras – Período noturno



Fonte: Elaborada pelo autor (2019), a partir NVivo.

A árvore de palavras demonstrada representa as palavras ou trechos de frase que mais foram observadas, que antecedem e sucedem o termo em evidência nas respostas.

Ressalta-se que a questão também propiciou respostas importantes, que fazem abordagens diretamente ao curso, sobre “o que a UFPI/CMRV poderia ter feito para não abandonarem o curso”, assim, alguns responderam desta forma:

“A demora para apresentar disciplinas mais práticas foi um dos fatores que causou a falta de identificação com o curso. No entanto, cursei dois períodos e não tive muita confirmação da proximidade com a área, me interessando por outro curso. Dificultando assim a permanência.” (R5)

“Acredito que se houvesse mais leveza e acolhimento por parte de alguns Docentes. Infelizmente havia rejeição quando era sabido que o curso não foi a primeira opção. E também havia a incompatibilidade com minha profissão.” (R7)

“A universidade devia explicar como são os cursos.” (R37)

“Recepcionado os calouros desde o primeiro momento. Ninguém sabia de nada e tinha que pedir ajuda para outros alunos.” (R61)

“A coordenação do curso poderia ter verificado com mais atenção meu processo de trancamento para não ter pedido o curso.” (R77)

Nas respostas acima (em relação ao curso), percebe-se que os evadidos, nas primeiras fases, se sentiram perdidos ao acessarem o Ensino Superior. Nogueira *et al.* (2017) reforçam em seu estudo que a maior ocorrência da evasão acontece nos primeiros semestres. Coulon (2008) afirma que os calouros sofrem um choque de cultura ao acessarem o ambiente universitário, pois percebem que é bem diferente ao do Ensino Médio, principalmente em regras e funcionamento dos cursos. Afirma, ainda, que o primeiro ano é “prova de fogo” de todo acadêmico, ou em suas próprias palavras “o ano de todos os perigos” (COULON, 2008, p. 36), pois na adaptação a esta nova cultura eles percebem que possuem uma maior autonomia na responsabilidade com os estudos. Tinto (2002) reitera que entrar no Ensino Superior é importante, mas terminar, concluir os estudos é mais importante.

Um evadido questionou a ligação do curso com as oportunidades de trabalho na área, ao demonstrar preocupação com sua futura atuação em um mercado que considerou não promissor na cidade de Parnaíba. A resposta foi a seguinte:

“Para mim, o único motivo foi a mudança para a área que pretendo realmente atuar. O curso é bom, entretanto, mesmo Parnaíba sendo cidade turística, vejo poucos amigos que cursam ou já cursaram realmente seguindo a carreira por falta de oportunidades. Para o curso de Turismo realmente ser um bom atrativo, é preciso que as cidades próximas se envolvam mais em realizações de eventos, procure (juntamente com a prefeitura) melhorar a infraestrutura e assim ser mais atrativa como ponto turístico. Por exemplo, Pedro II tem seu festival de inverno que atrai pessoas de diversos locais do Norte, Nordeste e até Centro-Oeste.” (R63)

Gaioso (2005) e Dias *et al.* (2010) afirmam que a falta de oportunidade no mercado de trabalho gera expectativas negativas em relação a sua formação, e que isso condiciona o estudante a optar pela mudança de curso (outra formação com o mercado de trabalho mais promissor) ou, até mesmo, pela evasão do Ensino Superior (desmotivação com os estudos).

Outros evadidos foram bem taxativos nas respostas, cobrando ações do CMRV em relação às políticas de permanência, para haver uma maior oferta e menos burocracia para se conseguir um benefício de assistência estudantil.

“Dar uma estrutura melhor para os alunos que são de outros estados, para todos sem restrição.” (R1)

“O curso era maravilhoso, eu sempre tive vontade de fazer. Infelizmente, eu não pude da continuidade. A universidade aparentemente era bem organizada, bem estruturada. Na época da desistência era época de recesso, iria pro segundo semestre. Onde iria pedir auxílio ou bolsa, coisa que não tinha feito porque tinha muitos documentos faltosos e que anularia minha chances de concorrer.” (R4)

“Ter me dado uma assistência maior durante a minha estadia no curso.” (R22)

“Melhorias e mais oportunidades para oportunidade remuneradas como estágios por exemplo.” (R23)

“Assistência financeira para estudos.” (R36)

“Os editais de residência universitária deveriam ser lançados junto com o edital de período de matrícula, assim ao ter q me mudar de cidade já teria um local pra ficar.” (R39)

“Ajuda financeira para despesas com o curso porque minha renda é baixa.” (R43)

“Ajuda com moradia ou dinheiro pra bancar os estudos já que não era de Parnaíba.” (R45)

“Ter disponibilizado bolsas com ajuda de custo.” (R58)

A assistência estudantil possui ações que têm como propósito integrar o estudante às IES, fazer como que ele permaneça com um bom desempenho acadêmico. No CMRV, essas

Percebe-se que as que mais se destacaram foram as palavras “nada”, “bolsa”, “assistência”, “horário”, “noturno”, “noite”, “grade” (em referência ao currículo do curso), “oportunidades” etc., conforme todas as repostas dadas pelos evadidos. Evidencia-se novamente a heterogeneidade de fatores, de acordo com cada classe social e problemas de cunho pessoal, também representando, de forma direta, os motivos relacionados à evasão do curso.

Note-se, também, que tanto na Figura 15 quanto na Figura 16 há palavras que não significam nada na análise, como artigos, preposições etc. Essas entram facilmente na análise por estarem nas repostas, conseqüentemente, chegando a poluir os resultados.

7 CONCLUSÃO

Iniciou-se essa dissertação mapeamento os conceitos da evasão, através de estudos nacionais e internacionais, onde afirmavam ser um fenômeno complexo que tem o advento causado por uma dissimetria entre fatores intrínsecos e extrínsecos (aos estudantes e às IES), ou seja, é um fenômeno que possui características próprias e comuns dentro de cada IES.

Em relação às políticas de assistência estudantil do PNAES no CMRV, verificou-se que estão sendo aplicadas diariamente aos discentes e à comunidade acadêmica e, durante o período pesquisado (2014-2018), constatou-se um aumento na oferta de benefícios aos estudantes, principalmente a alunos de baixa renda. Os serviços ofertados também tiveram um crescimento substancial, passando a contemplar mais ainda a comunidade acadêmica (os alunos de graduação e pós-graduação); servidores da UFPI (técnicos administrativos, docentes e para os funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviços à UFPI).

A maior parte dos evadidos do CMRV, que ingressaram tanto pela modalidade de ampla concorrência, quanto pela modalidade de cotas, apresentaram situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que faz destes alvos fáceis, ou seja, evadidos em potencial, pois estes discentes, conforme estudos aqui apresentados, são oriundos de classes sociais menos favorecidas economicamente e, por conta disso, necessitam de assistência estudantil para levar adiante os estudos até a conclusão.

Este estudo pretendeu buscar, como objetivo geral, os motivos da evasão no curso de Bacharelado em Turismo, por este pertencer a uma IES posicionada na maior região turística do estado do Piauí (região litorânea), estar também posicionado no roteiro da Rota das Emoções e ter sua formação totalmente voltada para atuação no mercado de trabalho.

Os resultados dos dados primários constataram que maior incidência da evasão ocorreu no primeiro e no segundo período do curso e que estes evadidos não formalizaram o desligamento na IES, corroborando assim com vários estudos abordados nesta pesquisa. Constatou-se também maior parte dos evadidos são oriundos do estado do Piauí. O que mais chamou a atenção no levantamento destes dados primários foi que, 31 (trinta e um) evadidos, registraram vínculo de matrícula ativa na mesma IES, porém em cursos diferentes e, apenas um, registrou vínculo no curso de Bacharelado em Turismo. Ou seja, este retornou ao mesmo curso que tinha abandonado. Esse resultado tem uma representatividade importante para o sistema de Ensino Superior, pois demonstra que ainda estão matriculados em IES.

O questionário aplicado em segundo momento da pesquisa (questões objetivas e subjetivas), procurou encontrar as respostas necessárias para os motivos da evasão. Entre os achados mais relevantes, constatou-se que a maior parte dos evadidos possui situação socioeconômica frágil, ou seja, possuem renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. Além disso, eles declararam também possuir muitos integrantes na composição familiar, o que reduz mais ainda a renda *per capita*. O fator trabalho *versos* estudos também foi um dos mais abordados, pois afirmaram que abandonaram os estudos por conta de manter o emprego e, 41% (quarenta e um por cento) dos respondentes afirmaram que exerciam atividade remunerada. Também verificou-se as respostas que relatavam sobre a grade curricular do curso, pois para eles o CMRV não moldava os horários das aulas para não haver choque com o horário de trabalho. Estas são as razões para as respostas, onde os respondentes afirmaram ter “necessidade de estar empregado para se sustentar ou sustentar a família”.

Outro motivo da evasão foi a escolha do curso, pois foi um fator decisivo na opção pelo abandono do curso, pois revelaram que não era o curso do seu interesse. Isso explica o fato de 9,6% afirmarem imaturidade ao escolher o curso, mas essa imaturidade ou até mesmo o desinteresse, pode estar condicionado ao fato de 38,6% dos respondentes ter escolhido o curso por causa da nota de corte do ENEM e, de 20,5%, ter escolhido o curso como segunda opção, ou também, pelo simples fato de quererem ingressar de qualquer forma no Ensino Superior.

Em relação às políticas do PNAES, 3 (três) respondentes afirmaram possuir no período assistência financeira (BAE). Sobre as políticas de assistência estudantil, boa parte dos respondentes relatou que o motivo da evasão foi não possuir nenhum tipo de assistência financeira por parte do CMRV (BAE ou outra assistência extra PNAES). Contudo, analisou-se nas respostas que as ocorrências que expõem “problemas financeiros” e “conciliação dos estudos com o horário de trabalho” como motivos da evasão, poderiam ser evitados, se houvesse uma maior oferta das políticas assistenciais (PNAES) e dos programas remunerados (PIBID, PIBIC ou PET), que são importantes e contribuem para a permanência do discente na IES, pois estes gerariam certo alívio nas despesas acadêmicas. Percebeu-se, também, que o PNAES determina como os benefícios (BAE, REU, ITA, BIASE, AC e APEC) devem ser disponibilizados à comunidade acadêmica, porém o CMRV possui um limite orçamentário de investimento e isso, é um fator limitador que impede que todos os estudantes que possuem vulnerabilidade socioeconômica sejam contemplados.

Em relação a oportunidade de trabalho, houve respondentes que relataram dúvidas sobre o futuro profissional na área, pois afirmaram que conhecem poucos graduados na área que

seguem a carreira de turismólogo. Essa situação condiciona o discente a abandonar o curso e seguir outra carreira ou, abandonar o sistema de ensino. Neste estudo constatou-se que 51 (cinquenta e um) respondentes optaram em seguir outra carreira (Quadro 4), mas não foi explorado na pesquisa o motivo exato da mudança de curso.

Não foram relacionados fatores referentes à infraestrutura da IES, ou seja, referentes à qualidade das salas, laboratórios, acervo bibliotecário, equipamentos etc.

O turismo, nas mais diversas regiões do Brasil, principalmente no nordeste, sendo considerada a região mais hospitaleira no Brasil, vem se desenvolvendo e demonstrando ter necessidade de mais profissionais capacitados, investimentos por parte das iniciativas públicas, de investidores e empreendedores. Esse desenvolvimento, também, fortalece a eclosão de novas oportunidades no mercado de trabalho da área do turismo, gerando assim mais visibilidade para o curso de Bacharelado em Turismo do CMRV que poderá ter, além de uma maior demanda, baixos índices de evasão.

O curso de Bacharelado em Turismo do CMRV prepara o discente para as práticas operacionais e de docência, fornecendo conhecimentos suficientes para atuar administrativamente com o desenvolvimento de pesquisas e práticas pedagógicas, conforme o seu PPP. E, a inquietação do CMRV para fazer do curso de turismo um curso de excelência, é uma resposta em relação ao mercado de trabalho, que vem se expandindo e exigindo mais produtos e serviços diversificados e competitivos, e, paralelamente a isso, exigem também a formação de profissionais capacitados e preparados para responder às constantes mudanças. Portanto, é necessária a permanência dos estudantes até a conclusão dos estudos para garantir a profissionalização de pessoal capacitado para encarar, criar oportunidades e desenvolver o potencial turístico da região.

Com a adoção dos novos projetos no curso e o engajamento dos agentes envolvidos, o curso passará a ter mais visibilidade na cidade e na região Rota das Emoções, destacando-se possivelmente entre os três Estados da rota. O Piauí é o Estado que tem o menor potencial turístico na Rota das Emoções, porém, possui atratividades turísticas em potencial, que devem ser exploradas e desenvolvidas, alinhadas sempre ao crescimento turístico do itinerário da rota.

É certo que o mercado de trabalho para o graduado em Turismo no CMRV não se limita apenas à Rota das Emoções, mas é necessário que o estado do Piauí desenvolva seu potencial turístico para fazer com que o curso no CMRV seja mais reconhecido pela população. Esse processo não poderá ser resolvido de forma unilateral, deve ser resolvido através de parcerias com órgãos como o SEBRAE, que desenvolve ações para o crescimento e a promoção do

Turismo; com os entes públicos (prefeitura e governo estadual) e, principalmente, com a iniciativa privada que propicia investimentos na área.

Para isso, é primordial o uso de novos instrumentos administrativos e pedagógicos de enfrentamento da evasão por parte da gestão do *Campus*, por parte dos agentes envolvidos no curso e a criação de novas estratégias (projetos) de assistência estudantil, incluídas nas regras do PNAES. É fundamental identificar o problema, desde a raiz, a fim de inibir o processo de desligamento de grande parte dos discentes do Ensino Superior.

Como limitação da pesquisa, pode-se expor a dificuldade de buscar informações daqueles que já não possuíam mais vínculo com a IES, pois seus dados pessoais estavam bastante desatualizados. Eis um dos grandes desafios para o desenvolvimento de pesquisas sobre a evasão na educação.

No CMRV e nos demais *Campus* da UFPI, conforme analisado e percebido no sistema SIGAA, não há um campo ou área para a alimentação padronizada das especificações das ocorrências, ou seja, especificação detalhada do motivo do desligamento da instituição. Ou se coloca que o desligamento foi por motivo de abandono (edital), por ter reprovado três vezes a mesma disciplina em períodos consecutivos ou não, ou por solicitação espontânea (quando o aluno preenche o termo de desistência desligando-se do curso em caráter irrevogável e irretratável). Essa situação provocou a estratégia de se aplicar o questionário apenas por *e-mail*, pelo último registro de informações pessoais no cadastro do SIGGA.

Recomenda-se, portanto, uma forma mais correta e técnica de registrar os dados dos alunos e motivos pelos quais decidiram abandonar o curso. O NAE é o setor mais preparado e capacitado para a realização desse processo, pois conta com uma equipe de multiprofissionais para o pronto atendimento nas áreas de Apoio Pedagógico, Atenção à Saúde, Psicologia Escolar, Serviço Social e de Tradução e Interpretação de Línguas. Esses profissionais, dependendo da situação acadêmica ou não, podem perceber as necessidades do aluno e, assim, tentar reverter a decisão de evasão.

Porém, sendo uma situação irreversível, ao solicitar o desligamento definitivo do curso o aluno preenche, de forma voluntária, um formulário detalhando o real motivo que o fez desistir do curso, com questionamentos abertos e fechados. Os que não desejarem preencher o formulário, preencherão apenas a solicitação de desligamento do curso. As informações devem ser armazenadas no sistema para posterior tratamento e análise e, como consequência, servirão para a adoção de medidas administrativas e pedagógicas de enfrentamento do fenômeno.

Sugere-se, também, que o curso realize um cadastro para investigar a situação atual dos atrativos turísticos de toda a Rota das Emoções, como bares, restaurantes, rede hoteleira, agência de viagens etc., que servem como referência para oportunidades de trabalho ao graduado, fazendo constantemente uma atualização desse cadastro. Todas as informações sobre o turismo devem ser armazenadas com o objetivo de divulgar os encantos turísticos naturais, culturais e a infraestrutura turística da cidade, das adjacências e demais cidades do estado. Um fator importante a ser analisado, ainda, é o incentivo ao empreendedorismo por parte do CMRV, a fim de propiciar iniciativas de abertura de novos negócios na área.

Para haver uma diminuição da evasão no curso, mais oportunidades de emprego e uma maior promoção do curso de Bacharelado em Turismo, é necessário haver uma interação entre a própria IES com a iniciativa pública e com a iniciativa privada para promover uma expansão considerável da importância da formação do profissional para o desenvolvimento da cidade, do turismo regional e da própria IES. Pois, se a evasão é um fenômeno multidimensional, provocado por uma dessimetria entre os fatores intrínsecos e extrínsecos (aos estudantes e às IES), será necessário encará-los insistentemente como desafios diários para promover uma espécie de harmonização entre ambos, tanto para os estudantes, quanto para o CMRV. Isso provavelmente se constituirá como um passo dos mais importantes para a melhoria da educação e da qualificação de profissionais do turismo no CMRV para o mercado de trabalho.

O CMRV é o segundo maior Campus da UFPI e está passando por um processo transição de independência administrativa. Todo esse processo de independência administrativa provoca a necessidade de desenvolver uma gestão administrativa e acadêmica focando na melhoria dos serviços prestados aos acadêmicos. E, com orçamento próprio, terá mais flexibilidade em criar estratégias de desenvolvimento e aumentar os investimentos na área.

Pode-se assegurar que os esforços diretivos da UFPI/CMRV percorrem pelo incremento de programas e projetos direcionados aos alunos, com o intuito de buscar excelentes níveis de formação. Isso quer dizer que cabe ao *Campus* gerar valor ao curso, por meio de ações que permitam aos alunos beneficiarem-se de uma vivência profissional que os capacite, em termos de prospecção de carreira, perante um mercado de trabalho crescentemente competitivo.

E, concordando com esta pesquisa, e com estudos que afirmam que o fenômeno é uma manifestação caracterizada como complexa e resultante de vários aspectos sociais e institucionais, conclui-se que o comportamento da evasão, apesar de apresentar-se de múltiplas formas, possui, também, características próprias em cada IES. E, no CMRV não foi diferente, pois apresentou características comuns da evasão entre estudos realizados e características

próprias também, relacionadas, por exemplo, pelos fatores intrínsecos aos estudantes (vulnerabilidade econômica, estudos *versos* trabalho, problemas pessoais e familiares, mudança de curso, imaturidade ao escolher o curso, desinteresse e desmotivação com o curso); pelos fatores intrínsecos ao CMRV (oportunidade de assistência estudantil) e por fatores extrínsecos ao CMRV (oportunidades no mercado de trabalho da área do curso).

Considera-se, também, de extrema importância, a continuação dos estudos para criar e implantar novos planejamentos, de acordo com situações em que a evasão se apresentar no futuro. O mesmo estudo poderá ser realizado nos outros cursos do CMRV.

Compreendeu-se, com tudo isso, que a evasão sempre estará presente na rotina do CMRV, que os desafios para seu enfrentamento serão constantes dentro do sistema de ensino, e que pode ser combatida internamente integrando ações dos mais importantes setores de gestão: administrativa, pedagógica e políticas públicas de assistência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, T. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sisifo - Revista de Ciências da Educação**, n. 7, p. 19-28, set./dez., 2008.
- AMBIEL, R. A. M. Construção da Escala de Motivos para a Evasão do Ensino Superior. **PEPSIC – Revista Avaliação Psicológica**, v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-das-universidades-federais/>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- ANDRADE, A. I. T. **O perfil do aluno reintegrado nos cursos de graduação da universidade de Brasília: uma análise por meio da regressão logística**. 2016. 85 f., Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ANDRADE, J. B. **A evasão nos Bacharelados Interdisciplinares da UFBA: um estudo de caso**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- ARAÚJO, J. O. **Percepção dos Moradores de Parnaíba-PI sobre o Desenvolvimento da Atividade Turística**. 2010. 57f. Monografia. Universidade Federal do Piauí – CMRV, 2010.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 355-74, jul. 2011.
- BARDAGI M, P.; HUTZ, C. S. Não havia outra saída: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Revista Psico – USF**, v. 14, n. 1, p 95-105, jan./abr. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROSO, C. L. M. Estudo de predição do comportamento acadêmico: II - Faculdade de Medicina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 5, p. 55-75, nov. 1972.
- BATISTA, M. C. S. **Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí**. 2019. 402 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24959>. Acesso em 14 ago. 19.
- BIJORA, H. **Google Forms: o que é e como usar o app de formulários online**. Techtudo. Globo.com. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2018/07/google-forms-o-que-e-e-como-usar-o-app-de-formularios-online.ghhtml>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, 2014.

BORGES, S. M. **Fatores Determinantes da Evasão Escolar no Ensino Superior**: o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria, Goiânia. 2011. Disponível em: <http://www.unialfa.com.br/lib/download.php?arq=arqs/biblioteca/digital/33.pdf&nome=fatore sdeterminantes-da-evasao-escolar-no-ensino-superior-o-estudo-de-caso-do-ilesulbra-deitumbiara.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Brasília: Inep, 1995. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. 1996. Brasília, DF: MEC/SESU.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo-Bacharelado, para o Campus Ministro Reis Velloso, em Parnaíba/Piauí. **Resolução nº 91**, de 9 de junho de 2006 CEPEX/UFPI. 2006. Teresina.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Resumo Técnico do Censo do ensino superior 2007**. Brasília: Inep, 2007a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior 2004/2006**. Brasília: 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifef.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí**. 2010a. Brasília. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO_AMBIENTAL/PI/AE_PI.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Apresentação**. Brasília. 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234/10**, de 19 de junho de 2010. 2010c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14 ago. 19.

BRASIL. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Turismo Cria seu Primeiro Grupo de Pesquisa no CMRV**. 2010d. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-parnaiba/13301-turismo-cria-seu-primeiro-grupo-de-pesquisa-no-cmrv>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **ROTAS – Empresa Junior do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí**. 2011. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/Rotas_-_Empresa_Jr_de_Turismo.pdf. Acesso em: 2 out 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Projeto de expansão do campus de Parnaíba custará R\$ 1 milhão**. 2012. Disponível em: <http://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/404-projeto-de-expans%C3%A3o-do-campus-de-parna%C3%ADba-custar%C3%A1-r%-1-milh%C3%A3o>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Sistema proporciona comodidade e praticidade à comunidade da UFPI**. Teresina, 2013. Disponível em: <http://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/2392-sistema-proporciona-comodidade-e-praticidade-%C3%A0-comunidade-da-ufpi>. Acesso em: 26 dez 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Atividades da PRAEC**. Teresina. 2014. 46p. Disponível em: http://ufpi.br/images/arquivos_download/Noticias/Relatorio%20de%20gestao%20PRAEC%202014.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). **Relatórios de Gestão anuais - FIES**. 2015a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Atividades da PRAEC**. Teresina. 2015b. 63p. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/arquivos_download/PRAEC/RELAT%C3%93RIO_DE_GEST%C3%83O_PRAEC_2015_FINALIZADO.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal de Pernambuco. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN). **Causas da Evasão de Alunos nos Curso de Graduação Presencial da UFPE**. Relatório de Evasão 2016a. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/371376/r_evaso_16.pdf/53642e52-41fb-4b43-b098-98db6a470176. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Atividades da PRAEC**. Teresina. 2016b. 79p. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/arquivos_download/PRAEC/RELAT%C3%93RIO_PRAEC_FINAL_2016.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **PRAEC – Campus Parnaíba**. 2016c. Disponível em: <https://www.ufpi.br/campus-parnaiba>. Acesso em: 7 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2017a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo do Piauí mais que dobra em um ano**. 2017b. Brasília. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/8153-mapa-do-turismo-do-piau%C3%AD-mais-do-que-dobra-em-um-ano.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **História do CMRV**. 2017c. Disponível em: <http://www.ufpi.br/o-campus?id=19576:historia-do-cmrv>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Proposta Pedagógica do Curso de Graduação em Turismo**. Parnaíba. 2017d. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=74192. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC**. Teresina, PI. 2017e. 105p. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PRAEC_-_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2017_220180912130611.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). **Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2017f. Brasília-DF. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **O Curso de Turismo**. Campus Ministro Reis Velloso. 2018a. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=74192. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Regulamento Geral da Graduação**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. 2018c. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg/2018_-_REGULAMENTO_GERAL_DA_GRADUA%C3%87%C3%83O_-_vers%C3%A3o_para_impress%C3%A3o20180831153003.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Aprova o Projeto de Criação do Núcleo de Pesquisa Contemplar (Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer). **Resolução nº 14**, de 8 de fevereiro de 2018 CEPEX/UFPI. 2018d. Teresina.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Observatório de Turismo do Piauí (OTPi)**. Coordenação do Curso de Bacharelado em Turismo. Campus Ministro Reis Velloso. 2018e. Parnaíba. 9p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Núcleo de Assistência Estudantil (NAE). **Relatório de Atividades – 2018**. 2018f. Parnaíba. 18p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Gestão Anual da PRAEC**. Teresina. 2018g. 18p. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PRAEC_-_Relat%C3%B3rio_de_2018_Consolidado_120191003110840.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). **PRAEC unifica Bolsas de Incentivo à Permanência: BIAMA, BIAE e BIAF passam a compor a BIASE**. 2018h. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/21887-praec-unifica-bolsas-de-incentivo-a-permanencia-biama-biae-e-biaf-passam-a-compor-a-biase>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Planejamento Administrativo (CPAD)/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) (Org.). **Relatório Acadêmico das Ofertas, Ingressos, Matrículas, Concluintes, Reprovações, Evasão e Vagas Ociosas**. 2019a. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2019. 10 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). **Programa de Financiamento Estudantil**. 2019b. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portal do Programa Universidade para Todos (ProUni)**. 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33419-sisprouni>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). **Relatórios de Gestão 2000-2017**. 2019d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Plano de Gestão - UFDPAr**. Parnaíba. 2019e.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **SISU Gestão – Relatório de Gestão do SISU**. Brasília: SISU, 2019f. Disponível em: <http://sisugestao.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Orçamento do PNAES nas Universidades Federais de 2012 a 2019**. 2019g. SIOP – Sistema Integrado de

Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/siop>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. **Restaurante Universitário**. 2019h. Disponível em: <https://www.ufpi.br/restaurante-universitario>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC). **Edital nº 06/2019 – PREXC – Seleção de Discentes para o PET**. 2019i. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/PET/EDITAIS/Scan_2019-03-22-17261829220190322175852.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Investe Turismo**. 2019j. Brasília. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/investeturismo.html>. Acesso em: 28 out 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **CADASTUR**. 2019k. Brasília. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **SBClass**. 2019l. Brasília. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Sobre.action;jsessionid=A5B90D67A541844004E45D41E42F5806>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Extrator de Dados. **Ocupação formal no setor do Turismo**. 2019m. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/index.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Regimento Interno do Laboratório de Projetos Turísticos do Bacharelado em Turismo**. 2019n. Parnaíba. 5p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Regimento Interno do Laboratório de Hotelaria e Gastronomia do Bacharelado em Turismo**. 2019o. Parnaíba. 5p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Regimento do Núcleo de Assistência Estudantil – NAE**. 2019p. Parnaíba. 15p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Piauí. Campus Ministro Reis Velloso. **Núcleo de Assistência Estudantil – NAE**. 2019q. Disponível em: <https://www.ufpi.br/nae-nucleo-de-assistencia-estudantil-parnaiba>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório de curso: Turismo: Universidade Federal Piauí**. Parnaíba. Brasília: Inep, 2019r. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRITO, A. S. **Turismo Pedagógico como Prática Educativa no Ensino Superior: o caso do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí – UFPI (Parnaíba-Brasil)**. 2012. 78f. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2012.

BUENO, J. L. O. Evasão Escolar. **Paidéia (Ribeirão Preto)** n. 5 Ribeirão Preto (USP) ago. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n5/02.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova universidades federais do Delta do Parnaíba e do Agreste de Pernambuco. **Câmara Notícias**. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/554829.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

CARVALHO, I. C. L.; PEROTA, M. L. A Evasão dos Alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1990, p. 88-97, jan./dez. 1990.

CASTRO, F. R. A. **Os sentimentos, percepções e práticas de docentes e discentes do curso de administração da Universidade Federal do Piauí, em Teresina, como reflexo da expansão do ensino superior privado**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19018. Acesso em: 5 abr. 2019.

CATUR. **Estatuto do Centro Acadêmico de Turismo da Universidade Federal do Piauí**. Campus Ministro Reis Velloso. Parnaíba. 2012. 4p.

CAVALCANTI, A.; LIMA, W. G.; MARQUES, J. L. S.; ALVES, H. F. C.; GRANVILLE-GARCIA, A. F. Motivos de ingresso e de evasão dos acadêmicos de Odontologia de uma instituição pública. **Rev. Odontol UNESP**, Araraquara. v. 2, n. 39, p. 95-99, 2010.

CAVALCANTI, V. O. M.; MEDEIROS, O. M.; CAVALCANTI, I. S. S.; NASCIMENTO, B. L. C. A análise de conteúdo com a utilização do software NVivo: a aplicação no campo da educação profissional. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8, 2017, Coimbra. Anais eletrônicos... Coimbra, 2017. Disponível em: <<http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CEARÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. **Jericoacoara alcança topo do ranking do turismo nacional**. 2018. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/2018/02/09/jericoacoara-alcanca-topo-do-ranking-do-turismo-nacional/>. Acesso em: 1º nov. 2019.

CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 2008. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91544>. Acesso em: 6 jun. 2018.

CNTur. Confederação Nacional do Turismo. **MTur inicia fiscalização do Cadastur**. 2019. Disponível em: <http://cntur.com.br/mtur-inicia-fiscalizacao-do-cadastur/>. Acesso em: 28 out. 2019.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 276p. 2008.

COULON, A. O Ofício de Estudante: a entrada na vida universitária. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1.239-1.250, out./dez. 2017.

CUNHA, J. V. A.; LUCA, M. M. M. D.; LIMA, G. A. S. F.; CORNACCHIONE JÚNIOR., E. B.; OTT, E. Quem está ficando para trás? Uma Década de Evasão nos Cursos Brasileiros de Graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 2, p. 124-142, abr./jun. 2015.

CUNHA, J. V. A. da. **Doutores em ciências contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano**. 2007. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552010000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2018.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. **Revista Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.

DALONGARO, R. B.; RAMOS, C. S.; AZZOLIN, R. F. Estudo sobre a empregabilidade dos cursos de graduação no Brasil. Em URI (Org.), **Anais do Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura - EMiCult**, São Luiz Gonzaga, RS, Brasil, v 2. ago. 2016. Disponível em: <http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/11/ESTUDO-SOBRE-A-EMPREGABILIDADE-DOS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-NO-BRASIL-2.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – MG. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7. São Paulo. **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica**. São Paulo: Êxito Editora, 2010. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/419.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. <http://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2017nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500397.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

FEITOSA, J. M. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o campus de laranjeiras**. 84f. 2016. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GERVASONI, V. C.; TELES, C. C.; MACHADO, C. L.; RODRIGUES, A. S.; VALENTIM, D. S. G. Evasão: métricas estabelecidas endógenas e exógenas para o controle gerencial no ensino à distância. A crise econômica é seu real vilão? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Foz do Iguaçu. **Anais**. Foz do Iguaçu: Abed, 2017.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil**: expansão da rede, SISU e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo Técnico). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2016_7371_evasao-em-instituicoes-de-ensino-superior_renato-gilioli. Acesso em: 29 jul. 2019.

GILIOLI, R. S. P. **Um Balanço do FIES**: desafios, perspectivas e metas do PNE. Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas. Câmara dos Deputados. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/um-balanco-do-fies-desafios-perspectivas-e-metas-do-pne>. Acesso em: 4 abr. 2019.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, jul. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6740/6638>. Acesso em: 16 ago. 2019.

GOMES, M. B.; SILVA, L. N.; MOREIRA, L. F. S.; SILVA, M. S.; ARAÚJO, M. K. F. A Evasão no Ensino Superior Público: o descompasso entre a política de acesso e permanência na universidade. *In*: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís-MA. **Anais...** . São Luís, 2017.

GUERRA, L. C. B.; FERRAZ, R. M. C.; MEDEIROS, J. P. Evasão na educação superior de um instituto federal do nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica de Educação**, ahead of print, 2018.

KRUEL, I. R. P. Evasão no Curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, 1988, p. 67-78, jan./dez. 1988.

LIMA, A. J. A.; SILVA JUNIOR, R. Panorama da educação brasileira na década de 60. *Revista Realize*. Natal, 2016. **Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, v. 1, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf. Acesso em: 4 abr. 2019.

LIMA, F. S. **Evasão no Ensino Superior e sua Configuração em Uma Universidade Comunitária da Região Oeste de Santa Catarina**: o caso da UNOCHAPECÓ. 2017. 214f. Dissertação. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2017.

LIMA, M. F.; CARVALHO, H. A.; MELO, J. R. A.; LIMA, J. P. M. Determinantes da Evasão do Curso de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO. 10^a. 2017, Petrópolis. **Anais do X CASI**, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xcasi>. Acesso em: 16 jul. 2019.

LIMA, M. F.; CARVALHO, H. A. A relevância da bolsa de apoio estudantil para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Universidade Federal do Piauí: um estudo de caso sobre a permanência ou evasão no CMRV. In. SEMEAD – Seminários em Administração. 21^a. 2018, FEA/USP. São Paulo. **Anais do XXI SEMEAD**, 2018. Disponível em: <http://login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/1168.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

LIMA, F. S. **Evasão no ensino superior e sua configuração em uma Universidade Comunitária da Região Oeste de Santa Catarina**: o caso da Unochapecó. 2017.

Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Disponível em:

<http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000f8/0000f898.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2019.

LOTUFO, A. D. P.; SOUZA JR. C.; COVACIC, M.; BRITO, J. M. S. Evasão e repetência na FEIS/UNESP: análise e resultados. In: **XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA**. São Paulo, 1998. Disponível em:

http://www.dee.feis.unesp.br/dee/docentes/publicacoes/artigo_anna_cobenge_98.pdf Acesso em: 30 mar. 2019.

MACÊDO, E. M.; RAMOS, R. G. O Desenvolvimento do Turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu Significado para a Comunidade Local. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MACÊDO, E. M. **O turismo na praia de Barra Grande-PI**: impactos e contribuições ao desenvolvimento local. 2011. 182 f, il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9239>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

MARQUES W. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**. São Paulo, v. 17, suppl. 3, p. 04 jun. 2002.

MARTINS, C. B. Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo. **Revista USP**. São Paulo, n. 39, p. 58-82, set./nov. 1998.

MARTINS, C. B. A Reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, C. B. Reconfiguring higher education in Brazil: the participation of private institutions. **Análise Social**, Lisboa, n. 208, p. 622-658, jul. 2013. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 abr. 2019.

MATTA, C. M. B.; LEBRÃO, S. M. G.; HELENO, M. G. V. Adaptação, Rendimento, Evasão e Vivências Acadêmicas no Ensino Superior: revisão de literatura. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 21, n. 3, p. 583-591, set./dez. 2017.

MELO, S. L.; BORGES, L. O. A Transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.3, p. 376-395. set. 2007.

MINTO, L. W. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n.] 2004.

MORAES, J. O., THEÓPHILO, C. R. Evasão no Ensino Superior: Estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros. 2006. UNIMONTES. In: 3ª Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006, São Paulo, **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica**. São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/419.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MORAES, J. O., THEÓPHILO, C. R. **Evasão no ensino superior: estudo de Montes Claros – UNIMONTES**. Montes Claros, 2007. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NOGUEIRA, C. M. M.; NONATO, B. F.; RIBEIRO, G. M.; FLONTINO, S. R. D. Promessas e Limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 33, p. 61-90, abr./jun., 2017.

OLIVA, A. M. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 2010. 509 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PALHARINI, F. A.; Evasão, Exclusão e Gestão Acadêmica na UFF: passado, presente e futuro. **Cadernos do ICHF - Série Estudos e Pesquisas**. Niterói, n. 95. 2010. Disponível em: <http://www.ichf.uff.br/pdf-docs/cadernosichf/CDI95-Palharini-EvasaoExclusaoGestao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PALHARINI, F. A.; RANGEL, M. N.; MARTINS, V. A. P.; SANTOS, P. S. Coleções Bibliográficas: evasão no ensino superior – 1970-2001. **Cadernos do ICHF – Série Estudos e Pesquisas**. Niterói, n. 86. 2002. Disponível em: <http://www.ichf.uff.br/pdf-docs/cadernosichf/CDI86-Palharini-ColecaoDeBibliografiasEvasao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. Evasão no ciclo básico da UFMG. **Avaliação Institucional**. Belo Horizonte, v. 3, p. 7-28, 2000. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/21/PEIXOTO.htm>. Acesso em: 6 jun. 2018.

PIAUÍ. Secretaria de Turismo – SETUR. **Polo Costa do Delta**. 2018. Disponível em: <http://www.turismo.pi.gov.br/busca/?q=Polo+Costa+do+Delta>. Acesso em: 30 jan. 2019.

POLYDORO, S. A. J. **O Trancamento de Matrícula na Trajetória acadêmica do Universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. 2000. 167 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_42ac17609ac8a159f4b26550c76a0963. Acesso em: 26 dez. 2018.

PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G. D. Evasão na Educação Superior e Gestão Institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 26, n. 100, p. 869-889, jul./set., 2018.

RECKTENVALD M.; MATTEI L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Revista Avaliação**, v. 23, n. 2, p. 405-423, jul. 2018.

RIBEIRO, F. M.; GUZZO, R. S. L. Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília. v. 37, n. 2, p. 418-431, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0418.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

ROELO, L. F.; PEREIRA, A. C. Análise do processo educacional contábil sob o prisma de seus elementos de maior relevância. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 142, n. 31, p. 49-53, jul./ago., 2003.

ROSA, E. **Evasão no Ensino Superior: causas e consequências** (um estudo sobre a Universidade Federal de Goiás). 1994, 239p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV). São Paulo, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4597>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2006.

SANTIAGO, E. F. B. **Evasão no ensino superior: estudo de Montes Claros**. 2015. 127f. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novo Horizonte, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, J. A. Evasão e o Sistema de Seleção Unificada (SISU): um olhar sobre os efeitos da política de democratização do acesso. *In: JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO*. Natal-RN. **Anais do II Jonerduc**. Natal. 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iijorneduc/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SEBRAE. Rotas das Emoções. **Princípios Norteadores**. 2008.

SEBRAE. Salão Rota das Emoções Brasil. **Conheça Toda a Rota das Emoções**. 2018. Disponível em: <http://www.salaorotadasemocoes.tur.br/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SEBRAE. Agência SEBRAE de Notícias. **Rota das Emoções está em programa de estratégico de estímulo ao Turismo**. SEBRAE Maranhão. 2019. Disponível em: <http://www.ma.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MA/rota-das-emocoes-esta-em-programa-estrategico-de-estimulo-ao-turismo,6ddb7f773bffa610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA A. V. M. A Pedagogia Tecniciста e a Organização do Sistema de Ensino Brasileiro. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 70, p. 197-209, dez. 2016.

SILVA, D. P. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA, A. H. O poderoso NVivo: Uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 119-134, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3723>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, F. I. C.; RODRIGUES, J. P.; FRANÇA, N. M. **Evasão Escolar no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí**. Avaliação (Campinas) [online]. 2012, v.17, n. 2, p. 391-404.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPOLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p. 641-659, 2007.

SILVA, M. F. L. **O Ecoturismo no Delta do Parnaíba – PI e Entorno**: Turismo e Sustentabilidade. 2004. 93 f. Monografia (Especialização em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/489/1/2004_MariaFranciscaLopesSilva.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.

SOUSA, C. P.; ARAÚJO, M. S.; SOUSA, S. C. Evasão no ensino superior: um estudo de caso no curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal do Piauí. Floriano. **In**: Congresso Nacional de Educação. III CONEDU. Natal-RN. **Anais**. Natal, 2016.

SPINOLA, M. C. P. Vestibular. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. v. 1, n. 3, ago. 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/3/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TINTO, V. **Enhancing Student Persistence**: Connecting the Dots. Wisconsin: The University of Wisconsin, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, A. L. F. S.; SILVA, M. N.; MIRANDA, N. P. Um estudo sobre as causas da evasão no ensino superior no curso de Ciências Contábeis e Atuariais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 195, p. 20-31, jan. 2013.

VASCONCELOS, I. M. A federalização do ensino superior no Brasil. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2525>. Acesso em: 4 abr. 2019.

VIANELLO, L. P. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 1. ed. São Paulo: Educação a Distância, 2012.

VIEIRA, V. B. PERINOTTO, A. R. C. Observatório de Turismo do Piauí (OTPi): Proposta e Relato. 2019. In: FÓRUM ABRATUR 2019. Métodos de Internacionalização da Pesquisa em Turismo no Brasil. **Anais do III Fórum ABRATUR**. Joinville, SC. Editora UNIVILLE, 2019. Disponível em: file:///D:/Downloads/TURISMOFOBIA_NOTAS_SOBRE_O_PROCESSO_DE_I.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO SOBRE OS MOTIVOS DA EVASÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DA UFPI/CMRV – PARNAÍBA/PIAUI**

Instruções

Prezado(a)!

Você está prestes a participar de uma pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFPI, Campus Ministro Petrônio Portela, Teresina/Piauí. Este questionário tem o objetivo de coletar dados a respeito da Evasão no curso de Bacharelado em TURISMO, do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), da UFPI, na cidade de Parnaíba/Piauí. Pedimos a sua colaboração para responder as questões abaixo como forma de identificar os fatores associados a evasão, que é fenômeno mundial inserido nas Instituições de Ensino Superior.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os motivos da evasão no curso de Bacharelado em Turismo no Campus Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Piauí, na cidade de Parnaíba/Piauí. Possui como objetivos específicos:

1. Descrever o perfil socioeconômico dos discentes que evadiram do curso no período de 2014 a 2018;
2. Identificar os motivos que levaram à evasão dos discentes do curso no período de 2014 a 2018; e
3. Identificar as ações desenvolvidas pelo CMRV e pela Coordenação do curso de Bacharelado em Turismo para diminuir a evasão.

O questionário possui 23 (vinte e três) questões e é dividido em 3 GRUPOS de perguntas, onde o primeiro grupo (1ª a 17ª questão) de perguntas vai tratar de questões relacionadas ao perfil sócio econômico; o segundo grupo (18ª a 22ª questão) vai tratar da identificação dos motivos da evasão do curso; e, o terceiro grupo (23ª questão) vai tratar sobre ações desenvolvidas pelo CMRV e pela coordenação do curso para combater a evasão.

OBS.: Todas as perguntas referem-se ao período em que você estudava no curso de Bacharelado em Turismo até a evasão (ABANDONO OU DESISTÊNCIA). Esta pesquisa tem DURAÇÃO DE APENAS 3 (três) a 5 (cinco) MINUTOS.

Lembramos que a sua identificação e as respostas prestadas neste questionário serão preservadas sob o mais absoluto sigilo, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que também será enviado ao seu e-mail. A pesquisa possui apenas fins acadêmicos. Agradecemos pela colaboração!

Atenciosamente,

Mário Fernandes Lima
Mestrando em Gestão Pública – PPGP/UFPI

QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

1. Gênero

- Masculino
- Feminino

2. Qual sua declaração racial?

- Branca
- Preta
- Parda
- Indígena

3. Qual era a sua idade no período em que evadiu do curso?

- De 16 a 20 anos.
- De 21 a 25 anos.
- De 25 a 30 anos.
- Acima de 30 anos.

4. Número de componentes do grupo familiar no período em que evadiu do curso:

- De 1 a 4 integrantes.
- De 5 a 10 integrantes.
- Acima de 10 integrantes.

5. Qual o era o estado civil no período em que evadiu do curso?

- Solteiro(a).
- Casado(a)/União estável.
- Outro.

6. Possuía filhos no período em que evadiu do curso?

- Não.
- 1 a 2 filhos.
- 3 a 4 filhos.
- 5 ou mais filhos.

7. Qual era a sua Renda Familiar no período em que evadiu do curso?

- Menos de 1 salário mínimo.
- Entre 1 a 2 salário mínimo.
- Entre 3 salário a 5 salário mínimo.
- Entre 6 a 10 salário mínimo.
- Acima de 10 salários mínimos.

8. Quem era(m) o(s) responsável(eis) financeiro da sua família no período em que evadiu do curso?

- Os Pais.
- Os Irmãos.
- Os Tios.
- Os Avós.
- Primos.
- Outros.

9. Você tinha acesso a tecnologias (computadores, smartphones, tablets, internet) no período em que evadiu do curso?

- Raramente.
- Parcialmente.
- Totalmente.

10. Qual o meio de transporte utilizado para ir à UFPI (marque apenas uma opção, a que possuía maior frequência):

- A pé.
- Carona.
- Bicicleta.
- Transporte coletivo.
- Transporte próprio.

11. Era beneficiário de algum programa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) / Núcleo de Assistência Estudantil (NAE)? Qual?

- Bolsa de Apoio Financeiro (BAE).
- Residência Universitária (REU).
- Isenção da Taxa de Alimentação do Restaurante Universitário (ITA).
- Auxílio Creche (AC).
- Não recebia benefícios da PRAEC/NAE.

12. Era beneficiário de algum outro programa remunerado (Exemplo: PIBID, PIBIC ou PET)?

- Sim.
- Não.

13. Você utilizava o Restaurante Universitário?

- Sim.
- Não.

14. Você trabalhava quando era estudante do curso?

- Sim. Trabalhava na área do curso.
- Sim. Mas, não era na área do curso.
- Não.

15. Você trabalha atualmente?

- Sim.
- Não.

16. Mudou de cidade para estudar Turismo na UFPI/CMRV (Campus de Parnaíba)?

- Sim.
- Não.

17. Se sua resposta na questão anterior for sim, INFORME qual foi a cidade e o estado que você teve que deixar para cursar Turismo em Parnaíba. Caso sua resposta seja "não", apenas passe para a próxima pergunta.

18. Qual o motivo que o(a) levou a escolher o curso de Bacharelado em Turismo?

- Foi por identificação com a área (desejo de trabalhar na área).
 Foi a melhor opção entre os cursos do CMRV.
 Foi a segunda opção escolhida dentre os cursos do CMRV.
 Não pude escolher o curso de minha preferência por conta da nota de corte (nota do ENEM).
 Imaturidade ao escolher o curso.

19. Qual(ais) a(s) principal(ais) razão(ões) de seu desligamento da UFPI/CMRV no curso? Descreva.

20. Você faz outro curso de Graduação atualmente?

- Sim.
 Não.

21. Se sua resposta da questão anterior (17ª questão) for "sim", descreva qual curso de graduação você faz atualmente, qual o turno (diurno ou noturno) e em qual Cidade/Estado está fazendo a graduação. Caso sua resposta seja "não", apenas passe para a próxima pergunta.

22. Você pretende reingressar na UFPI/CMRV?

- Sim. Novamente no Curso de Turismo.
 Sim. Em outro curso.
 Não.
 Atualmente já faço outra graduação na UFPI.

23. O que a UFPI/CMRV poderia ter feito para VOCÊ não ter sido evadido(a)?
